

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BREJO PARAIBANO E A LUTA
PELA TERRA: O CASO DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DE
FÁTIMA**

João Pessoa
2012

LEANDRO PAIVA DO MONTE RODRIGUES

**A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BREJO PARAIBANO E A LUTA
PELA TERRA: O CASO DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DE
FÁTIMA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob a orientação da Professora Doutora Emília de Rodat Fernandes Moreira.

**João Pessoa
2012**

R696f Rodrigues, Leandro Paiva do Monte.

**A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra: o caso do
assentamento Nossa Senhora de Fátima/ Leandro Paiva do Monte
Rodrigues .- - João Pessoa : [s.n.], 2012.**

211f. : il.

Orientadora: Emília de Rodat Fernandes Moreira.

Dissertação (Mestrado)-UFPB/CCEN.

1. Geografia. 2. Assentamento rural. 3. Brejo paraibano. 4. Ligas
camponesas. 5. Território.

**“A Formação Territorial do Brejo Paraibano e a Luta pela
Terra: O Caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima”**

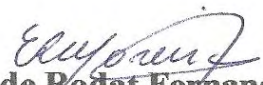
por

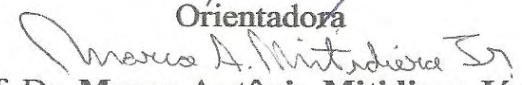
Leandro Paiva do Monte Rodrigues

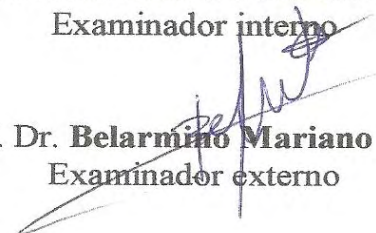
Dissertação apresentada ao Corpo Docente do Programa de
Pós-Graduação em Geografia do CCEN-UFPB, como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Território, Trabalho e Ambiente

Aprovada por:


Prof.ª Dr.ª **Emília de Rodas Fernandes Moreira**
Orientadora


Prof. Dr. **Marco Antônio Mitidiero Júnior**
Examinador interno


Prof. Dr. **Belarmino Mariano Neto**
Examinador externo

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curso de Mestrado em Geografia**

Fevereiro/2012

Às famílias do Assentamento Nossa
Senhora de Fátima, do município de
Bananeiras, estado da Paraíba.

Aos meus pais, Ednaldo e Mariluce.
À Letícia Luana.

E aos que tentam compreender as
relações neste espaço geográfico.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho foi acompanhada pelo esforço direto e indireto de inúmeras pessoas, desde simples palavras “jogadas no ar” aos processos sistemáticos de orientação e discussão sobre o tema. Assim posso incorrer no erro de esquecer alguém, mas estas palavras não são maiores que meu respeito e agradecimento àqueles que me ajudaram.

Agradeço a Deus por ter me concedido a oportunidade de cursar o mestrado na Universidade Federal da Paraíba, abençoando-me na longa jornada, em todas as etapas da pesquisa.

Agradeço aos meus pais, Ednaldo e Mariluce, por me dá a liberdade de voar, de acreditar em mim, deixando que eu me arriscasse, às vezes, “quebrando a cara” e, quase sempre, obtendo sucesso e constantemente sendo acompanhado por eles.

Agradeço à professora Emília Moreira que, “como uma chuva de verão”, caí na vida desta pessoa maravilhosa, que tem sido - para mim - como a terra, fundamento do ser, do conhecimento. Agradeço por acreditar e pelas exortações no percurso da pesquisa e as correções na elaboração do trabalho. Seu caráter e atitudes são exemplos a serem seguidos e repassados. Desejo-lhe muita paz e felicidades.

Ao professor Belarmino Mariano Neto, que foi meu ponto de partida nos caminhos dos estudos geográficos, ensinando-me muito com sua maneira “extravagante” de ver e ensinar, e pelas oportunidades a mim concedidas. Agradeço por sempre está pronto para ajudar.

Agradeço ao professor Marcos Mitidieiro por ter aceitado o desafio de participar da qualificação e da banca examinadora deste trabalho, contribuindo imensamente no meu processo de formação intelectual.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia pelos ensinamentos e discussões. Em especial, à Sônia, secretária do Programa, pelo tratamento cordial e pronta disponibilidade.

À Letícia Luana, minha amada, que sempre esteve presente e apoiando nos momentos de “aperreio”. Uma pessoa que me ensinou na arte da convivência e do amor.

Agradeço aos amigos do meu percurso nos estudos geográficos. Percurso que se iniciou na Universidade Estadual da Paraíba (*Campus III*, em Guarabira). Entre eles, destaco: Cleityane Freire, Ana Carla, Filipe Mendes, Joab Ítalo, Rafael Fernandes, Diego Pessoa, Pedro Jeremias e, em especial, Ivanildo Costa, pela inestimável ajuda nos trabalhos de campo. A todos estes, o meu muito obrigado. Iniciamos, juntos, um sonho na estrada do desconhecimento e, ainda juntos, caminhamos pelas estradas das incertezas.

Minha gratidão aos colegas da turma do Programa de Pós-Graduação em Geografia (UEPB), turma de 2009: Silvana, Henrique, Péricles, Altemar, Joseilton, Ilana, Marquiline, Elianete, Shauane, Jussara, Wellington, Rafaela, David, Nicolly, DÍlsom e Jean. Desejos a todos uma abençoada caminhada pelos caminhos da vida.

Da mesma forma, agradeço aos colegas da turma de 2010, na qual tive o privilégio de caminhar por um determinado tempo.

Agradeço aos amigos do GETEC (UEPB) pela colaboração, as discussões. Em especial, fico grato à Lidiane, Jossandra, Noemi, Elton, Nielson, Pablo e Áurea.

Não poderia deixar de agradecer a todos que compõem o INCRA/Paraíba, o Instituto Histórico Geográfico Paraibano, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras e a Emater/Bananeiras, pela disponibilização de materiais e orientações específicas.

De maneira especial, ofereço minha gratidão à equipe da CPT/Guarabira, pelas grandes contribuições e a disposição de sempre ajudar. Destaco, neste, o padre Luis Pescarmona, o diácono Severino, a animadora Zilma Maciel, a Ivani, a Detinha, a Maria. A esta equipe: Muito obrigado! Vocês foram “o norte” verdadeiro deste trabalho.

Minha profunda gratidão e admiração aos camponeses moradores do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, que me ensinaram muito durante as visitas e as longas “prosas”. Ensinaram-me o valor da liberdade e que para melhorar a vida temos que trabalhar, arar a terra das incertezas com a profunda certeza que este é o caminho para garantir a vida.

Agradeço, em especial, ao senhor Chico, o senhor Luis de Manú, ao Valdo, Marmeleiro, Dona Socorro, Seu Mariano e ao senhor Francisco de Souza, pelas entrevistas, pelo apoio nas visitas ao assentamento, atenção e disponibilidade de ajudar nos momentos necessários.

Agradeço aos companheiros do 3º Batalhão de Bombeiros Militar da Paraíba que, em todo este período, estiveram prontos a ajudar e sempre me apoiaram nesta jornada de estudo, direta e indiretamente.

Agradeço, também, aos meus irmãos Soldados de Cristo, esta grande família que tem me ensinado novas coisas a cada dia.

Por fim, agradeço a todos que acreditam nas mudanças, pois somos nós que fazemos as transformações necessárias. Agradeço a dúvida, a incerteza e a curiosidade que nos enchem das mais estranhas sensações, mas isso é o que torna o ser enigmático... humano.

A Teoria

Para o homem do campo, a terra representa não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas também a garantia de poder permanecer com sua família no seu local de origem, livre da sujeição do cambão ou do trabalho alugado. A terra constitui ainda para o camponês o único bem e única herança passível de ser deixada para a família. Em outras palavras a terra confere dignidade ao pequeno produtor.

Emilia Moreira e Ivan Targino (1997)

A Prática

O Pesquisador pergunta: O que significa a terra para você?
Significa tudo, é a vida, se não fosse ela eu não criaria meus filhos (Maria Tânia Gomes da Silva – 45 anos, assentada);

É tudo na minha vida, quando era escravo e principalmente hoje que sou liberto (Luis Geronimo da Costa – 57 anos, assentado e antigo morador da fazenda);

É a vida da gente, uma mãe desde janeiro de 1960 (Severino de Souza – 62 anos, assentado que trabalhava na região desde 1960);

Significa tudo porque é de onde sai o sustento da família (Luis dos Santos – 40 anos, assentado);

A terra significa trabalho, luta, sossego na vida (Ana Maria de Sousa Santos - 25 anos, assentada)

RESUMO

RODRIGUES, Leandro Paiva do Monte. **A formação territorial do Brejo paraibano e a luta pela terra:** o caso do Assentamento Nossa Senhora de Fátima. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa. p. 215, 2012.

A luta camponesa por terra, no Brasil, não é algo novo, mas sempre foi um tema posto de lado na política brasileira. Esta luta tem assumido diversas formas, principalmente após a segunda metade do século XX. O objetivo deste trabalho é compreender a luta camponesa por terra e pela vida na terra a partir do município de Bananeiras, interior do estado da Paraíba, através do estudo de caso de um projeto de assentamento, o de Nossa Senhora de Fátima, à luz do processo geo-histórico de formação territorial do Brejo paraibano. O município de Bananeiras situa-se na região do Brejo paraibano que é considerada uma área de exceção, tanto pelas condições fisiográficas como pela forma diferenciada de produção do espaço em relação ao restante do Agreste, onde esta subunidade espacial se localiza. No que se refere à questão agrária, o Brejo reproduz as contradições verificadas no campo e se destaca como palco de conflitos de terra e trabalhistas e pelo papel desempenhado pela Igreja Católica (através da Comissão Pastoral da Terra, da Diocese de Guarabira e das ações das paróquias locais), e pelo movimento sindical. No desenvolvimento deste estudo, a partir das escolhas metodológicas, foram realizados diversos trabalhos de campo, levantamento bibliográfico e documental. A categoria geográfica de análise é o território. Compreendemos que esta categoria possibilita entender a disputa entre capital e trabalho no campo. Consideramos o assentamento como um território de esperança, isto é, como aquele conquistado pelos trabalhadores e que representa tanto uma ruptura com a forma de organização social, econômica e política pré-existente, como uma forma de resistência à dominação do modo de produção capitalista no campo. Enquanto agentes, atores e protagonistas da luta pela terra no Brejo paraibano, o trabalho destaca, além da classe camponesa, as Ligas Camponesas, a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicalismo Rural. Em seguida, resgata a história da luta pela terra que deu origem ao Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima e apresenta a dinâmica interna e externa do assentamento, suas conquistas e suas contradições.

Palavras-chave: Território. Assentamento Rural. Brejo Paraibano.

ABSTRACT

The peasant struggle for land in Brazil is not new, but was always put aside a theme in Brazilian politics. This struggle has taken different forms, especially after the second half of the twentieth century. The objective of this study is to understand the peasant struggle for land and life on earth from the town of Bananeiras, the state of Paraíba, through a case study of a settlement project, the Our Lady of Fatima in the light of geo-historical process of formation of the Territorial Brejo Paraíba. The municipality of Banana is located in the Brejo Paraíba which is considered an exception area, both by physiographic conditions and by different ways of producing space for the rest of the Agreste, where this space is located subunit. With regard to the agrarian question, Brejo reproduces the contradictions found in the field and stands out as the scene of conflicts over land and labor and the role played by the Catholic Church (through the Pastoral Land Commission of the Diocese of Guarabira and actions of local parishes), and the trade union movement. For this study, from the methodological choices were made several field studies, literature and documentary. The category of analysis is the geographic territory. We understand that this category makes it possible to understand the struggle between capital and labor in the field. We consider the settlement as a territory of hope, that is, as he won for workers and that represents both a break with the form of social organization, economic and political pre-existing, as a form of resistance to domination of the capitalist mode of production in field. As agents, actors and protagonists in the struggle for land in Paraíba Brejo, the paper highlights, in addition to the peasant class, the Peasant Leagues, the Pastoral Land Commission and the Rural Unionism. Then, recalls the history of the struggle for land that gave rise to the Settlement Project Our Lady of Fatima and has internal and external dynamics of the settlement, its achievements and its contradictions.

Keywords: Territory. Rural Settlement. Brejo Paraibano.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 e 2	Relevo movimentado do Brejo Paraibano	41
Fotografia 3	Reserva Ecológica da Mata de Pau Ferro	42
Fotografia 4	ARIE do Goiamunduba	42
Fotografia 5 e 6	Casarões próximos a Igreja Matriz da cidade de Bananeiras, construídos no período de domínio do café.....	58
Fotografia 7	Cisterna construída com o Crédito Semiárido.....	116
Fotografia 8	Barragem construída com o Crédito Semiárido.....	116
Fotografia 9	Associação dos Trabalhadores Rurais onde funciona a Escola Municipal do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.	120
Fotografia 10	Sala de aula da Escola Municipal do Assentamento Nossa Senhora de Fátima funcionando no salão da Associação do PA.	121
Fotografia 11	Cisterna Calçadão.	123
Fotografia 12	Horta no PA N ^a Sr ^a de Fátima.	123
Fotografia 13	Área cultivada pelos rendeiros antes do assentamento em 2004, terra de exploração.....	143
Fotografia 14	Área cultivada por Assentado, território de esperança.	143
Fotografia 15	O vazio da propriedade em 2004.	144
Fotografia 16	A casa, a produção e a vida no assentamento.	144
Fotografia 17	Açude as margens da PB 099, açude de um só dono.....	145
Fotografia 18	Açude comunitário, açude de todos.	145
Fotografia 19	Vista parcial da propriedade em 2004, terra de exploração.	146
Fotografia 20	Vista parcial do Assentamento, território de esperança. ...	146
Fotografia 21	Casa de taipa, feita pelo assentado para garantir o lote. ..	148
Fotografia 22	Modelo de Casa do assentamento.	148
Fotografia 23	Assentado e filho no reparo do cercado.	149
Fotografia 24	Agricultor retornando do trabalho diário.	149
Fotografia 25	A luta contra seca e a ampliação da casa.	150
Fotografia 26	O Bar do Sr. Francisco de Souza.	150
Fotografia 27	A ajuda mútua para a construção da cisterna de calçadão.	151
Fotografia 28	Cisterna de calçadão, projeto “uma terra, duas águas”.	151

Fotografia 29	O Verde da horta na casa do Sr. “Marmeleiro”	153
Fotografia 30	Visita dos agentes da CPT aos assentados.	153
Fotografia 31	O acolhimento da família do Sr. Mariano aos pesquisadores.....	154
Fotografia 32	Agente da CPT orientando os assentados.....	154
Fotografia 33	Foto histórica do momento que o Sr. Mauricio Gama decide fazer o acordo com os trabalhadores em 2003	155
Fotografia 34	Sede da associação dos moradores, lugar onde inicia as mudanças	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Brejo Paraibano – Assentamentos criados entre 1986 e 1999.	52
Quadro 2 -	Dados quantitativos da atuação da CPT-Guarabira de 1991 até 2010.	85
Quadro 3 -	Áreas desapropriadas de acompanhamento da CPT-Guarabira no período: Novembro de 1984 a dezembro de 2009.	86
Quadro 4 -	Estado da Paraíba - Sindicatos de Trabalhadores Rurais criados antes de março de 1964 – Sindicatos do Padre e das Ligas	95
Quadro 5 -	O uso da terra na Fazenda Alinorte	109

LISTA DE BOX

Box 1 -	Pedido de desapropriação dos trabalhadores da fazenda Alinorte.	105
Box 2 -	Denúncia ao INCRA.	108

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Evolução da produção dos principais produtos agrícolas no município de Bananeiras entre 1960 e 1970	61
Tabela 2 -	Estrutura fundiária de Bananeiras em 1970	61
Tabela 3 -	Evolução da estrutura fundiária de Bananeiras no período de 1980 a 2006	65
Tabela 4 -	Condição do Produtor dos estabelecimentos do município de Bananeiras em 1980, 1995 e 2006	66

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 -	Assentamento Nossa Senhora de Fátima. Eletrodomésticos adquiridos pelos assentados entrevistados antes e depois do assentamento	138
-------------	---	-----

LISTA DE CROQUI

Croqui 1 -	Área parcelada do Assentamento Nossa Senhora de Fátima	118
------------	--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização do Brejo Paraibano no Estado da Paraíba e no Agreste	40
Figura 2 -	Mapa do Estado da Paraíba em 1926, com destaque para o município de Bananeiras e seus distritos.....	55
Figura 3 -	Mapa do Estado da Paraíba de 1951, com destaque para a divisão administrativa do município de Bananeiras	56
Figura 4 -	Configuração atual e localização de Bananeiras no Agreste da Paraíba.	57

LISTA DE ABREVIATURAS

AGEMTE	Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão
AP	Ação Popular
ASPLAN	Associação de Plantadores de Cana da Paraíba
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CIMI	Conselho Indígena Missionário
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODH	Centro de Orientações dos Direitos Humanos
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRB	Confederação Rural Brasileira
DGEOC	Departamento de Geociências
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETR	Estatuto do Trabalhador Rural
FUNRURAL	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GETEC	Grupo de Estudo de Trabalho, Espaço e Campesinato
I PNRA	I Plano Nacional de Reforma Agrária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JAC	Juventude Agrária Católica
MEB	Movimento de Educação de Base
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAM	Produção Agrícola Municipal
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDA	Projeto de Desenvolvimento do Assentamento
PEM	Projeto Educativo do Menor
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEDUP	Serviço de Educação Popular
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SNA	Sociedade Nacional da Agricultura
SRB	Sociedade Rural Brasileira
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	ESPAÇO, TERRITÓRIO DE ESPERANÇA E ASSENTAMENTO RURAL: ALGUMAS NOTAS	28
3	FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BREJO PARAIBANO	39
3.1	O processo inicial de formação territorial e sua evolução até os anos 60 do século XX	43
3.2	Reconfiguração territorial do Brejo paraibano a partir de 1970	47
3.3	Formação territorial do município de bananeiras	54
4	AS LUTAS CAMPONESAS NO BREJO PARAIBANO: AS LIGAS CAMPONESAS, A AÇÃO DA IGREJA E DO MOVIMENTO SINDICAL	68
4.1	As ligas camponesas	70
4.1.1	As Ligas Camponesas paraibanas: Pelo fim do cambão e conscientização do trabalhador	72
4.2	A Igreja e sua inserção na luta pelo direito à terra	77
4.2.1	A CPT e sua ação no Brejo Paraibano	83
4.3	A luta por direitos e melhores condições de trabalho: O sindicalismo no campo	87
4.3.1	O sindicalismo rural no Brejo Paraibano	94
5	DA LUTA PELA TERRA À CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: O CASO DO PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	103
5.1.	O conflito	104
5.2.	O perfil do Assentamento Nossa Senhora de Fátima	115
5.2.1	Localização e aspectos ambientais do PA Nossa Senhora de Fátima	117
5.2.2	Aspectos educacionais	120
5.2.3	A questão da saúde	121
5.2.4	O acesso à água e à energia	122
5.3	Caracterização dos assentados	124

5.4	Caracterização das unidades produtivas (Lotes)	125
5.5	Organização da produção agropecuária	126
5.6	Crédito bancário e tecnologia adotada na agropecuária	129
5.7	Organização do trabalho	131
5.8	Integração das famílias	133
5.9	Presença e atuação de agentes externos	135
5.10	Condições de vida	136
5.11	Renda familiar	138
6	TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO – TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: LUTA, TRABALHO E VIDA	141
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
	REFERÊNCIAS	161
	APÊNDICES	169
	ANEXOS	181

1 INTRODUÇÃO

A luta pela terra sempre esteve presente nos embates políticos no Brasil assumindo formas e contornos diferentes ao longo do tempo histórico. Temos, como exemplos, a luta dos indígenas para resistir à apropriação de suas terras pelos europeus no período da colonização; a luta das comunidades quilombolas, em que a liberdade passava diretamente pela apropriação de um território; a luta dos arrendatários contra o pagamento da renda, como no caso das Ligas Camponesas, em meados do século XX; a luta de resistência dos moradores e posseiros para continuar a viver e trabalhar na terra e a luta dos trabalhadores sem terra por um “pedaço de chão”.

As formas de luta dos séculos XX e XXI representaram (e ainda representam) o enfrentamento da classe trabalhadora diante da dominação e da exploração do capital latifundiário e do agronegócio (este, no mais das vezes, confundido e integrado ao capital latifundiário), e trazem, no seu bojo, a bandeira de luta pela reforma agrária.

A discussão sobre a reforma agrária ressurge no Brasil, em meados do século XX, numa clara manifestação da importância da agricultura, da posse da terra e das relações de trabalho no campo no processo de formação de nossa história. Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados: a) à propriedade da terra, particularmente ao seu caráter privado e à sua concentração; b) aos processos de expropriação, expulsão e exploração dos camponeses e assalariados; c) à violência contra os trabalhadores; d) à produção, ao abastecimento e à segurança alimentar; e) aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; f) às políticas agrícolas e ao mercado; g) à qualidade de vida e à dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, cultural e política.

A luta pela reforma agrária surge no cenário político brasileiro quando os trabalhadores rurais trouxeram para o primeiro plano a luta pela terra. No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, estas lutas renasceram nas últimas décadas do século XX e se desenvolveram nos processos de espacialização e de territorialização dos movimentos sociais (FERNANDES, 2008).

Na Paraíba, a luta pela terra é retomada na Zona da Mata, entre 1974 e 1975, com a ação da Pastoral Rural e da equipe de promoção humana da Arquidiocese do estado, dez anos depois do desmantelamento das Ligas Camponesas. Neste período, nas fazendas Mucatu, Garapu e Andreza, localizadas no município de Alhandra, no Litoral Sul da Paraíba, os moradores foram ameaçados de expulsão, para que os proprietários pudessem plantar bambu e cana-de-açúcar sobre suas áreas de roçado. A Pastoral Rural foi contatada pelos moradores e posseiros, dando-lhes assistência e acompanhamento na luta que culminou com a desapropriação dos imóveis e com a criação de um Projeto de Colonização, posteriormente transformado em Projeto de Assentamento Mucatu, hoje emancipado (MOREIRA, 1997).

Na segunda metade dos anos de 1970, no bojo do processo de modernização da agropecuária, que culminou com a criação do Proálcool e a consequente modernização da atividade canavieira na Zona da Mata e no Brejo paraibano, e com o avanço da pecuarização no Agreste e no Sertão, a luta por terra no estado adquiriu grande dimensão.

Nas propriedades, anteriormente, existiam diversas relações de trabalho representadas pelo pagamento de uma renda fundiária em dinheiro (arrendamento), em produto (parceria) e em trabalho (morada), conforme Moreira e Targino (1997). Com a modernização da agropecuária e a consequente valorização da terra, e com a implementação do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), que estendeu ao trabalhador do campo os direitos trabalhistas, assistiu-se a um processo nunca visto de expropriação-expulsão do homem do campo.

O objetivo dos proprietários de terra era tanto substituir os roçados e as casas dos camponeses por cana e capim, como, também, fugir das obrigações trabalhistas (MOREIRA e TARGINO, 1997). Em alguns casos, quando da morte de antigos proprietários, os herdeiros, não tendo interesse em permanecer com a terra, vendiam-na sem consultar os trabalhadores. Ao tomar posse do imóvel, o novo proprietário o queria limpo, sem agricultores para reclamar direitos (MOREIRA e TARGINO, 1997). Esses processos deram origem a centenas de conflitos marcados pela “luta de resistência” dos camponeses pelo direito de permanecer na terra (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A partir da segunda metade da década de 1980, a redemocratização do país, o anúncio do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), o surgimento do

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a crise da economia nacional - que se refletiu na dinâmica do Proálcool e na atividade pecuária, além do desmantelamento da atividade algodoeira promovida pela praga do bicudo - foram responsáveis, por um lado, pelo crescimento do desemprego no campo e, de outro, pelo fortalecimento da organização dos trabalhadores e pela intensificação da sua luta por terra. Esta contou com o apoio da “vertente progressista” da Igreja Católica (a partir das paróquias locais, com as Comunidades Eclesiais de Base, e da Comissão Pastoral da Terra), dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais combativos e do MST. Muitas áreas de conflito foram conquistadas pela luta camponesa e, depois de desapropriadas, foram transformados em Projetos de Assentamento.

Os assentamentos apresentam, ainda, muitos desafios a ser enfrentados: desde a questão da produção e da comercialização, às questões internas e externas de organização política e social e, até mesmo, a questão ambiental. A terra de negócio é transformada em terra de trabalho, em um território de esperança, onde os desafios cotidianos se multiplicam para se obter autonomia, vida digna, sobrevivência sem o jugo da exploração.

O objetivo deste trabalho foi compreender a luta camponesa por terra e pela vida na terra a partir do município de Bananeiras, estado da Paraíba, através do estudo de caso de um Projeto de Assentamento (PA), o de Nossa Senhora de Fátima, à luz do processo geo-histórico de formação territorial do Brejo paraibano.

A escolha pelo tema não foi algo previamente definido, assim como foi a minha escolha pelo curso de Geografia. De fato, a inserção no curso de Geografia se deu de forma muito prematura, pois, ainda no ano de 2002, cursando o 1º ano do Ensino Médio, por convite de um amigo, participei de uma aula de campo com a turma de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), *Campus* III, localizado em Guarabira. Posso dizer que foi “amor no primeiro campo”. Daquele momento em diante, coloquei em meu pensamento o objetivo de fazer um curso, e que este seria o de Geografia e naquela universidade.

Pessoas falavam que o curso não era bom, que existiam muitos problemas, mas algo me dizia que deveria fazer o curso de Geografia na UEPB em Guarabira. Assim fiz somente um vestibular, e foi para este curso.

Aprovado, ainda fera, logo que vi a realidade do curso, soube que teria que fazer o meu melhor para ter uma boa formação. Por necessidade e por querer

mudanças, integrei o Centro Acadêmico (CA) de Geografia “Prof. Milton Santos”, através do qual organizei e participei de diversos eventos.

Junto com o professor Belarmino Mariano Neto, hoje, um amigo, consegui iniciar uma pesquisa na área do turismo pelo Programa Institucional de Iniciação Científica (PROINCI) da UEPB, com o título de “Paisagem e turismo: as trilhas do Padre Ibiapina na região do Brejo Paraibano”. Assim, fui “tomando” mais conhecimento da região e dando-me conta da necessidade de fazer trabalhos de campo. Isto me levou a andar e observar a vida dos moradores dos pequenos municípios, sobretudo da zona rural.

Pouco a pouco, fui conhecendo as realidades, principalmente no município de Bananeiras, em que eram nítidas as mudanças promovidas pelo capital imobiliário e turístico com a criação de grandes condomínios fechados. Fui, ainda, conhecendo diversos assentamentos. Alguns, frutos de conflito, outros, frutos de acordos trabalhistas.

Posteriormente, participei do projeto “Território(s) de Esperança”, desenvolvido pela professora Dra. Emília de Rodat Fernandes Moreira, com o apoio do CNPq, do qual o professor Belarmino Mariano Neto fazia parte como responsável pelo estudo em alguns municípios do Agreste-Brejo. Com a participação no projeto, cresceu ainda mais meu interesse pelo estudo da questão agrária e da luta pela terra na Paraíba.

Com o término do curso de Licenciatura em Geografia, inscrevi-me para a seleção do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB), tendo logrado êxito.

No decorrer do período que coincidiu com o término do curso de graduação e a matrícula no PPGG/UFPB, terminei o processo de seleção para o curso de Formação de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar, para o qual havia prestado concurso em 2008. Assim, tive que trancar o primeiro semestre do meu curso de pós-graduação e só iniciei o mestrado no semestre seguinte, desvinculado de minha turma e sem um orientador definido. Foi quando procurei a professora Emília Moreira que aceitou orientar-me.

A partir de então, além de cursar as disciplinas, tive que rever meu projeto e adequá-lo para ser apresentado no Seminário de Dissertação. Nesse momento, a pesquisa começou a tomar forma e a se consolidar como proposta para estudar a luta pela terra e pela vida na terra no município de Bananeiras, através do estudo de

caso de um assentamento rural. Para tanto, além da escolha do método de interpretação da realidade estudada, uma série de procedimentos metodológicos e de técnicas de pesquisa se fizeram necessários.

Entendemos, neste íterim, conforme Pizzolatti e Rocha (2004, p. 57), que “uma boa pesquisa se concretiza a partir de uma pergunta, mas não apenas. A pesquisa exige objetivos claros e, especialmente, um método coerente”. E, para Alves e Ferreira (2008, p.886), o método é um “instrumento organizado que procura atingir resultados estando diretamente ligado a teoria que o fundamenta”.

Pizzolatti e Rocha (2004, p. 57) consideram que uma pergunta de pesquisa pode ser bastante ampla e inédita bem como pode possuir “potencialidades para conceber uma pesquisa inovadora”. No entanto, muitas vezes, as pesquisas não avançam ou não alcançam os resultados esperados em razão “do mau emprego ou descuido na opção pelo método” (PIZZOLATTI e ROCHA, 2004, p. 57).

Por outro lado, para aqueles em que o método tem um papel central na evolução da pesquisa, um bom trabalho poderá ser realizado sem obrigatoriamente iniciar de uma pergunta com um alto grau de excelência, ainda que tal parâmetro não possa ser quantificável. Quem faz pesquisa sabe que durante as reflexões e a redação do trabalho final, ocorre inevitavelmente a insurgência de novas questões que se apresentam a serem respondidas. Tais perguntas emergem, frequentemente, não ao acaso, mas no transcurso da aplicação do método de pesquisa; em outras palavras, dos caminhos que o pesquisador optou por trilhar (PIZZOLATTI e ROCHA, 2004, p. 57).

Neste trabalho, optamos pelo materialismo histórico e dialético, uma vez que o consideramos atual e adequado à análise da realidade. Este método é uma herança da vasta obra marxiana, “uma *concepção materialista dialética da história*, a partir da compreensão das relações sociais concretas da humanidade” (CORDIOLLI, 2009, p. 8). Para Marx, a realidade é dialética, ou seja, fruto da troca contínua entre o homem e o mundo (VANCOURT, 1964).

A dialética, em sentido genérico, indica, segundo Huaiss e Villar (2001, p. 1030), “oposição e conflitos originados pela oposição”. O seu conceito, porém, evoluiu ao longo do tempo. “Para os sofistas gregos, a dialética era a arte de vencer as oposições nas disputas públicas, de conquistar hegemonia. Portanto, mais que uma ciência formal e exata, a dialética dos sofistas era uma ciência política” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 359).

Platão e Aristóteles, embora divergissem sobre a valorização da lógica dialética, atribuíam-lhe o mesmo sentido fundamental: “a ciência refere-se ao mundo da necessidade, da matemática, da metafísica, enquanto a dialética diz respeito ao mundo do possível, isto é, a história dos homens” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 360).

Aristóteles e Kant, em diferentes épocas, chamaram a atenção para um problema relativo à lógica dialética que consistia no fato de que se ela se fundamentasse numa ruptura absoluta, não existiria relação entre as partes, o que inviabilizaria a própria dialética.

Foi Hegel quem resgatou a primazia da lógica dialética sobre a lógica formal. Para ele, “a íntima relação entre a ideia e sua negação é a própria negação da negação” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 360), relação esta passível de ser captada pela razão humana a qual, através da filosofia, pode evidenciar a concatenação entre todas as contradições do mundo real e a dialética. Tal concatenação seria, para Hegel, “a própria história da evolução do espírito” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 360).

Marx preservou a primazia da lógica dialética defendendo, porém, que “a tese não é o espírito nem a ideia e, sim, a matéria, isto é, a economia, a infraestrutura” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 360). Dessa maneira, a história não consiste na manifestação do espírito, mas na realização do ser humano. “O mundo racional e o real não se identificam necessariamente. Os valores racionais de igualdade e bem estar humano podem ser conquistados ou não, por meio da luta dos oprimidos” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 360).

Vista por este prisma, a dialética marxista, ao relacionar estrutura e superestrutura, aponta “para um horizonte de valores humanos, que na sociedade atual, existem apenas potencialmente: a igualdade e a justiça social entre os homens” (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 361). Desse modo, a dialética marxista “mobiliza corações e mentes para a concretização desses valores, afirmando que a luta de classes é a parteira que poderá os trazer à luz (NOSELLA e BUFFA, 2005, p. 361).

E isto fica claro no estudo do espaço agrário brasileiro e paraibano, quando verificamos as intencionalidades contraditórias presentes na produção deste espaço dominado pela lógica capitalista, cuja perversidade é representada, entre outros, pela especulação de terras, exploração de trabalhadores e impactos

ambientais e, de outro lado, pela resistência a esse processo através das lutas camponesas de resistência e recriação (MOREIRA, 2011). O resultado dessa luta contraditória, quando possibilita a construção de novas territorialidades, origina o que Moreira (2006) denomina de “territórios de esperança”.

EM relação aos procedimentos metodológicos de pesquisa, estes consistem em todas as etapas e técnicas utilizadas pelo pesquisador em uma determinada investigação. E, para o desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados os seguintes procedimentos e técnicas de pesquisa:

a) escolha do tema de pesquisa. Esta escolha aconteceu a partir do interesse em dar continuidade aos estudos iniciados na graduação e com a preocupação em entender os processos resultantes da luta por terra e pela sobrevivência na terra em áreas de assentamento.

b) escolha do objeto de pesquisa. A escolha do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, como objeto de pesquisa, aconteceu a partir da curiosidade despertada após uma visita realizada com a equipe da CPT/Guarabira neste Assentamento. Na ocasião, conversamos com alguns assentados e, por meio desta “prosa”, foi relatada a história das lutas. Conseguimos compreender, na época, que aquele Assentamento é um território onde a esperança é buscada na lida na terra, nas lutas, no âmbito das políticas públicas, em apoio ao agricultor familiar e ao assentado. Assim, decidimos que em nossa dissertação dirigiríamos a pesquisa para aquela área.

c) levantamento bibliográfico. Foi realizado um levantamento bibliográfico seguido de leitura de obras, artigos e relatórios de pesquisa. O levantamento bibliográfico permitiu a estruturação de um banco de dados bibliográficos referente à temática trabalhada. As consultas foram efetuadas nas bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba, da Universidade Estadual da Paraíba (*Campus III*), em *sítes* de grupos de pesquisa, a exemplo do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP); da Associação Brasileira de Reforma Agrária, em revistas de Programas de Pós-Graduação em Geografia e áreas afins, e no portal de periódicos da CAPES. A pesquisa bibliográfica foi muito importante tanto para dar

suporte à discussão teórico-metodológica como para conhecermos melhor a produção do espaço do município onde se localiza o assentamento estudado.

d) levantamento de dados secundários. Os dados secundários foram coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir do *site*. Foram feitos *downloads* dos censos agropecuários da Paraíba de 1960, 1970, 1975, 1985. Foi utilizado, também, o sistema de dados agregados do IBGE, conhecido como SIDRA (Sistema IBGE de Recuperação Automática), através do qual tivemos acesso aos dados da Produção Agrícola Municipal (PAM), bem como aos dados dos censos agropecuários da Paraíba de 1996 e 2010.

No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foram levantados dados referentes à distribuição fundiária de Bananeiras, a partir do Cadastro Nacional de Imóvel Rural, e sobre os assentamentos criados no município de Bananeiras de 1986 até 2010.

Na Seção Regional da Comissão Pastoral da Terra, no município de Guarabira, foram consultados diversos documentos sobre o conflito que deu origem ao assentamento estudado, sobre o desenrolar do conflito e a sua solução.

e) Pesquisa de campo. A pesquisa de campo compreendeu várias etapas, a saber:

i) etapa de reconhecimento da área objeto de estudo. O reconhecimento do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima foi realizado quando acompanhamos uma visita da CPT/Guarabira ao mesmo. Na oportunidade foi possível recolher informações orais sobre a história do conflito e foi possível, ainda, visitar alguns lotes e observar o modo de vida de alguns assentados;

ii) realização de entrevistas. Para a compreensão da história da luta pela terra foi necessária a realização de entrevistas abertas com assentados e representantes dos movimentos sociais. Para tanto, utilizamos a história oral enquanto uma técnica de pesquisa que permitiu, através de entrevistas gravadas, recuperar o testemunho de acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história vivida.

Essa técnica de pesquisa surgiu na década de 1950 com a invenção do gravador, nos Estados Unidos, no México e na Europa, difundindo-se pelo mundo a partir de então.

As entrevistas de história oral são tomadas como fontes para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros tipos de registro. Caracterizam-se por serem produzidas a partir de um estímulo, pois o pesquisador procura o entrevistado e lhe faz perguntas, geralmente depois de consumado o fato ou a conjuntura que se quer investigar. Além disso, fazem parte de todo um conjunto de documentos de tipo biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretam acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral. Isso torna o estudo da história mais concreto e próximo, facilitando a apreensão do passado pelas gerações futuras e a compreensão das experiências vividas por outros (CPDOC - FGV, 2011).

Considerando a memória oral de cada assentado ou representante das entidades e movimentos sociais de apoio como testemunhos dos acontecimentos, estivemos atentos à subjetividade dos sujeitos, pois sabemos que estes são parciais em suas memórias. Assim, buscamos os elementos que estão na memória e procuramos confrontá-los com documentos e com outras entrevistas para selecionar os mais pertinentes na construção da história do assentamento.

Foram realizadas entrevistas com a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras, com o Presidente da Associação de São Sebastião dos Moradores do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima e com um membro da CPT, bem como com assentados que participaram do processo de luta. Para entender a organização interna e externa do Assentamento, bem como para obtermos um perfil dos assentados e entender suas condições de vida, a organização da produção e do trabalho, realizamos entrevistas semi-estruturadas e 14 (quatorze) entrevistas em forma de questionários.

Estes questionários foram aplicados junto a 14 (quatorze) das 42 (Quarenta e duas) famílias assentadas, o que permitiu o levantamento de informações sobre 33% (Trinta e três por cento) das famílias assentadas. Os questionários foram respondidos por um representante do núcleo familiar, tendo sido dada preferência ao chefe de família, responsável pelo lote (um dos cônjuges) ou, na ausência deste, ao filho ou filha mais velho(a), que desenvolvia atividades no lote. A observação de campo, com anotações em caderno, complementou esta etapa da pesquisa.

A partir do material levantado e sistematizado pela pesquisa, elaboramos a dissertação que está estruturada em 6 (seis) capítulos, contando com esta introdução, e Considerações finais.

Sendo esta Introdução o primeiro capítulo, o segundo aborda a discussão sobre espaço, território e território de esperança, chegando a partir daí à discussão conceitual sobre Assentamento e sua compreensão como uma fração do Território de Esperança.

O terceiro capítulo faz um resgate histórico sobre o processo de formação territorial do Brejo paraibano, procurando salientar como este processo se deu no município de Bananeiras onde se localiza o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

O quarto capítulo aborda as lutas camponesas no Brejo paraibano a partir da ação das Ligas Camponesas na Paraíba e sua extensão no Brejo, da ação da Igreja Católica, realçando o papel da Diocese de Guarabira e da CPT/Guarabira, e da atuação do movimento sindical e seus desdobramentos com as conquistas da classe trabalhadora.

O quinto capítulo focaliza a história da luta pela terra que deu origem ao Projeto Assentamento Nossa Senhora de Fátima e caracteriza o assentamento e os assentados com base na pesquisa documental e de campo.

O sexto capítulo é uma exposição fotográfica, dividida em três seções temáticas: luta, trabalho e vida. Pode-se assim dizer que este capítulo é uma síntese iconográfica da história de luta e desenvolvimento do assentamento.

Por fim, consideramos que esta pesquisa, acrescentando ao conhecimento científico, apresenta inúmeras outras possibilidades de investigação, sobretudo considerando os territórios de esperança e as lutas pela terra e pela vida digna na convivência com a terra.

2 ESPAÇO, TERRITÓRIO DE ESPERANÇA E ASSENTAMENTO RURAL: ALGUMAS NOTAS

O estudo da luta pela terra e da criação e configuração do Assentamento Nossa Senhora de Fátima, a partir do resgate do processo histórico de formação territorial do Brejo Paraibano, apóia-se na Geografia Crítica. Esta consolidou-se como unidade teórico-metodológica nos anos de 1970, surgindo na França e, posteriormente, desenvolvendo-se em outros países da Europa, da América Latina e outros.

As suas primeiras formas de expressão foram identificadas nos famosos periódicos norte-americanos *Antipode: A Radical Journal of Geography* editado por Richard Peet e apresentado pela primeira vez na reunião da Associação dos Geógrafos Americanos em 1969; na revista francesa *Hérodote – Revue de géographie et de géopolitique*, cujo primeiro número foi editado em 1976 por Yves Lacoste; e na importante obra de Yves Lacoste, *A geografia: Isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*, publicada também em 1976 como uma espécie de livro-manifesto em que o autor faz severas críticas à velha geografia, afirmando que ela sempre existiu a serviço da dominação e do poder (BRITO e PESSOA, 2009, p.2).

A Geografia Crítica baseia-se no materialismo histórico e dialético e se inspira tanto no marxismo como no anarquismo. Apóia-se no próprio Marx, que influenciou geógrafos russos, franceses e ingleses, entre outros pensadores sociais contemporâneos,

[...] e recupera autores anarquistas como Elisée Reclus e Piotr Kropotkin. (...). Como bem o diz Vesentini, “ela se alimentou de muito do que já havia sido feito anteriormente, tanto por parte de alguns poucos geógrafos quanto por outras correntes de pensamento que podem ser classificadas como críticas”. Os seus pressupostos básicos são a “criticidade” e o engajamento político (MOREIRA, 2011, p. 2).

De acordo com Vesentini (2004, p. 223), entende-se por criticidade:

[...] uma leitura do real - isto é, do espaço geográfico - que não omitisse as suas tensões e contradições, que ajudasse enfim a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação. E por engajamento se pensava numa geografia não mais ‘neutra’ e sim comprometida com a justiça social, com a correção das desigualdades sócio-econômicas e das disparidades regionais. A produção geográfica até então, dizia-se - embora admitindo exceções: Réclus, Kropotkin e outros -, sempre tivera uma pretensão à neutralidade e costumava deixar de lado os problemas sociais

(e até mesmo os ambientais na medida em que, em grande parte, eles são sociais), alegando que 'não eram geográficos' [...] como uma leitura do real – isto é, do espaço geográfico – que não omitia as suas tensões e contradições, tal como fazia e faz a geografia tradicional, que ajude a esclarecer a espacialidade das relações de poder e de dominação.

Na Geografia Crítica, o espaço aparece como um produto social, como um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens no processo de trabalho (MOREIRA, 2011). Neste entendimento, Henri Léfèbvre (1981), afirma que o espaço é compreendido como o *locus* da reprodução das relações sociais de produção, em outras palavras, como o *locus* da reprodução da sociedade. E, segundo Gomes (1996, p. 300), Léfèbvre “distinguiu uma dimensão essencial da construção social da realidade, a produção do espaço através de um novo modelo definido por uma análise fundada sobre a dinâmica própria à espacialidade”.

Santos, fortemente influenciado por Léfèbvre, ao abordar a questão espacial, procurou aprofundar, inicialmente, a discussão sobre a concepção de espaço enquanto espaço social, enfatizando a diferenciação entre espaço natural e espaço social. Para o autor, o espaço natural seria a natureza primeira, ou seja, a natureza natural. A partir do momento em que o homem, através do trabalho, atua sobre esta primeira natureza, ele a transforma numa segunda natureza ou no espaço geográfico. Deste modo, a natureza é comandada pelas ações dos homens e a “atividade social começa a ser uma simbiose entre o trabalho do homem e uma natureza cada vez mais modificada por esse mesmo trabalho” (SANTOS, 1980, p. 202).

Santos (1992) entende, também, o espaço como uma totalidade e, como tal, é uma instância da sociedade, da mesma forma que as instâncias econômica e cultural-ideológica. O homem, por sua vez, não é apenas o habitante de um determinado lugar, mas é também o produtor, o consumidor e membro de uma classe social que ocupa um lugar específico e especial no espaço, e isto também define o seu próprio valor (SANTOS, 1992).

Na obra *A Natureza do Espaço*, Santos (1997) nos aponta outra forma de análise do espaço, a qual é dada pelo estudo de duas categorias: (i) a configuração territorial e (ii) as relações sociais. Ele chama a atenção, porém, para o fato de que a configuração territorial não é o espaço, uma vez que sua realidade advém da sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima. A

configuração territorial ou geográfica tem sua materialidade própria, mas são as relações sociais que dão a sua existência real (SANTOS, 1999, p. 50-51).

O espaço geográfico e o espaço agrário como um dos seus segmentos, não constituem algo dado e acabado, mas algo dinâmico, determinado historicamente, um produto da ação do homem sobre a natureza e das relações que se estabelecem entre os homens através do processo de trabalho ao longo do tempo histórico (MOREIRA, 2011, p. 5).

No que se refere ao território, vários autores da corrente crítica, a exemplo de Claude Raffestin, Bernardo Mançano Fernandes, Milton Santos, entre outros, distinguem território de espaço. Para Raffestin (1997), o espaço é anterior ao território e o território se forma a partir do espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, em que se revelam as relações de poder. De acordo com Raffestin (1997, p. 59-60), o “território é um trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos”.

Por quase um século, a questão do território foi negligenciada pela geografia. Neste período, a geografia foi fortemente influenciada pelo positivismo e pelo neo-positivismo. A partir da década de 1950, a geografia começou a romper com este tipo de abordagem, causando, assim, uma mudança paradigmática com a definição de novos modelos e conceitos (RAFFESTIN e TURCO, 1989 *apud* SAQUET, 2007). Essa nova forma de pensar trouxe novos elementos para a reflexão na geografia, principalmente de autores que tinham uma postura antipositivista, que defendiam a relação com a fenomenologia ou com o materialismo histórico e dialético (SAQUET, 2007).

Observa-se que, a partir de então, o desenvolvimento de uma multiplicidade de enfoques sobre o território, sem que se chegue a um consenso sobre o seu significado. O fato é que o território deixou de ser visto apenas enquanto essência do Estado, como era definido pelos os geógrafos clássicos nos fins do século XIX. Segundo Haesbaert (2004, p.2):

O território, imerso em relações de dominação e/ou de apropriação sociedade-espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica’.

O próprio Haesbaert (1997) vai tentar sistematizar a apreensão do território em três vertentes consideradas básicas, quais sejam: (i) a jurídica-política, (ii) a cultural(ista) e (iii) a econômica.

O território, na abordagem jurídico-política, é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal (BORDO, SILVA *et al.*, 2004). A abordagem cultural(ista), prioriza as dimensões simbólicas e mais subjetivas. Nela o território é visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço, valorizando a relação do homem com a terra, através dos sentidos e de sua sensibilidade. E, por último, a abordagem econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho” (HAESBAERT, 1997, p.40).

Apesar desta tentativa de sistematização, existem diferentes abordagens conceituais do território. Nestas, dois aspectos fundamentais para a sua compreensão se destacam: as noções de (i) apropriação e de (ii) dominação (SOUZA, 2005; HAESBAERT, 2004; MOREIRA, 2011). Cada autor vai trazer essas duas referências em seus estudos, seja nas entrelinhas dos textos ou, de maneira explícita, na discussão do território enquanto Estado-Nação ou na abordagem cultural/econômica.

Souza (2005) aborda o território através de vários enfoques. Para este autor, o território é definido e delimitado como um espaço a partir da relação de poder, indiferente de sua gênese (recursos naturais, identidade e cultura etc.). Souza (2005, p.79) afirma, ainda, que é importante saber “quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?”. O autor trás a ideia de existir, no mesmo espaço, territórios com funções diferentes nas diferentes escalas espaciais e temporais.

Para Fernandes (2008), a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço. Considerando que os seres necessitam construir seus territórios para garantir suas existências, essa construção se dá com base na intencionalidade. De acordo com as “tendências das intencionalidades”, conforme Fernandes (2008), “os territórios podem ser vistos de diversas formas, por diferentes sujeitos. Dar significados mais amplos ou mais restritos depende da intencionalidade do sujeito que elabora e ou que usa o conceito” (FERNANDES, 2008, p. 4).

Os principais atributos do conceito de território, para Fernandes (2008), são: (i) totalidade, (ii) multidimensionalidade, (iii) escalaridade e (iv) soberania. Para ele, indiferente do tamanho dos territórios (país, município, propriedade), eles são uma “totalidade que são multidimensionais e só são completas neste sentido, ou seja, relacionando sempre a dimensão política com todas as outras dimensões: social, ambiental, cultural, econômica etc.” (FERNANDES, 2008, p. 5).

Para compreender o conceito de território, segundo a perspectiva de Fernandes (2008, p. 5), é necessário:

[...] conceber as relações de poder que determinam a soberania. Quando nos referimos ao território em sua multiescalaridade, ou seja, em suas diversas escalas geográficas, como espaço de governança de um país, de um estado ou de um município, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia dos governos na tomada de decisões. Quando nos referimos ao território como propriedade particular individual ou comunitária, o sentido político da soberania pode ser explicitado pela autonomia de seus proprietários na tomada de decisões a respeito do desenvolvimento desses territórios.

O território é concebido por Oliveira (2005, p. 74), dentro de uma perspectiva crítica, como “síntese contraditória”, e mais, “como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o Estado desempenha a função de regulação”. Para este autor, o território é formado a partir da luta de classes, no processo de produção de sua existência e são as “próprias relações sociais de produção e o processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração histórica específica ao território” (OLIVEIRA, 2005, p. 76). O território, desta forma, é dinâmico.

Para Mariano Neto (2006) existe uma ideia de território, na perspectiva do rural, e o destaque para a ideia de relações de proximidades e de integração reforça o sentido agrário para a questão,

[...] em que se apresenta o território como uma identidade construída socialmente por uma coletividade. Entende-se que as reflexões acerca dos territórios constituídos pelos grupos sociais no meio rural são os tecidos da memória que mais esgarçaram-se pela fraqueza das redes sociais no campo. Isso pode ser notado nos espaços em que houve um rápido e criativo processo de expansão dos usos tecnológicos identificados como complexos agroindustriais (MARIANO NETO, 2006, p.72).

Na contramão destes territórios complexos, surgem, no campo, o que Moreira (2011) chama de “territórios de esperança”. Sendo os assentamentos, bons exemplos desta nova constituição territorial.

Segundo Fernandes (2007), para a sua territorialização, o capital precisa destruir outros territórios ou impor a sua subordinação, a exemplos dos territórios indígenas e camponeses. Este processo de conflitualidades se modifica com a conjuntura da questão agrária que não é conjuntural em si, mas estrutural.

Moreira (2011, p. 5) compreende que existe uma polissemia no termo território e o entende como:

a) um espaço concreto, definido por fronteiras e delimitado por e a partir de relações de poder que se estabelecem e se transformam ao longo do tempo histórico; b) uma porção do espaço socialmente produzido, que exprime as características do espaço a que pertence, porém se destaca pela dimensão que assume enquanto objeto de disputa e de enfrentamentos (...); c) como um produto da luta de classes e do confronto entre capital e trabalho.

Para esta autora, esta forma de apreensão do território, quando aplicada ao estudo da questão agrária permite:

Identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dos grupos de confronto na questão da terra: de um lado, os latifundiários e do outro os camponeses sejam eles pequenos produtores ou trabalhadores sem terra; b) identificar os espaços de disputa e/ou de controle econômico, político e social dentro do próprio grupo oligárquico regional; c) identificar formas simbólicas-subjetivas de apropriação do território; d) dar visibilidade aos processos responsáveis pelos enfrentamentos e disputas por frações do território; e) identificar os processos de territorialização, des-territorialização e/ou re-territorialização resultantes da luta entre capital e trabalho no campo (MOREIRA, 2011, p. 5).

É com base nestes pressupostos que Moreira (2007) cunhou o conceito de “território de esperança”. Ela parte da preocupação em entender a diferença existente entre as porções do espaço em disputa, definidas pelos geógrafos de forma generalista como “território”, buscando diferenciar os espaços em disputa entre proprietários fundiários de um mesmo padrão social e donos de terras com dimensão ou importância econômica e social similares, dos que são objeto de disputa entre proprietários fundiários e trabalhadores sem terra, dos que são

conquistados na luta por terra e dos que vivenciam a luta camponesa pela sobrevivência na terra conquistada pela luta ou por outras formas de acesso.

Na verdade, o conceito de território de esperança está em construção. Para Moreira (2011), ele corresponde tanto à porção do espaço “conquistada e construída pelas lutas de resistência e de ocupação promovidas pelos trabalhadores sem terra, como aquela resultante da luta de resistência, recriação e consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa” (MOREIRA, 2011, p. 4). Assim, o assentamento de reforma agrária seria uma fração do “território de esperança”, o qual:

simboliza uma ruptura com a forma de organização social, econômica e política pré-existente, uma forma de resistência à dominação do capital no campo. Ele surge de dentro do território capitalista rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, como um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, mas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo. Daí o Território de Esperança se constituir num território em movimento, vivo, que experiencia um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços retrocessos, ganhos e perdas” (MOREIRA, 2011, p.4).

O território conquistado pela luta camponesa representa um novo lugar, um novo espaço de relações sociais, o lugar de trabalhar e viver, de construir um novo modo de vida. Esse território conquistado pelo campesinato em luta se transforma em Projeto de Assentamento – PA.

A discussão sobre o conceito de Assentamento Rural no Brasil teve início com I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA). Até o final dos governos militares o Estado brasileiro centrou sua atenção apenas nos Projetos de Colonização deixando de lado qualquer programa que fizesse referência à reforma agrária.

Segundo Mançano (1999, p. 21, *apud* FREITAS, 2001, p. 19), as referências sobre a origem do termo Assentamento referem-se a década de 60 e ao Estatuto da Terra onde o termo aparece pela primeira vez e no Chile durante a reforma no período de 1964 a 1970. Todavia, só recentemente seu significado tem sido mais profundamente analisado. Hoje são inúmeras as formas de compreensão do significado de assentamento rural.

Para Menegat (1998, p. 9, *apud* FREITAS, 2001, p. 19), o Assentamento Rural é, antes de tudo,

um espaço de reordenação de terras que vem contribuindo para o aumento da pequena produção e para o surgimento de novos atores no meio rural, fortalecendo a agricultura familiar e aumentando o número de empregos e a produção de alimentos no país.

O INCRA relaciona o Assentamento rural à etapa posterior à desapropriação de terras, quando se dá a de fixação do trabalhador nos lotes, a criação das Associações, o repasse do crédito de implantação. Um boletim informativo publicado pelo INCRA/PNUD disponível na internet ao responder a questão sobre o significado de assentamento do INCRA, coloca que:

O assentamento é o retrato físico da Reforma Agrária. Ele nasce quando o INCRA, após se imitar na posse da terra (recebê-la legalmente) transfere-a para trabalhadores rurais sem terra a fim de que a cultivem e promovam seu desenvolvimento econômico. O assentamento é, portanto, razão da existência do INCRA.

O Assentamento surge para o Incra a partir da criação do “Projeto de Assentamento”. O Projeto de Assentamento é criado:

[...] a partir da desapropriação, aquisição ou transferência de um imóvel improdutivo, acima dos 15 módulos fiscais¹, destinado ao assentamento de famílias, no objetivo de torná-lo produtivo, adequando-se ao programa de reforma agrária, através do Governo Federal. Desta forma, o Assentamento é o local onde as famílias, aderindo ao processo de reforma agrária, irão encontrar condições de moradia, trabalho e constituição de renda para sua manutenção, cabendo ao INCRA, oferecer a infra-estrutura básica²” (depoimento concedido pelo técnico do INCRA-PB, Jorge Luís de Sousa Lima *apud* FREITAS, 2011, p. 21).

Essa percepção do Estado segundo Fernandes (1999, p. 21, *apud* FREITAS, 2001, p. 22) compreende o assentamento como “um projeto social,

¹ Segundo o INCRA, o módulo fiscal diz respeito a um número de hectares que serve de base para o cálculo da quantidade de terra a ser desapropriada, que varia para cada região (FREITAS, 2011).

² Para o INCRA, infra-estrutura básica, significa: abertura de estradas para acesso ao projeto de assentamento, eletrificação rural, água para consumo humano, financiamento da produção, créditos de instalação e investimentos através Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) (FREITAS, 2011).

resultado da política de reforma agrária, em que o mesmo intervém numa determinada área para regularizar problemas de ordem fundiária”.

Já para os movimentos sociais o assentamento é entendido como sendo “a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência” (FERNANDES, 1999, p. 21) onde o assentado é um sujeito social, um sujeito coletivo que participa de um processo de luta diferente da vivenciada no acampamento.

Para o MST (Caderno de Cooperação Agrícola, 1998),

[...] precisamos avançar no entendimento de que os assentamentos não são apenas uma unidade de produção. Mas, acima de tudo, são um núcleo social aonde as pessoas convivem e desenvolvem um conjunto de atividades comunitárias na esfera da cultura, lazer, educação, religião, que precisamos estar atentos para que os assentamentos cumpram sua missão histórica para semear as mudanças no meio rural.

Freitas (2011, p. 21) afirma que:

[...] o assentamento representa no âmbito de sua criação, mais do que o resultado de um ato administrativo formal. Nesse momento, é vencida apenas a primeira etapa de um processo, que é a quebra do monopólio da terra e o fim do conflito social (luta pela terra).

Após a sua criação, que representa tão somente a primeira fase de um longo caminho, tem lugar a constituição de uma nova organização territorial que envolverá famílias de diferentes composições e origem que começarão a vivenciar uma nova experiência em torno da sobrevivência na terra.

A concretização da reforma agrária e da sua expressão mais concreta, os assentamentos rurais, é responsável por profundas mudanças na organização do espaço agrário e reflete até mesmo sobre o espaço urbano. Isto porque de um lado, a redistribuição de terras promove alterações na estrutura fundiária, na forma de uso da terra e na paisagem rural e, de outro, o acesso à terra a um número significativo de famílias, o que incide na composição da população local, na dinâmica do comércio e dos serviços das cidades, na vida política e cultural das áreas polarizadas por esses assentamentos (FREITAS, 2011, p.22).

O Projeto de Assentamento apresenta-se para os que lutam pela terra, como um território de inúmeras possibilidades, como um território onde se espera construir um ambiente de vida diferente daquele representado pela extrema pobreza e pela forte exploração de muitos trabalhadores que às vezes já viviam em cidades.

O acesso à terra indica uma reterritorialização, materializando a recriação do lugar a partir da inserção de novos elementos e perspectivas no espaço rural. O lugar incorpora o novo, especialmente no que diz respeito às técnicas, modificando as práticas sociais. Assim, os assentados constroem um novo território a partir da mudança das relações estabelecidas neste espaço, promovendo um rearranjo no processo produtivo, diversificando a produção e introduzindo novas atividades (BUTH e CORRÊA, 2006, p. 154-155).

De acordo com Belledeli e Medeiros (2005, p. 1731), as peculiaridades de cada assentamento estão relacionadas à forma de organização por ele assumida.

Os assentamentos ao longo do seu processo de construção são diferenciados uns dos outros. A realidade de cada região faz o jeito de ser de cada um. Existem assentamentos que estão próximos de cidades, outros ficam muito distantes sem condições de acesso a estradas e de deslocamento da produção, alguns possuem muitas famílias, enquanto outros contam com um número muito pequeno.

As autoras chamam a atenção para o fato de que as famílias,

[...] oriundas de diferentes lugares passam a enxergar e vivenciar seu pedaço de terra e aos poucos vão dando 'sua cara' para este lugar. Uma das necessidades mais imediatas é organizar o processo produtivo desta nova área que lhe foi destinada. Ele inicia produzindo, geralmente, para seu sustento até a chegada de crédito para o plantio de outras culturas (BELLEDELI e MEDEIROS, 2005, p.1731).

Nesse processo, segundo Moreira (2011), conflitualidades e contradições emergem como resultado tanto das novas relações estabelecidas com o Estado, como da vivência de uma experiência nova por parte dos assentados seja como gestor de seu próprio pedaço de chão como de convivência com seus pares que no mais das vezes apresentam diferenças culturais, ideológicas e até mesmo educacionais. Isto sem falar nas interferências externas de políticos locais, de ONGs diversas, de movimentos sociais. A articulação com o mercado, as dificuldades na produção e na comercialização, a luta por energia, água, educação e saúde também fazem parte do cotidiano dos Assentamentos.

Como afirmam Belledeli e Medeiros (2005), a criação do Assentamento na medida em que encerra um ciclo, o da luta pela terra, inicia outro, o da luta pela permanência na terra. Nesse novo ciclo segundo Moreira (2010), travam-se disputas diversas que vão desde a forma de organização da infraestrutura, da produção e da

comercialização, da divisão dos lotes à construção de agrovilas ou de moradias nos lotes, entre outras.

Com base nessa percepção, entendemos ser o Assentamento um território de esperança. Como tal, ele é prenhe de contradições e rico em desafios impostos pela sua condição de território dentro de outro território. Isto é, como diz Moreira, em discussão realizada no âmbito do GETEC/DGEOC/UFPB em outubro de 2011,

embora o assentamento seja o resultado da conquista de fração do território capitalista pela classe camponesa, ele vivencia o desafio constante de luta contra a submissão ao capital que está constantemente tentando avançar e reconquistar o território, submetendo-o às suas necessidades. No meio deste conflito está a esperança de que as novas experiências vivenciadas pelos novos sujeitos sociais possa garantir a reprodução camponesa e a construção de um território onde a classe camponesa se constitua numa classe para si, capaz de lutar para desvencilhar-se da ideologia da classe dominante e para determinar com objetividade as condições reais de sua existência, as contradições dos seus interesses com seu modo de vida e a elaboração de propostas para superar tais contradições.

É com base nestes pressupostos que desenvolvemos este trabalho, sustentado em duas categorias de análise, quais sejam: (i) o espaço geográfico e (ii) o território, em que, ambas dão sustentação ao objeto de pesquisa, centrado no assentamento, aqui instituído enquanto um fragmento do espaço geográfico produzido, enquanto território de esperança em construção.

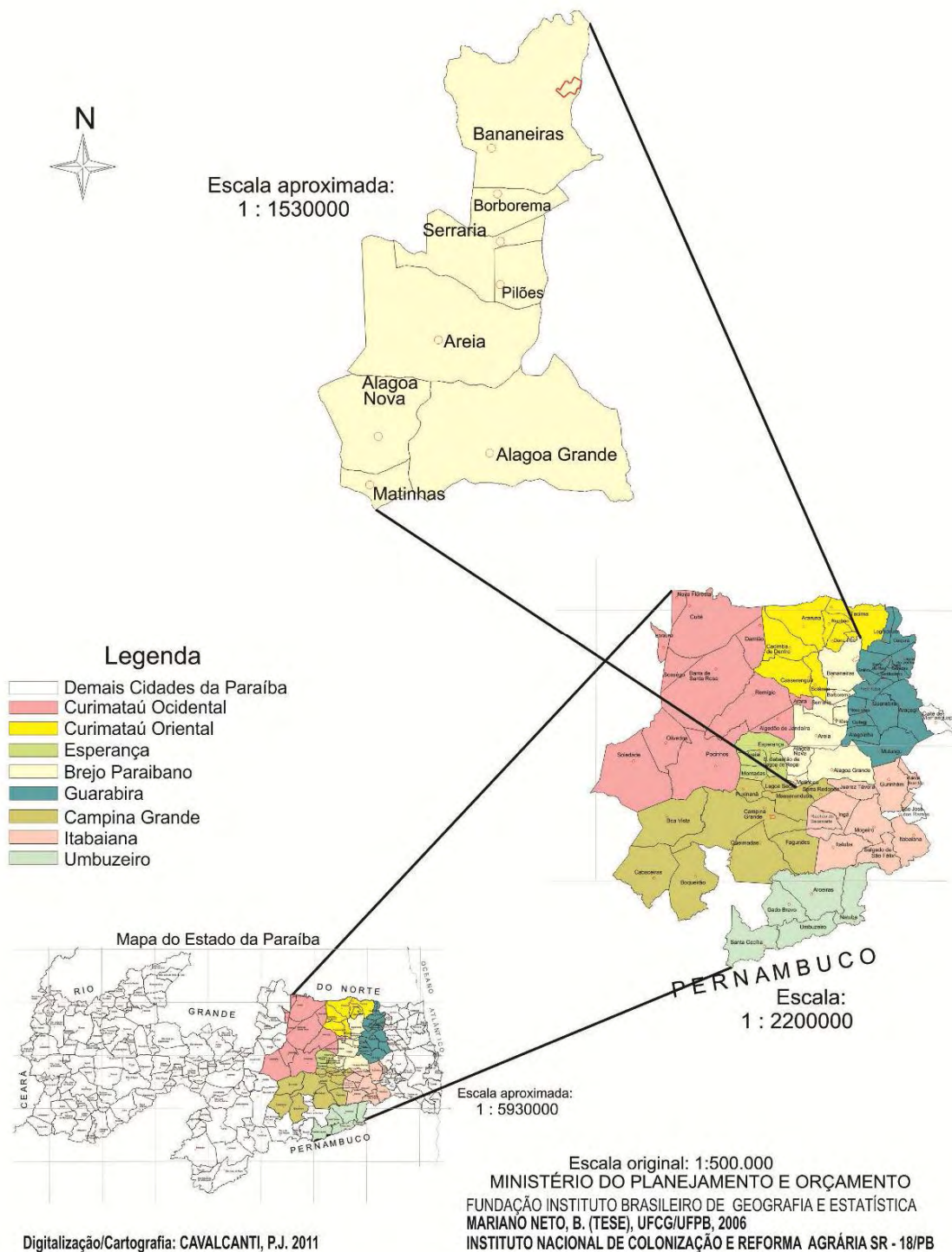
3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BREJO PARAIBANO

Na região Nordeste do Brasil, o termo brejo “é comumente utilizado para definir áreas altas e úmidas de encostas voltadas para os ventos. São os brejos serranos presentes nos estados de Pernambuco e da Paraíba” (LIMA, 2008, p. 14). No estado da Paraíba, um dos mais importantes brejos serranos, conhecido por Brejo paraibano, localiza-se no rebordo oriental do Planalto da Borborema e estende-se no sentido Norte-Sul, por 62 km, no sentido leste-oeste, por 40 km (GODIM, 1999).

O relevo elevado (em torno de 600 metros) exerce forte influência sobre o clima, originando chuvas orográficas que são mais abundantes nos meses de junho e julho. As médias térmicas anuais na região são em torno de 25°C, com os meses de inverno, chegando a atingir temperaturas abaixo de 16°C, a umidade relativa do ar entre 80% e 85%, em média, e uma estação seca curta, de 1 a 3 meses, configuram um microclima particular à região (MOREIRA, 1989; LIMA, 2008). Os solos são profundos e variados, podendo ser encontrados desde os latossolos, os podzólicos, os litólicos eutróficos, os de terra roxa e os regossolos (GODIM, 1999).

Nesta subunidade fisiográfica localizam-se oito (08) municípios, quais sejam: (i) Bananeiras, (ii) Alagoa Nova, (iii) Alagoa Grande, (iv) Areia, (v) Borborema, (vi) Serraria, (vii) Pilões e (viii) Matinhas que ocupam 1.174,168 km² e constituem a microrregião do Brejo paraibano, situada na mesorregião do Agreste paraibano. Em alguns destes municípios, como é o caso do município de Bananeiras, onde se situa o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, parte do território está situada na subunidade fisiográfica do brejo e parte no semiárido, na região natural conhecida por Curimataú (MOREIRA, 1989) (Figura 1):

Figura 1: Localização do Brejo Paraibano no Estado da Paraíba e no Agreste



Dando continuidade aos aspectos topográficos, observamos que as escarpas que limitam o Brejo Paraibano na frente oriental originam um relevo movimentado com vales profundos e cristas (Fotografia 1 e 2) que dão um aspecto particular à paisagem regional (LIMA, 2008).

Fotografia 1 e 2 – Relevo movimentado do Brejo Paraibano.



Fonte: Emilia Moreira, 03/10/2011

As imagens também demonstram que a cobertura vegetal de origem, hoje quase toda desaparecida corresponde a Mata Úmida de Altitude que apresenta forte semelhança com a Mata Atlântica daí alguns estudiosos considerarem que ela corresponderia a uma disjunção da Mata Atlântica Costeira.

No que se refere à cobertura vegetal original do Brejo Paraibano, apenas duas áreas mais contínuas ainda são encontradas: a Reserva Ecológica Estadual da Mata do Pau-Ferro³ com área de 607 hectares, situada no município de Areia e a Área de Relevante Interesse Ecológico Mata de Goiamunduba⁴ com área de 67 hectares, localizada no município de Bananeiras. Estas áreas são testemunhos de que a formação serrana de mata atlântica era predominante em todo o brejo paraibano (fotografia 3 e 4):

³ Foi criada pelo Decreto-Lei Estadual nº 14.832, de 19 de outubro de 1992, Tem área de de 600 hectares situada no sítio "Vaca Brava".

⁴ Criada pelo Decreto Estadual n.º 23.833 de 27 de dezembro de 2002. Tem área de 67,5178 hectares.

Fotografia 3 e 4.. Reserva Ecológica da Mata de Pau Ferro e ARIE do Goiamunduba



Fonte: Moreira, 2011 e Rodrigues, 2007.

Do ponto de vista dos recursos hídricos destaca-se na região a bacia do rio Mamanguape que nasce na Lagoa-Salgada, no município de Matinhas. Dentre os afluentes do rio Mamanguape os mais importantes são: o rio Araçagi, o rio Araçagi-Mirim, o rio Bananeiras, e vários riachos e rios que talham toda região brejeira (GODIM, 1999). A bacia do Mamanguape teve um papel importante no processo de ocupação do espaço regional atuando como via de penetração e até hoje ainda desempenha as funções de abastecedora das populações ribeirinhas, de fornecedora de água para os centros urbanos e para irrigação (GODIM, 1999).

O ambiente natural do Brejo sofreu importantes mudanças no decorrer do processo histórico de ocupação do espaço regional:

seja pela devastação da vegetação nativa, deixando apenas as áreas hoje transformadas em áreas de reserva ecológica pelo Estado, seja pela produção de um espaço urbano que interferiu na natureza e adequou-a as necessidades de instalação das cidades, seja ainda pela construção de estradas, pelo avanço de atividades agropecuárias e de formas de manejo nem sempre preocupadas com a preservação da natureza. O que se tem no Brejo hoje é de fato o que Santos (1980), chama de “segunda natureza” ou “natureza socializada” (LIMA, 2008, p. 19).

Esse processo de transformação da natureza natural em espaço social se deu na região a partir do processo de ocupação do espaço pelo elemento

colonizador uma vez que os nativos conviviam com a natureza de forma harmônica integrando-a e retirando da mesma apenas o necessário a sua sobrevivência (MOREIRA, 2011). O processo de formação territorial do Brejo Paraibano será apresentado a seguir.

3.1 O PROCESSO INICIAL DE FORMAÇÃO TERRITORIAL E SUA EVOLUÇÃO ATÉ OS ANOS 60 DO SÉCULO XX

Segundo Almeida (1980 *apud* LIMA, 2008, p. 22),

pouco se sabe sobre os primeiros habitantes do Brejo. Os estudos realizados dão conta de que a região era habitada pela comunidade indígena Kipea-Kariri, conhecida também como tapuias e que ocupava todo Planalto da Borborema. A presença dos cariris no Brejo teria se dado de forma nômade, sem aldeamento, num estágio cultural pouco evoluído. Os índios permaneciam na área apenas no período seco, refugiados na mata.

O processo inicial de ocupação do território pelo elemento colonizador só ocorreu no século XVII. Na porção ocidental da região, onde se situa a escarpa a sotavento do planalto da Borborema, ele se deu de forma subpermanente, uma vez que os habitantes das fazendas da caatinga deslocavam-se até o Brejo para plantar e colher produtos da agricultura, permanecendo, porém na sua região de origem (ANDRADE, 1986; MOREIRA e TARGINO, 1997).

Por sua vez, o gado, na travessia do sertão para o litoral, tinha que ter pontos de parada ou de pouso para descansar da longa caminhada. Nesses locais foram surgindo áreas de produção destinadas ao abastecimento dos vaqueiros que posteriormente originaram núcleos de povoamento.

Sobre essas rotas, em cujos nós teriam lugar os futuros nucleamentos urbanos, se destacaram as de penetração, que transpunham as escarpas da Borborema pelos boqueirões e pelas encostas das “serras”, atravessam os “Brejos” e o Agreste e se prolongam pelos chamados sertões dos Cariris, do Curimataú, do Seridó e as das Espinharas, espaços com os quais se daria o maior relacionamento econômico (ALMEIDA. 1994, p. 19).

Para Almeida (1994), a economia do Brejo iniciou-se com as travessias que os vaqueiros e gado faziam no sentido litoral-sertão ou sertão litoral. No entanto foi a cana-de-açúcar que constituiu a primeira atividade monocultora da região.

A atividade canavieira desenvolveu-se, inicialmente, ao lado da agricultura de alimentos, voltada inicialmente para a produção do açúcar mascavo destinado ao autoconsumo e posteriormente, para a produção de rapadura e de aguardente.

A cana era produzida nas áreas serranas do brejo e processadas em engenhos rústicos onde dominou o sistema de morada. Desde sua introdução conviveu com a agricultura alimentar praticada pelos moradores e escravos (MOREIRA e TARGINO, 1997). Posteriormente, uma sucessão de culturas, inclusive a própria cana, se revezou na “organização do espaço regional dando origem ao que alguns historiadores e cronistas denominam de ciclos econômicos do Brejo” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 85).

A primeira lavoura cultivada em maior superfície no Brejo foi o algodão, que era “uma cultura passível de ser plantado em associação com as lavouras de alimentos, sobretudo o feijão, o milho e a fava, produtos tradicionais da região” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 85).

O algodão teve uma forte expansão no Brasil no século XVIII, em decorrência do afastamento do mercado dos Estados Unidos, maior fornecedor de algodão para a Inglaterra durante a Guerra de Secessão.

A produção de algodão na região do Brejo paraibano teve a função de consolidar certas povoações que se encontravam no cenário brejeiro, a exemplo de Bananeiras, Pilões, Alagoa Nova e Areia (ALMEIDA, 1994). Com o declínio da atividade algodoeira, resultante do retorno dos Estados Unidos ao mercado mundial e da retração da importação do produto pela Inglaterra, “a zona brejeira manteve o crescimento econômico apoiado na agroindústria açucareira e na atividade agrícola em geral, estimulada pela facilidade de comercialização proporcionada pelas feiras regionais” (ALMEIDA, 1994, p.22).

A hegemonia do algodão sobre a organização do espaço agrário brejeiro prolonga-se até a década de sessenta do século XIX. Nesse momento, assiste-se ao fim da “febre do algodão” motivada, basicamente, pelo retorno dos Estados Unidos ao mercado internacional desse produto após a Guerra de Secessão (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 86).

Com o declínio da produção algodoeira a atividade canavieira volta a ter hegemonia na região. Nesse momento a produção açucareira da Zona da Mata estava estagnada em virtude da falta de desenvolvimento tecnológico da atividade e do esgotamento das terras intensamente utilizadas. De acordo com Almeida (1994, p. 23):

A busca de novas terras com condições favoráveis à agro-indústria açucareira, sobretudo no que dizia respeito à abundância de lenha, já escassa nas áreas produtoras em crise, faz do Brejo a principal alternativa para a cana-de-açúcar na Província.

Essa fase de expansão canavieira foi contida, segundo Moreira e Targino (1997), a partir do final da última década do século XIX, em virtude: a) da elevação dos impostos cobrados à rapadura que saía do Estado, por determinação da Assembleia estadual que resultou na perda do mercado do Rio Grande do Norte; b) da concorrência com a rapadura que passou a ser produzida no Sertão em pequenos engenhos e; c) das doenças que afetaram os canaviais.

Os Engenhos sofreram o efeito desta destruição e ficaram de "fogo morto" durante duas ou três colheitas. Os senhores de Engenho se endividaram; muitos hipotecaram suas terras. Era o fim do primeiro ciclo da cana na região (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 92).

Para enfrentar as dificuldades financeiras, os senhores de engenho passaram a plantar uma nova cultura de exportação bastante valorizada no mercado internacional: o café.

Segundo Nóbrega (1968, p.16), "a cultura do café iniciou-se depois de 1850". Todavia, só se expandiu após a derrocada da atividade canavieira, no final do século XIX. Sua expansão propiciou mais uma vez, segundo Moreira e Targino (1997), a sobrevivência da oligarquia rural da região e sua permanência no controle da terra e do poder durante aproximadamente duas décadas. Isto porque, em 1921, segundo Nóbrega (1968), uma praga denominada *Cerococus paraibense* que apareceu pela primeira vez numa fazenda chamada Gamelas, alastrou-se pelos cafezais e dizimou toda a plantação de café do Brejo em cinco anos.

A região voltou-se para suas atividades agrícolas tradicionais: a produção de alimento, de cana-de-açúcar e a criação de gado (MOREIRA e TARGINO, 1997). Foram ainda realizadas tentativas de introdução de outras culturas comerciais como o fumo, urucum, pimenta-do-reino e a produção da amoreira para cultivo do bicho da seda, mas os resultados não foram exitosos.

Em 1928, com a instalação da primeira usina de açúcar no Brejo Paraibano, a Usina Tanques, no município de Alagoa Grande e dois anos depois com a fundação da segunda usina, a Santa Maria no município de Areia, teve lugar a retomada da atividade canavieira como mola mestra da economia agrícola regional. Em 1948 foi criada a Usina São Francisco no município de Pirpirituba, bem menor que as outras duas e que depois de algum tempo se transformou em uma destilaria. O Brejo voltou-se mais uma vez ao cultivo da cana-de-açúcar.

Esta segunda fase de expansão da atividade canavieira na região foi marcada pela dualidade entre o engenho de rapadura e a usina de açúcar. Isto porque os senhores dos engenhos tradicionais produtores de rapadura e aguardente resistiram durante longo tempo à dominação da usina (MOREIRA e TARGINO, 1997). Para tanto investiram na produção de uma fibra que alcançara um preço elevado no mercado internacional: o sisal. Todo o Brejo passou a produzir sisal tanto nas grandes como nas médias e nas pequenas propriedades.

Com a queda do preço do sisal no mercado internacional na segunda metade dos anos de 1960, em virtude principalmente da concorrência com a fibra sintética, os maiores produtores rurais da região que ainda produziam aguardente e rapadura lado a lado com o sisal e a agricultura alimentar, deixaram seus engenhos de fogo morto e se subordinaram ao sistema usina transformando-se em meros fornecedores de cana (MOREIRA e TARGINO, 1997).

No início dos anos de 1970, “poucos eram os Engenhos ainda em funcionamento na região e o sistema morador, característico da atividade canavieira regional, encontrava-se em processo de decadência” (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 96).

3.2 RECONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO BREJO PARAIBANO A PARTIR DE 1970

O espaço agrário paraibano e, por rebatimento, o do Brejo paraibano vão passar por profundas modificações a partir de 1970, em decorrência do processo de modernização da agricultura, implantado pelo governo brasileiro, conhecido como “modernização conservadora”, que segundo Moreira e Targino (1997, p. 97):

foi responsável por mudanças profundas na base técnica e na organização da produção agropecuária, na distribuição da posse da terra, na dinâmica da população e do emprego rural, nas formas de organização e de luta da classe trabalhadora que redundaram numa nova reestruturação do espaço agrário estadual.

Sabe-se que a partir do golpe de 1964, o debate político em torno da questão agrária foi colocado em segundo plano e o pensamento conservador de uma modernização agrícola, sem mudanças na estrutura fundiária, foi se impondo, principalmente, quando Delfim Netto assumiu o Ministério da Fazenda em 1967, durante o governo de Castelo Branco, e implantou o Sistema Nacional de Crédito Rural (DELGADO, 2001). Este sistema veio fortalecer principalmente os grandes proprietários. A modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços como afirma Silva (1989, p. 13):

Com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (ou seja, nas transformações que o capital provoca na atividade agropecuária), tende a haver um maior uso de adubos, de inseticidas, de máquinas, de maior utilização do trabalho assalariado, o cultivo mais intensivo da terra, etc. Em resumo a produção se torna mais intensiva sob o controle do capital.

Delgado (2001, p.164) chama esse processo de integração técnica-agricultura-indústria, em que há um “aprofundamento das relações técnicas da agricultura com a indústria e de ambos com o setor externo, em processo fortemente subvencionado pela política agrícola e comercial do período”. Para o autor a modernização da agricultura integrada ao sistema capitalista contou com duas mudanças: uma na base técnica de produção, através da intensificação da utilização de fertilizantes, corretivos de solos e máquinas (a exemplo de tratores, colhedeiros)

e outra através da integração da produção de alimentos e matérias-primas a vários ramos industriais.

Para exemplificar essa situação o censo agropecuário de 1970 registra na Paraíba o uso de adubos químicos em 579 estabelecimentos num universo de 169.667 estabelecimentos agropecuários existentes. Já o censo agropecuário de 1985 registrou 9.126 estabelecimentos utilizando adubos químicos num universo total de 203.277 estabelecimentos. Enquanto o número total de estabelecimentos agropecuários cresceu em torno de 20% a número de estabelecimento que utilizavam adubos químicos cresceu em torno de 1.476,2%. Esse aumento advém do financiamento direcionado para a aquisição de adubos.

Para a consolidação desta política de modernização do campo três fatores foram fundamentais, a saber: a) a consolidação do Complexo Agroindustrial brasileiro (CAI); b) a criação de um Sistema Nacional de Crédito Rural; e, c) a intensificação do processo de urbanização (TOLENTINO, 2011).

Para Tolentino (2011, p. 80)

Desse modo, a partir destes três fatores, a base técnica de produção da agropecuária brasileira modernizou-se a tal ponto que passou a utilizar máquinas, insumos industriais e implementos substituindo grande parte do trabalho manual pelo mecânico e por processos poupadores de mão-de-obra. A liberação da mão-de-obra pelos processos de mecanização e de quimificação da agricultura resultou na intensificação da migração de caráter rural-urbano.

Com a modernização (ou industrialização) da agricultura, a mesma conseguiu responder as necessidades da industrialização no Brasil com o aumento da oferta de matérias-primas e a oferta de alimentos para o mercado interno. A agricultura se conectou ao circuito global da economia sem modificar a forma de exploração e posse da terra.

A expulsão-expropriação de uma massa de trabalhadores rurais que incharam as cidades foi importante para a urbanização e significou a ampliação do mercado interno para a indústria. Houve a especialização da produção nas fazendas, visto que a mesmas não tinham mais os moradores, principal agente da diversidade agrícola. Com a imposição do mercado a grande propriedade foi se especializando voltando sua produção para determinadas culturas que geravam mais lucros.

Segundo Silva (1989, p. 41):

É importante destacar aqui um aspecto fundamental da economia capitalista, de que não se deram conta muitos dos que afirmavam que a estrutura agrária seria um obstáculo à industrialização e a ampliação do mercado não é apenas a aumento de consumo de bens finais, mas principalmente o crescimento do consumo de bens intermediários

Com a modernização do setor agropecuário, vários programas foram criados dentre os quais o Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL) em 1975, que tinha o objetivo de substituir o uso dos derivados do petróleo pelo álcool carburante. Este programa foi o responsável pela expansão da cultura da cana-de-açúcar, ocorrida a partir de 1975, e teve importante repercussão na dinâmica do emprego no meio rural, na substituição de culturas alimentares pela cultura da cana-de-açúcar, e também sobre o meio ambiente (CARVALHO e CARRIJO, 2007).

Para Targino e Moreira (1992), o PROALCOOL foi o programa que mais trouxe alterações para o espaço agrário paraibano, tendo sido responsável pelo aumento de mais de 76% do crescimento da produção de cana-de-açúcar na Paraíba. Segundo esses autores “tais resultados só foram possíveis graças aos incentivos creditícios e a política de preços administrados no Programa Nacional do Alcool. A produção açucareira cresce à sombra dos subsídios governamentais e do mercado regulamentado” (TARGINO e MOREIRA, 1992, p. 90).

Para que se tenha uma ideia mais precisa do que significou o impacto do PROALCOOL em termos de investimento industrial no Estado, basta lembrar que os recursos dele provenientes para financiar a indústria sucro-alcooleira entre 1975 e 1985 representaram, aproximadamente, 40% do total dos financiamentos do FINOR, no mesmo período, para o conjunto do setor industrial paraibano. O aumento da capacidade produtiva do segmento industrial da agroindústria sucro-alcooleira, cuja realização da produção passou a ser garantida pelo Programa, estimulou o crescimento do segmento agrícola. Estímulo esse reforçado pelos recursos destinados à fundação ou reformas dos canaviais (TARGINO e MOREIRA, 1992, P. 81).

A expansão da área colhida e da quantidade produzida de cana na Paraíba, entre 1970 e 1975, foi significativa. De acordo com dados do IBGE (1970 e 1980), a área colhida passou de 40.007 para 85.455 hectares.

O crescimento da área de cana colhida entre 1970 e 1980 foi equivalente a 113,6%, o que significou a incorporação de mais de 45 mil hectares de terra pela cana. Deste total, 74% foi incorporado entre 1975 e 1980. Nesse período, o crescimento anual da área colhida com cana-de-açúcar no Estado foi de 10,5%. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 108)

Esse período é chamado de primeira fase do PROALCOOL por Carvalho e Carrijo (2007, p.3) e se baseia “na utilização de infraestruturas já existentes, aproveitando a capacidade ociosa do setor açucareiro, implantando destilarias anexas às usinas de açúcar”.

O período de 1975 e 1985, considerado como a segunda fase do PROALCOOL, segundo Carvalho e Carrijo (2007, p. 4), apoiou-se, sobretudo, “na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico, envolvendo o setor químico, o agrícola, o automobilístico e a mecânica pesada”. Em 1985, a quantidade produzida com cana na Paraíba foi equivalente a 5.577.379 toneladas e a área colhida foi de 119.765 ha, o que equivale a um aumento de 132,12% na área colhida e de 193,5% da quantidade produzida de cana no estado em relação a 1975 (IBGE, 1975; 1985).

O PROALCOOL redefiniu a região canavieira do Estado da Paraíba, seja pela incorporação de novos municípios, seja pela expansão da fronteira canavieira nos municípios tradicionalmente produtores de cana. No início do PROALCOOL, em 1975, a produção da cana estava restrita a 15 municípios e se expandiu para 38 municípios na década de 1980 (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Até a implantação do PROALCOOL a Paraíba contava com 7 usinas de açúcar, algumas dezenas de engenhos, e com 3 destilarias de álcool. De 1975 a 1985, dez novas destilarias foram implantadas e as pré-existentes foram ampliadas (MOREIRA e TARGINO, 1997: p.110)

O avanço da cana provocou a expulsão e expropriação de moradores, parceiros e foreiros tanto nas áreas tradicionais produtoras de cana como naquelas que foram por ela incorporadas durante o PROALCOOL (MOREIRA e TARGINO 1997, p. 114).

Na região do Brejo da Paraíba, quando o PROALCOOL foi implantado, já existia tradição no cultivo da cana e a região já contava com duas usinas de açúcar: a Tanques e a Santa Maria. Em 1978, com o incentivo do PROALCOOL foi criada uma destilaria anexa de álcool junto à Usina Santa Maria e a destilaria autônoma de álcool Borborema no município de Pirpirituba (antiga usina São Francisco). A instalação das destilarias criou nova demanda por cana-de-açúcar, levando a Usina Santa Maria, cujas terras já se encontravam totalmente ocupadas por canaviais, a arrendar vários engenhos da região.

Na safra de 1974 a 1975, além da cana própria, a Usina Santa Maria contava com 220 fornecedores que forneciam cerca de 39 milhões de toneladas. No

ano seguinte, com o início do PROALCOOL, o número de fornecedores aumentou para 309 e o total de cana fornecida atingiu 80,8 milhões de toneladas. Por sua vez, na safra de 1984 a 1985 o número de fornecedores atingiu a cifra de 325 e a cana fornecida foi da ordem de 277 milhões de toneladas (crescimento de 610% em relação a 1974-1975) (ARAGÃO e PAKMAN, 1991; ARAGÃO, 1993; SILVA, 2002).

Parcela significativa dos trabalhadores rurais foi expulsa dos engenhos e fazendas. Estes trabalhadores expulsos transformaram-se em assalariados da cana ou, não obtendo um posto de trabalho, passaram a compor uma leva de desempregados residentes nas “pontas de rua” das cidades da região em condições de moradia bastante precárias. Já os moradores dos engenhos que permaneceram nas terras adquiridas ou arrendadas pela Usina, não eram mais permitidos realizar cultivos próprios de qualquer natureza (SILVA, 2002).

O período de apogeu do PROALCOOL coincidiu também com a expansão da pecuária no Brejo Paraibano. Na verdade, a atividade pecuária foi outro setor privilegiado pela política agrícola dos governos militares no bojo da modernização da agricultura. O crescimento da pecuária foi efetivado com os créditos subsidiados pelo governo, com juros muito baixos e longo período de carência, e foi também impulsionado pelo aumento da demanda de carne e leite para os centros urbanos (MOREIRA e TARGINO, 1997).

Para Moreira e Targino (1997), a modernização da atividade pecuária no estado da Paraíba foi mais sentida no processo produtivo em decorrência de melhorias introduzidas no padrão alimentar do rebanho, resultante da ampliação das pastagens artificiais, da difusão da palma forrageira, da maior utilização de ração industrial, de produtos farmacêuticos e de processos e técnicas semi-intensivas.

A paisagem do Brejo foi dominada pelo verde e a fronteira da cana coincidia com a fronteira do pasto plantado. A agricultura alimentar sofreu importante recuo (MOREIRA e TARGINO, 1997). Como resultado desse processo, assistiu-se a expulsão-expropriação dos camponeses, a intensificação do trabalho assalariado, ao aumento da exploração do trabalho no campo e ao acirramento da luta por terra e por melhores condições de trabalho e salário. A luta sindical se fortalece no Brejo e culmina, em 1983, com o assassinato da mais importante líder sindical da região, a presidente do sindicato de Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande, Margarida Maria Alves.

Com a crise do PROALCOOL, que se iniciou em 1986, assistiu-se, também, a falência da maioria das usinas de açúcar tradicionais da Paraíba (Usina Santana, cuja última safra foi a de 1993/1994; Usina Santa Helena, cuja última safra foi a de 1992/1993; Usina Santa Rita, cuja última safra foi a de 1990/1991, todas estas na Zona da Mata paraibana). No Brejo todas as usinas e a destilaria Borborema também faliram. A Usina Tanques teve sua última moagem na safra de 1995/1996. A última moagem da Usina Santa Maria foi a de 1992/1993 e a Destilaria Borborema moeu pela última vez na safra de 1992/1993 (ASPLAN, 2006).

A crise do PROALCOOL coincidiu com a retração da atividade pecuária motivada tanto pela redução do crédito como pela repetição de períodos secos. O desmantelamento da atividade sucro-alcooleira e a retração da pecuária foram responsáveis pelo agravamento do desemprego no Brejo. Nesse momento, segundo Moreira e Targino (1997) destaca-se a ação da Arquidiocese de Guarabira e do Serviço de Educação Popular (SEDUP) a ela articulado, bem como de algumas paróquias locais e de alguns Sindicatos do Brejo que possibilitaram a organização dos trabalhadores em torno da luta por terra. Entre 1986 e 1999, fase crítica do PROALCOOL em que foram criados na região 32 Projetos de Assentamento onde foram assentadas 1.475 famílias (Quadro 1):

Quadro 1 – Brejo Paraibano – Assentamentos criados entre 1986 e 1999

MUNICÍPIO	PROJETO DE ASSENTAMENTO	ÁREA (HA)	Nº DE FAMÍLIAS
Areia	Oziel Pereira	3.050,00	150
	Socorro	700	45
Alagoa Grande	Monsenhor Luiz Pescarmona	393,1	29
Alagoa Grande	Coração de Jesus	282,18	24
	José Horácio	96,8	32
	Margarida Maria Alves II	465,6	40
	Maria da Penha I	616,6	62
	Maria da Penha II	531,2	48
	Severino Cassemiro	150	20
	Severino Ramalho	295,8	26
Alagoa Grande	Alagoa Nova	402,5	66
Alagoa Grande	Caiana de Alagoa Grande	226	67
	Sapé de Alagoa Grande	429,7	50
Alagoa Grande	Quitéria	167,7	51
Alagoa Nova	Cajá de Alagoa Nova	180	17

Areia	União	502,6	59
	Esperança	376	40
	Redenção	969,5	94
	Tabocal	199,2	16
Bananeiras	Nossa Senhora Das Graças	820	62
	Nossa Senhora Do Livramento	794	63
	Nossa Senhora do Perpétuo Socorro	1.642,00	55
Bananeiras	São Domingos	676	35
Bananeiras	Santa Vitória	1.768,40	84
Bananeiras	Boa Vitória	201,7	15
Bananeiras	Nova Vista	104	29
Bananeiras	Cumati	108	23
Pilões	Santa Maria	269,7	27
	Veneza	300	26
	São Francisco I	432	35
Serraria	Cajazeiras	509,8	50
	Campo Verde II	481,4	35
Total	32	18.141,48	1.475

Fonte: INCRA/PB, *apud* MOREIRA et al. (2011).

Observa-se que é no Brejo paraibano haverá a maior quantidade de assentamentos e que Bananeiras será o segundo município com maior número de assentamentos neste período, com um total de oito (08) assentamentos.

Com a crise do PROALCOOL, a região do Brejo ficará estagnada por quase duas décadas, sua economia será baseada principalmente pela agricultura familiar. Mas recentemente, no início do século XXI, a economia da região será movimentada, agora pelo capital imobiliário e do setor do turismo, o município de Bananeiras será um dos principais pontos de investimentos, alterando assim o seu desenho territorial e sua dinâmica espacial.

Serão construídos em todo o brejo diversos condomínios residenciais de luxo, ocasionando uma supervalorização das terras dos municípios da região, muitos desses condomínios são casas de veraneio para moradores do litoral do estado da Paraíba, residentes em outros Estados e do estrangeiro, principalmente europeus.

3.3 FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS

A consolidação dos municípios na Paraíba foi um processo lento, pois, de 1585 a 1822, foram criados apenas cinco municípios: João Pessoa e Mamanguape, na Zona da Mata; Areia, no Brejo paraibano, e Piancó e Pombal, no Sertão. Ressalta-se que o município de Areia foi constituído a partir do desmembramento do território que compunha o município de Mamanguape (MOREIRA et al., 2003).

Durante o Império foram criados mais vinte e cinco municípios, dentre os quais o município de Bananeiras, localizado no Brejo paraibano, criado em 1832, também a partir do desmembramento de 1.801,5 km² do território pertencente ao município de Mamanguape (MOREIRA et al., 2003).

O território que originou o município de Bananeiras foi doado, em 1716, como sesmaria a Domingos Vieira e Zacarias de Melo, moradores de Mamanguape (IBGE, 2011). A partir de 1827, a povoação de Bananeiras passou a pertencer à jurisdição da Vila de São Miguel da Baía da Traição. Em 1832, passou a ser jurisdição da Vila Real do Brejo de Areia, e logo contou com um distrito criado com a denominação de Araruna, pela lei provincial nº 25 de 04 de julho de 1854. Araruna alcançou a categoria de município antes de Bananeiras, pela lei provincial nº 616 de 1876. Bananeiras somente alcançou a categoria de município pela Lei Provincial nº 690, de 16 de outubro de 1879, sendo constituído por cinco distritos: Bananeiras, Camucá (Borborema), Dona Inês, Pilões dos Maias e Solânea (Moreno) (Figura 2)

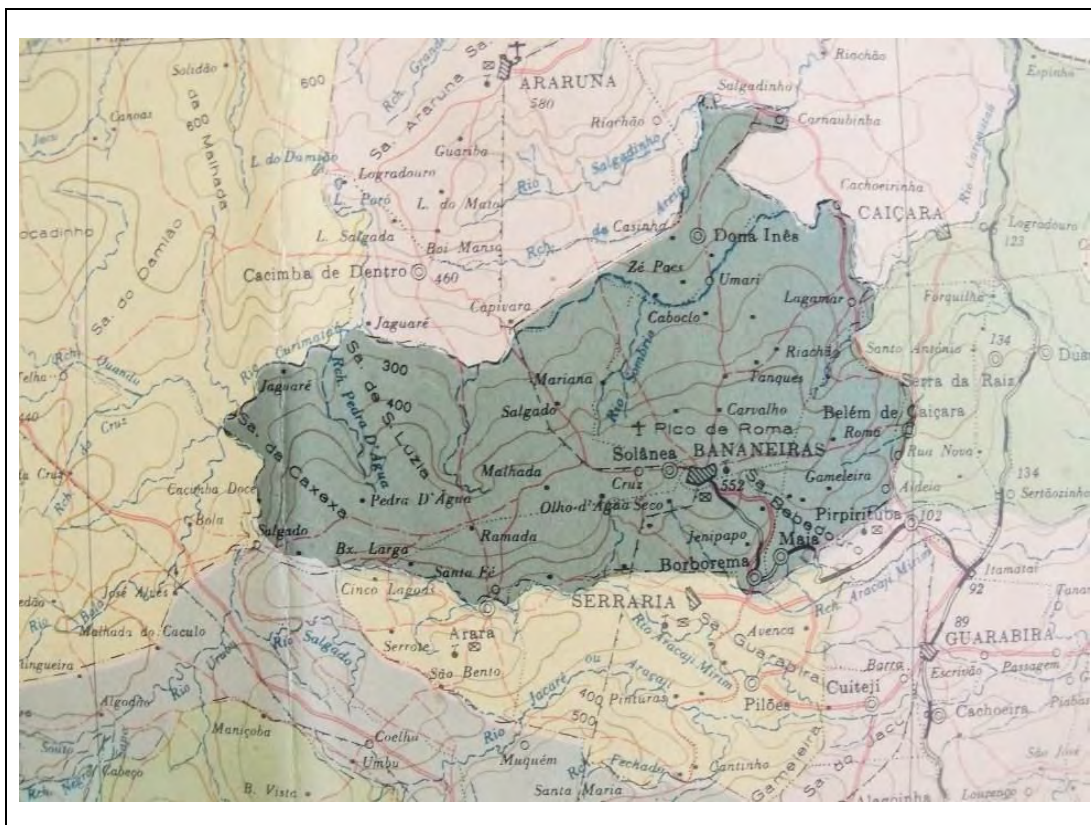
Figura 2: Mapa do Estado da Paraíba em 1926, com destaque para o município de Bananeiras e seus distritos.



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. 1926

Em 26 de novembro de 1953, foram desmembrados de Bananeiras os distritos de Solânea (antigo distrito de Moreno) e Borborema, que deram origem a dois municípios. O distrito de Dona Inês foi também desmembrado de Bananeiras algum tempo depois, em 19 de junho de 1959, tornando-se assim também município. Esses desmembramentos são ilustrados observando-se a Figura 2, que apresenta Bananeiras com a sua configuração territorial em 1951 (Figura 3):

Figura 3: Mapa do Estado da Paraíba de 1951, com destaque para a divisão administrativa do município de Bananeiras.

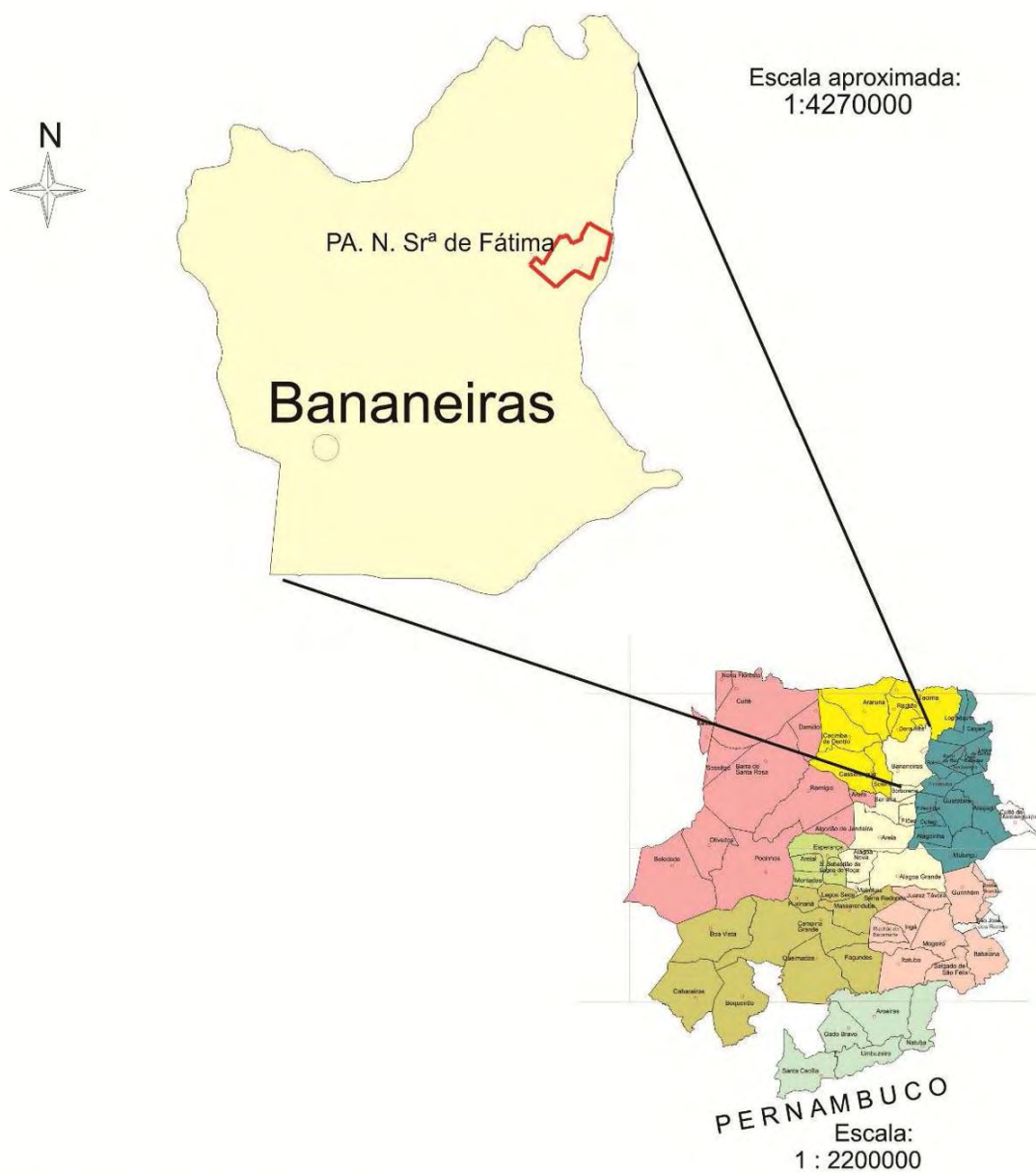


Fonte: Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba, 1951.

Essas reconfigurações do território municipal de Bananeiras acham-se, sem dúvida, atreladas aos interesses de controle político das oligarquias regionais que irão se fortalecendo e dominando cada novo município criado a partir da fragmentação do território de origem.

A configuração do município de Bananeiras e sua localização geográfica, inserida na microrregião do Brejo paraibano, mesorregião do Agreste paraibano, abrange uma área com 257,930 km², estendendo-se por duas regiões naturais fortemente diferenciadas: o Curimataú, na porção norte, caracterizado por um clima semiárido, vegetação xerófita e solos mais pobres, e o Brejo, na porção central e sul, na escarpa oriental da Borborema, com clima úmido, temperaturas suaves, chuvas orográficas com precipitações pluviométricas entre 1200 e 1500 mm em média anual (MOREIRA, 1989), conforme Figura 4.

Figura 4: Configuração atual e localização de Bananeiras no Agreste da Paraíba.



Legenda das Microrregiões do Agreste paraibano

- Curimataú Ocidental
- Curimataú Oriental
- Esperança
- Brejo Paraibano
- Guarabira
- Campina Grande
- Itabaiana
- Umbuzeiro

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2005)
Elaboração: Pedro Jeremias Cavalcanti

O município de Bananeiras conta com uma população atual de 21.851 habitantes, a maioria residente na zona rural (13.183 pessoas, ou seja, 60,3% da população total) (IBGE, 2010). O desenvolvimento econômico de Bananeiras obedeceu a quatro ciclos econômicos, que são “afora o clássico da pecuária – motor de povoamento do nosso *hinterland* na observação de Celso Mariz. Podemos admitir, como sucessão cíclica, a cana-de-açúcar, o café e a agave” (NÓBREGA, 1968, p.16). O algodão também se fez presente nas combinações agrícolas municipais desde os primórdios da sua formação territorial.

Importante observar que em Bananeiras as atividades agroindustriais iniciaram na segunda metade do século XIX. Como afirma Nóbrega (1968, p. 16) “as atividades agroindustriais se iniciaram pela cultura canavieira. Já em 1852 o erário provincial cobrava impostos em onze engenhos de açúcar”. Segundo Mello (2008, p.98) a região do Brejo desde sua colonização tinha como característica ser “um local de encontro entre a cultura canavieira do litoral e a pecuária do sertão”, com a diferença que desde o início o Brejo sediou a economia “aguardenteiro-rapadureira dos pequenos e numerosos engenhos”.

O gaúcho Tomé Barbosa da Silva foi quem introduziu o café em Bananeiras como experiência trazida de Mamanguape (IBGE, 2011). Com a cultura do café houve modificações no campo e na cidade. Consolidou-se uma elite agrária, que demonstrou sua riqueza através da construção de casarões nas principais ruas da cidade, como ilustram as fotografias 4 e 5. Essa cultura enriqueceu os grandes proprietários que passaram a serem chamados de “barões do café”.

Fotografias 5 e 6: Casarões próximos a Igreja Matriz da cidade de Bananeiras, construídos no período de domínio do café.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2010.

Logo após a introdução do café no município, Bananeiras assumiu a posição de maior produtor do estado, chegando a produzir 150 mil arrobas de café por ano. Essa cultura também ajudou a consolidar e ampliar a aristocracia rural do município, como bem o afirma Mariz (1945 *apud*, SILVA, 1997, p. 28):

O café criou uma aristocracia territorial, social e endinheirada, encabeçada pelos nomes de Targino Neves, Virginio Barbosa de Melo, Felinto Rocha, os Guedes Pereira, Bezerra Cavalcante, Carneiro Cunha, os Maia e outros mais. A esses seguiam os Freires do Bacupary, os Cordeiros de Mijônia e numerosas outras familiar, com igual ou menor representação. Representação em números de pés nos campos cortados da rubiácia, e representação de maioria deles no domínio da sociedade e das políticas locais e do Estado.

Estes chamados “barões do café” exerciam poder em várias estruturas da sociedade, em nível local, ocupando os cargos de prefeitos (SILVA, 2007) e, em nível estadual, assumindo cargos de presidente do estado em 1920, a exemplo de Solon de Lucena.

No aspecto religioso, os barões do café eram doadores e colaboradores nas obras religiosas. A construção da Igreja Matriz da cidade de Bananeiras é um exemplo dessa importante contribuição ao setor religioso realizada pelos “barões do café” (SILVA, 1997).

O café não só trouxe riquezas para um grupo restrito, como também foi responsável por impactos na organização do território do Brejo e do município de Bananeiras. Devido à grande produção e a necessidade de escoá-la, iniciou-se a construção de uma linha férrea para a passagem do trem de cargas e passageiros. O trem passaria por Bananeiras chegando ao município de Cuité.

Silva (1997) relata que para o trem chegar em Bananeiras foi necessário intervenções políticas, chegando a ter lugar uma mobilização em nível nacional, que o então Prefeito de Bananeiras, Celso Cirne, foi solicitar recurso junto ao Presidente da República. Uma das principais justificativas para tal empreendimento foi que “Bananeiras, que era o mais rico produtor de café dos municípios da Paraíba naquele tempo, cuja receita anualmente envolvia mais de um milhão de sacas de café, era justo esse benefício (...)” (SILVA, 1997, p. 34). A linha férrea foi inaugurada em 1925.

De acordo com Almeida (1980, p.109), o declínio do café que atingiu a região do Brejo também atingiu Bananeiras:

[...] com a queda do café, tentou-se por algum tempo, a exemplo de Bananeiras, a cultura do fumo de estufa, logo abandonada, por não ter dado resultados desejados. Foi uma iniciativa sem reflexos econômicos, tal e qual a da amoreira, juntamente com o bicho-de-seda.

O retorno da produção agrícola tradicional, após o desmantelamento da atividade cafeeira, também teve lugar em Bananeiras. Da mesma forma, com a implantação das usinas de açúcar na região os produtores de cana, também reagiram plantando sisal e, da mesma maneira do que aconteceu na região, esta cultura também sofreu o impacto da concorrência com a fibra sintética.

Como pode ser observado na tabela 1, o agave embora ainda se fizesse presente nas combinações agrícolas municipais em 1970, apresentou uma queda da produção da ordem de 8,5% em relação a 1960. Enquanto isso a produção de cana-de-açúcar cresceu no mesmo período 29,4% o que confirma a submissão dos senhores de engenho à dominação das usinas enquanto alternativa à crise do sisal.

Chama atenção, no município, a importância histórica da produção de banana com um crescimento significativo na década de 1960-1970, quando a produção passa de 40.563 cachos, em 1960, para mais de 200 mil cachos, em 1970 (Tabela 1). Isto demonstra que os produtores rurais, frente à crise do sisal, passaram também a investir na banana.

O fumo foi também introduzido em Bananeira e, segundo Silva (2011), ainda era cultivado no município até o início de 1970. Esta informação é confirmada pelos censos agrícola e agropecuário do IBGE que indicam inclusive um crescimento da produção da ordem de 96,6% entre 1960 e 1970 (Tabela 1).

No que se refere à produção de alimentos, a mandioca, o milho e o feijão eram os produtos principais. Entre 1960 e 1970, destes produtos apenas a mandioca apresentou crescimento da produção, enquanto o feijão e o milho sofreram forte retração (Tabela 1).

Outra atividade que se expandiu no município, entre 1960 e 1970, foi a pecuária bovina. De fato, em 1960 existiam no município apenas 3.956 cabeças de gado. Em 1970, o número de bovinos alcançou 7.759 cabeças, representando um crescimento do plantel da ordem de 96,1%.

Tabela 1 - Evolução da produção dos principais produtos agrícolas no município de Bananeiras entre 1960 e 1970

PRODUTOS	1960	1970	Variação %
Agave (tonelada)	24.831	22.723	- 8,5
Algodão (tonelada)	473	421	-11,0
Banana (cachos)	40.583	233.090	474,4
Café (toneladas)	1	0	-100
Cana-de-açúcar (tonelada)	10.104	13.075	29,4
Feijão (tonelada)	1.902	405	-78,7
Fumo (tonelada)	87	171	96,6
Mandioca (tonelada)	3.546	4.651	31,2
Milho (tonelada)	1.556	576	- 63,0

Fonte: IBGE. Censo Agrícola do Estado da Paraíba 1960; Censo Agropecuário do Estado da Paraíba 1970.

Em síntese, o início dos anos de 1970, coincide com uma reconfiguração do espaço agrário municipal que reflete a crise da atividade sisaleira, a retomada da atividade canavieira, agora subordinada ao sistema usina o fortalecimento da bananicultura como atividade comercial desenvolvida tanto pelos grandes como pelos médios e pequenos produtores rurais e a fragilidade da produção alimentar básica.

No que diz respeito à estrutura fundiária, em 1970, Bananeiras caracterizava-se por apresentar um grande número de pequenas unidades produtivas, que detinham parcela pouco significativa das terras agrícolas se comparada aos maiores estabelecimentos (Tabela 2).

Tabela 2: Estrutura fundiária de Bananeiras em 1970

Grupos de Área (ha)	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
Menos de 1 até 10	1812	85,96	5728	22,58
De 10 a menos 20	154	7,31	2097	8,27
De 20 a menos 50	75	3,56	2340	9,23
De 50 a menos 100	28	1,33	1857	7,32
De 100 a menos 200	14	0,66	1887	7,44
De 200 a menos 500	18	0,85	4920	19,40
De 500 a menos 1000	5	0,24	3623	14,28
De 1000 a menos 2000	2	0,09	2910	11,47
Total	2108	100,00	25362	100,00

Fonte: Censo Agropecuário do Estado da Paraíba, 1970

De acordo com a Tabela 2, em 1970, apenas 25 estabelecimentos (1,18% do total) se apropriavam de 45,14% da área agrícola municipal. De maneira inversa, 1.812 estabelecimentos agropecuários eram menores de 10 hectares (85,96% do total) e ocupavam apenas 22,58% de área agrícola. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares que representavam 96,8% do total dos estabelecimentos agropecuários do município detinham 40,8% da área agrícola. Isto é demonstrativo tanto de uma forte concentração das terras como da sua grande fragmentação.

A partir de 1975, com a implementação do Proalcool, era de se esperar que o município de Bananeiras reproduzisse a nova lógica da organização do espaço agrário brejeiro, com o avanço da cana e da pecuária sobre as outras atividades agrícolas. Todavia não foi exatamente isto que se verificou no município.

Entre 1975 e 1985, observou-se que, em lugar de um crescimento, há uma redução da quantidade de cana produzida, que caiu de 29.451 toneladas para 3.083 toneladas, o que representa uma retração de 89,5%. A área colhida também recuou fortemente, caindo de 954 hectares para 130 hectares no período (86,4%) (IBGE, 1975; 1985). Para entender esse processo, é preciso levar em conta que, como já foi mencionado, não foi apenas sobre a atividade canavieira que incidiu na Paraíba a modernização da agricultura, mas também sobre a atividade pecuária.

Em Bananeiras foi a pecuária que avançou na década de 1975-1985 sobre o espaço agrário municipal. Isto pode ser confirmado através dos dados relativos ao crescimento do rebanho bovino. Assim vejamos, em 1975 o rebanho bovino era composto por 9.271 cabeças de gado e em 1980 já era de 17 726 cabeças o que representa um crescimento de 91,19% num período de 5 anos (IBGE, 1975; 1980). Em 1985 o rebanho do município de Bananeiras já era de 20 811 cabeças o que representa um crescimento entre 1975 e 1985 de 124,4% (IBGE, 1975; 1985). Dessa forma pode-se afirmar que o processo de pecuarização teve mais importância em Bananeiras do que o de expansão canavieira.

Esse crescimento do rebanho bovino de Bananeiras teve continuidade até 1991 quando atingiu 25.650 cabeças. A partir do ano seguinte houve quedas sucessivas no número de bovinos, sendo o efetivo do plantel no ano de 2009 representado por 13.200 cabeças. Essa retração do rebanho bovino pode ser explicada pela redução dos incentivos fiscais e creditícios na década de 1980 e os repetidos períodos de seca que afetaram o Estado (MOREIRA e TARGINO, 1997).

A avicultura também é outra atividade que muito se desenvolveu na Paraíba, no Brejo e em Bananeiras no período estudado. A produção de aves em Bananeiras sofreu poucas oscilações durante o período que se estende de 1974 a 2009: a) de 1974 a 1995, observou-se um aumento da produção de aves que passou de 41.112 para 60.000 cabeças; b) no período de 1996 a 2008 observou-se uma fase de retração do plantel que passou de 25 000 para 21 244 cabeças (SIDRA/IBGE, 2011).

Sobre as principais lavouras permanentes como agave, algodão e café observa-se uma diminuição forte do sisal entre 1975 e 1985 com uma recuperação em 1995; uma queda da produção do algodão até chegar ao seu desaparecimento, o mesmo observado com a produção do café.

O sisal, desde o final dos anos de 1960, já vinha sofrendo os efeitos da concorrência com o fio sintético e com problemas climáticos (secas). O algodão sofria com as oscilações climáticas, com os baixos preços de mercado, problemas tecnológicos e organizacionais no processo produtivo e, a partir de meados da década de 1980, a praga do bicudo atingiu os algodoeiros e provocou o seu quase total desaparecimento. O café já era uma lavoura em declínio desde o início do século.

A lavoura permanente que mais tem se destacado no município é a banana. Esta vem registrando sucessivos aumentos de área plantada e quantidade produzida. Mesmo com diferenças na metodologia da coleta de dados a Produção Agrícola Municipal (PAM) confirma os dados do censo agropecuário. Segundo a PAM/IBGE, em 1990 foram produzidos 2.040 cachos de banana, o ano de 2000 registrou 2.400 cachos e, em 2009, foi registrado 30.240 cachos.

Em relação a lavouras temporárias tem-se a permanência de algumas culturas, como o caso da mandioca com algumas oscilações na quantidade produzida. Um aumento na produção de feijão em grão e do milho. Já o fumo, que na primeira metade do século XX era muito produzido na região foi extinto completamente da pauta dos produtos da lavoura temporária de Bananeiras.

A produção de cana-de-açúcar registrou uma queda vertiginosa entre 1975 e 2006 caindo de 29.451 toneladas para 1.004 toneladas o que equivale a uma retração de 96,6%.

Na verdade, a atividade pecuária foi de fato a que mais se destacou nesse período o que se confirma quando observamos que 49,5% da área dos

estabelecimentos agropecuários existentes no município são ocupadas por esta atividade (IBGE, 2006). De fato, em 2006, a área dos estabelecimentos agrícolas municipais era de 16.736 hectares e a área ocupada com a atividade pecuária era de 8.299 hectares o que representa quase a metade da área agrícola municipal.

Em 2009, os dados da PAM (IBGE), dão conta de que a área plantada com feijão, milho, mandioca, fava, arroz e batata-doce correspondiam a 3.229 hectares que representavam 56,6% do total da área plantada com os principais produtos das lavouras permanente e temporária do município. Isto evidencia que além da pecuária, a produção de alimentos é também muito importante no quadro das atividades agrícolas municipais. Chama a atenção a produção de banana, principal produto da lavoura comercial alimentar que em 2009 era plantada em 2.100 hectares o que representavam 89,7% da área plantada com as lavouras permanentes e 36,8% da área plantada com os principais produtos das lavouras permanente e temporária.

Analisando a estrutura fundiária do município nos últimos 25 anos verificamos que ela foi marcada por significativas mudanças (Tabela 3).

Como pode ser constatado na Tabela 3, as principais mudanças são: a) redução do número dos pequenos estabelecimentos com menos de 10 hectares entre 1980 e 1995 e uma ligeira retomada do seu crescimento em 2006; b) redução da área ocupada pelos estabelecimentos com menos de 10 hectares; c) aumento do número e da área dos estabelecimentos com 10 a menos de 20 hectares; e d) uma ligeira redução do número e da área dos estabelecimentos com 20 a menos de 50 hectares entre 1980 e 1995 e uma mudança de tendência com um crescimento do número e da área desses estabelecimentos entre 1995 e 2006;

Tabela 3: Evolução da estrutura fundiária de Bananeiras no período de 1980 a 2006

Grupos de Área (ha)	1980				1995				2006			
	Nº de E	%	Área	%	Nº E	%	Área	%	Nº E	%	Área	%
Menos de 1 a menos de 10	3206	92,4	6.658	23,8	2305	88,6	6.623,4	29,3	2.351	82,3	6.320	37,8
De 10 a menos 20	127	3,7	1.663	5,9	171	6,6	2.104,8	9,3	242	8,5	3.021	18,1
De 20 a menos 50	72	2,1	2.078	7,4	70	2,7	1.945,7	8,6	87	3,0	2.438	14,6
De 50 a menos 100	30	0,9	1.945	6,9	29	1,1	1.924,0	8,5	20	0,7	1.311	7,8
De 100 a menos 200	11	0,3	1.403	5,0	14	0,5	1.809,5	8,0	10	0,3	1.186	7,1
De 200 a menos 500	14	0,4	3.717	13,3	9	0,3	2.427,5	10,7	3	0,1	948	5,7
De 500 a menos 1000	2	0,1	1.503	5,4	3	0,1	2.353,0	10,4	2	0,1	X	X
De 1000 a menos 2000	5	0,1	6.648	23,7	2	0,1	3452,9	15,3	0	0,0	0	0,0
Produtor sem área*									143	5,0	0	0,0
TOTAL:	3.468	100,0	28.027	100,0	2.603	100,0	22.640,8	100,0	2.858	100,0	16.736	100,0

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1980, 1995 e 2006

A redução em número e em área dos maiores estabelecimentos destaca-se nos dados. Conforme pode ser observado na Tabela 3, estes estabelecimentos, em 1980, representavam 0,6% do total e apropriavam-se de 42,3% da área agrícola do município. Em 1995, eles passam a representar 0,5% do total e a ocupar 36,4% da área agrícola. Em 2006, passam a ocupar 0,5% do total e a abranger apenas 5,66% da área agrícola. É bem verdade que o censo agropecuário de 2006 não fornece a área ocupada pelos dois estabelecimentos com 500 a menos de 1000 hectares identificados. Mesmo assim, desaparecem os maiores estabelecimentos com mais de 1000 hectares.

Este fato pode ser atribuído à desapropriação dos imóveis rurais Fazenda Cabloco, com 1.614 hectares, que deu origem aos Projetos de Assentamentos Nossa Senhora das Graças e a Nossa Senhora do Livramento, e a desapropriação das Fazendas Reunidas-Sapucaia, com 1.768,4 hectares, que deu origem ao

Projeto de Assentamento Santa Vitória. Essas duas áreas totalizavam, segundo o INCRA, 3.382,8 ha, o que constitui uma cifra muito próxima da registrada pelo IBGE em 1995 para os dois estabelecimentos maiores de 1.000 hectares. Constatase dessa forma, uma ligeira melhoria na distribuição da propriedade da terra no município no período em pauta, em função da política agrária.

Outro fato importante observado é o aumento do número de proprietários e a diminuição dos arrendatários, parceiros e ocupantes (Tabela 4). De fato, observa-se que, entre 1980 e 2006, os proprietários passaram de 1.723 para 2.017, o que significa um aumento de 17,1%. Enquanto isso, os arrendatários, os parceiros e os ocupantes sofreram fortíssima redução como pode ser observado na Tabela 4. Merece destaque a retração dos arrendatários, que praticamente desapareceram do município em 2006, e dos parceiros que constituíam uma das relações de trabalho mais tradicionais da região (MOREIRA e TARGINO, 2007).

Tabela 4: Condição do Produtor dos estabelecimentos do município de Bananeiras em 1980, 1995 e 2006.

Condição do produtor	Ano			Variação 1980/2006
	1980	1995	2006	%
Proprietário	1723	1754	2017	17,1
Arrendatário	402	63	17	-95,8
Parceiro	304	200	64	-78,9
Ocupante	1039	586	508	-51,1
Assentado sem titulação definitiva*			109	
Produtor sem área*			143	

*Condição do produtor introduzida no censo agropecuário de 2006

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário do Estado da Paraíba de 1980, 1995 e 2006.

Supomos que o aumento do número de proprietários possa ser uma consequência da divisão das terras por motivo de herança, fato muito comum no Brejo. Já no que se referem à redução da parceria e do arrendamento, alguns fatores podem ter inferido nesse processo: a) o fato dos proprietários negarem a arrendar terras ou a cedê-las em parceria para evitar reivindicações dos trabalhadores ou conflitos de terra; b) o total desaparecimento da lavoura algodoeira no município, que era responsável em grande parte por estas relações de trabalho não assalariadas; c) transformação de parceiros e assentados em assentados da

Reforma Agrária, como no caso da Fazenda Cabloco que deu origem aos Projetos de Assentamentos Nossa Senhora das Graças e a Nossa Senhora do Livramento (SILVA, 2011), o caso da Fazenda Alinorte ou Lagoa Dantas por nós estudados e a demais áreas de assentamento no município; d) o processo migratório, de acordo com os dados do Censo de 1991 e 2000, a população de Bananeiras sofreu um decréscimo de 18,3% no período (IBGE, 1991; 2000).

No que diz respeito à redução dos ocupantes acreditamos que neste caso também, influenciou a criação de assentamentos e a migração.

O que foi exposto acima demonstra que o processo de formação territorial e sua evolução territorial no Brejo paraibano se reproduziram em grande parte se reproduziram no município de Bananeiras. Interessa-nos entender a importância das Ligas Camponesas, da ação da Igreja Católica e do movimento sindical na configuração territorial dessa região e desse município na segunda metade do século XX.

4 AS LUTAS CAMPONESAS NO BREJO PARAIBANO: AS LIGAS CAMPONESAS, A AÇÃO DA IGREJA E DO MOVIMENTO SINDICAL

A luta pela terra no Brasil se inicia no momento da invasão dos portugueses nas terras brasileiras. Os primeiros conflitos foram entre os índios e os invasores europeus. Não só os portugueses tinham interesses nessas terras, mas franceses, espanhóis e holandeses tentaram conquistar o território, mesmo sob o controle de Portugal.

O processo de ocupação do território brasileiro se concretiza formalmente com o estabelecimento das Capitanias Hereditárias. Todavia, esse sistema não logrou êxito, tendo o rei de Portugal estabelecido um novo sistema para garantir a ocupação e posse do território: o sistema de sesmaria.

Para Abreu (2006), a colonização do Brasil não pode ser entendida sem o devido conhecimento do sistema sesmarial, implantado pela coroa portuguesa inicialmente na região ibérica, com a conquista cristã de territórios ocupados pelos sarracenos e que se tornou uma política de povoação em Portugal no século XIII. De maneira geral ele tem início através de um ato de concessão de terras a determinada pessoa, que devia por obrigação cultivar a terra.

No Brasil, o sistema sesmarial tomou rumos diferentes do verificado em Portugal, uma vez que, aqui: a) adquiriu um caráter perpétuo; b) o tempo limite para o aproveitamento das terras que em Portugal era de cinco anos, no Brasil foi pouco respeitado; c) a dimensão das terras distribuídas não obedeceu ao preceito de que as elas tinham que ser cultivadas, pois aqui as sesmarias compreendiam grandes extensões de terra. Assim o sistema de sesmaria serviu para fortalecer a classe dominante, para disseminar o latifúndio, a monocultura canavieira principalmente no litoral e a criação de gado em grandes extensões de terra no interior do território.

Outro aspecto relativo ao sistema sesmarial, apontado por Martins (1995), é que a concessão era feita apenas para os de “sangue puro”, pessoas ligadas à coroa. Desse modo, foram desde o início excluídos do direito à terra o mestiço, o negro, os índios. São estes que vão formar o campesinato tradicional brasileiro na figura do posseiro, do morador de favor e do arrendatário. São estes trabalhadores sem terra que irão resistir ao avanço do capital no campo através da luta contra os processos de expulsão-expropriação.

Para grande parte dos estudiosos da questão agrária brasileira, esta só vai se iniciar no século XIX, primeiramente com o término do sistema sesmarial, em 1822, e depois, com a constituição da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1950).

Os primeiros conflitos camponeses, ou seja, aqueles em que alguns trabalhadores reivindicavam terras e melhores condições de trabalho iniciaram com o fim do Império e começo da República no bojo de movimentos sociais que apresentaram formas e conteúdos diferentes ordenados da seguinte maneira:

[...] messianismo, como aconteceu em Canudos e no Contestado; banditismo social, como aconteceu no Nordeste com Antônio Silvino e Lampião; associativismo e sindicalismo, como aconteceu com as Ligas Camponesas e com os sindicatos dos trabalhadores rurais. (MARTINS, 1995, p. 27)

Esta periodização não marca, totalmente, o fim de um determinado movimento no campo, mas seu enfraquecimento e o surgimento de outro movimento (MARTINS, 1995). Estas primeiras lutas sinalizam o início da negação da ordem social e da manifestação de uma vontade própria da luta da classe trabalhadora do campo.

Do final dos anos de 1940 até o golpe de 1964, eclodem no país diversos movimentos camponeses que se contrapunham à dominação do latifúndio. Alguns mais diretamente ligados ao acesso à terra, como o de Teófilo Otoni e Governador Valadares, em Minas Gerais, e a Revolta de Trombas e Formoso, em Goiás (MARTINS, 1995; CAMARGO, 1994). Estes movimentos contaram com o apoio do Partido Comunista Brasileiro (PCB), criado em 1922, e que teve um papel importante na orientação e organização das lutas no campo brasileiro. Entretanto, foi no Nordeste que surgiu o maior movimento camponês de luta pela terra: as Ligas Camponesas.

4.1 AS LIGAS CAMPONESAS

O termo “liga camponesa” surgiu quando o PCB tentou organizar os camponeses em associações civis, no ano 1945. Para Silva (2009), as Ligas

organizadas pelo PCB, não tinha como principal objetivo a reforma agrária, mas era um meio do partido estender sua influência no âmbito rural e urbano, principalmente no que se refere a este último.

[...] a formação dessas Ligas Camponesas pelo PCB, não se deu apenas para mobilizar o campesinato em torno da questão da terra e dos problemas agrários na zona rural brasileira, mas, sobretudo na tentativa de expandir sua área de influência do meio urbano para o meio rural gerando desta forma um elo entre operários e camponeses, além de possibilitar assim, sua luta contra o latifúndio e o imperialismo, pontos definidos como relevantes em seus congressos. (SILVA, 2009, p.2)

As Ligas Camponesas foram diluídas com a entrada do PCB na ilegalidade, em 1947. No Nordeste, em especial em Pernambuco, a Liga que ainda manteve algum trabalho depois disto foi a de Ipubitinga, que era liderada por José dos Prazeres (GASPAR, 2009).

Nos fins da década de 1940, o sistema de engenhos não era mais tão atrativo para seus proprietários e muitos arrendaram suas terras para usinas aos antigos moradores e trabalhadores. Em Pernambuco, no município de Vitória de Santo Antão, o proprietário do Engenho Galiléia arrendou 500 hectares de suas terras para 140 famílias camponesas. O proprietário foi viver na cidade, tornando-se absenteísta, vivendo do foro acordado com os trabalhadores (BASTOS, 1984).

Segundo Bastos (1984), o arrendamento das terras era pago em dinheiro. Os preços cobrados eram tão altos, que no caso do Engenho Galiléia, o valor do arrendamento de dois anos era o valor de venda de terras semelhantes naquela região. Para a autora, muitos camponeses não conseguiram pagar suas dívidas e, no ano de 1954, muitos foram à procura de José dos Prazeres, o mesmo que organizara as Ligas na década de 1940. José dos Prazeres, observando que aquela situação não era um caso isolado, orientou os trabalhadores a fundar uma sociedade civil, com o objetivo de adquirir algum engenho.

No início de 1955, foi fundada a “Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco” (SAPP), no Engenho Galiléia, tendo como articulador José dos Prazeres e, exercendo uma forte liderança, o senhor José Francisco de Souza, conhecido como Zezé da Galiléia, antigo administrador e foreiro do engenho.

(A SAPP,) do ponto de vista legal, caracteriza-se por constituir-se numa sociedade civil beneficente, de auxílio mútuo, cujos objetivos são,

primeiramente, a fundação de uma escola e a constituição de um fundo funerário (as sociedades funerárias são comuns na região) e, secundariamente, a aquisição de implementos agrícolas (sementes, inseticidas, adubos, instrumentos) e reivindicações de assistência técnica governamental (BASTOS, 1984, p. 19).

Julião (2009) vai relatar que a fundação da sociedade que surgiu no Engenho Galiléia foi por necessidade de fundar uma escola para as crianças, visto que as

[...] autoridades negavam-lhes o direito de ter uma professora, e o dono do latifúndio, um absenteísta, [...], também não cumpria o artigo da Constituição Federal que obriga todo estabelecimento agrícola com mais de cem trabalhadores a manter escola gratuita para eles e os filhos (JULIÃO, 2009, p. 276).

Os camponeses do Engenho Galiléia, num gesto de humildade, e também como estratégia política, convidaram o proprietário das terras, o senhor Oscar de Arruda Beltrão para ser o presidente de honra da SAPP. Entretanto, alertado por outros proprietários da região sobre os problemas que podiam surgir com a criação dessa entidade, que consideravam subversiva e comunista, ele recusou o cargo e tentou expulsar os camponeses por meio da violência e de ações judiciais (BASTOS, 1984). Para se defender, os camponeses procuraram o advogado e deputado estadual Francisco Julião, membro do Partido Socialista, objetivando que o mesmo advogasse em seu favor dos camponeses.

Surge, daí, a Liga Camponesa do Engenho Galiléia que, através de muita luta, conseguiu a desapropriação da terra do engenho, em 1959, por proposta da Assembleia Legislativa, mesmo com toda ação do governo de Pernambuco para dismantelar e enfraquecer as Ligas. Esta desapropriação foi uma grande vitória e um fator que facilitou a expansão das Ligas por diversos estados. Em 1961, já existiam Ligas em 10 estados brasileiros (BASTOS, 1984). Uma delas foi a Liga Camponesa da Paraíba que ganhou repercussão nacional pela forma de organização diferenciada, pela importância assumida por suas lideranças e pelas ações que extrapolaram o campo e alcançaram a cidade.

4.1.1 AS LIGAS CAMPONESAS PARAIBANAS: PELO FIM DO CAMBÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DO TRABALHADOR

As Ligas Camponesas na Paraíba, segundo Souza (1996), surgiram de maneira diferente das Ligas pernambucanas. Em relação ao lugar de origem, as ligas paraibanas surgiram fora das usinas, só posteriormente, desenvolveram-se nas propriedades de usineiros, em locais que a terra não era utilizada para o cultivo de cana. Já em Pernambuco, as Ligas surgiram e se desenvolveram principalmente em áreas de cana-de-açúcar. Quanto à orientação, embora tenham se inspirado nas Ligas pernambucanas, logo tomaram outro rumo. As ligas de Pernambuco lutavam pela “extensão da legislação trabalhista aos trabalhadores das Usinas e fornecedores de cana. Na Paraíba, a principal luta era pelo direito de plantar e colher nas terras arrendadas onde pagava o foro com o cambão” (SOUZA,1996, p. 19) e pela extinção do cambão.

Na Paraíba, no campo, sobretudo aqui na Várzea, o trabalho do homem era o trabalho gratuito, o chamado “cambão”, em que o trabalhador, para morar em uma fazenda, tinha que dar dois, três, quatro até cinco dias de trabalho de graça na fazenda para poder plantar ao redor do seu casebre, alguma plantação, criar uma galinha, um porco, enfim, cultivar alguma coisa para a sua sobrevivência, e para isso precisava trabalhar de graça alguns dias por semana, não só ele, como a sua mulher, os seus filhos, que pudessem fazer algum tipo de trabalho na fazenda (Depoimento de Assis Lemos de Souza extraído de MENEZES *et al.* 2011, p.5).

É importante destacar que, no momento de criação das Ligas Camponesas paraibanas, alguns grupos de latifundiários controlavam o poder econômico e político na Zona da Mata e no Agreste-Brejo. Destacavam-se: a) o Grupo Ribeiro Coutinho, o mais poderoso, que detinha o domínio de grande parte da várzea do rio Paraíba e era detentor de 4 usinas de açúcar; b) o Grupo Lundgren, que concentrava terra e poder no litoral norte; c) o Grupo dos Veloso Borges, com domínio na área da várzea do rio Paraíba e em municípios do Brejo Paraibano, considerado o mais violento do estado. Foi Aguinaldo Veloso Borges, o mandante do assassinato do líder das Ligas camponesas de Sapé, João Pedro Teixeira, e da sindicalista Margarida Maria Alves, em 1983; d) o Grupo Fernandes de Lima, antigo proprietário da Usina Monte Alegre, que detinha poder político e econômico

principalmente no litoral norte, nos municípios de Mamanguape e Itapororoca. Uma marca presente em todos esses grupos era o fato deles possuírem seus representantes na Assembléia Legislativa, na Câmara de Vereadores e em Fóruns somando seu poder social e econômico ao poder político.

As Ligas paraibanas atuaram no combate às ações de violência desses grupos contra os trabalhadores e em defesa dos seus direitos. Sua origem está relacionada à fundação, em 1958, da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé, ligada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) (Souza, 1996). Seus principais líderes foram João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias (apelidado de Nego Fuba) e Pedro Inácio de Araújo (o Pedro Fazendeiro)⁵.

João Pedro Teixeira foi o fundador da mais importante Liga da Paraíba, a Liga de Sapé. Ele nasceu no Brejo, no município de Pilõezinhos, na época distrito do município de Guarabira. Trabalhou na agricultura durante sua juventude e tornou-se depois um operário de pedreiras, na Paraíba e, posteriormente, em Pernambuco, de onde retornou em 1958, já casado com Elizabeth Teixeira (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010). Para Menezes (2011), a presença e a liderança de João Pedro Teixeira foram fundamentais para o início da Liga de Sapé:

Quanto às razões subjetivas, a presença de João Pedro Teixeira foi fundamental. O seu contato com o Partido Comunista, quando de seu trabalho em pedreiras em Recife e Jaboatão (PE), deu-lhe as ferramentas para a construção da consciência dos problemas sociais, bem como as ferramentas e as articulações necessárias para o processo de organização dos trabalhadores rurais (MENEZES, 2011, p.10).

A Liga Camponesa de Sapé surgiu como uma entidade de caráter cível, com finalidade de prestar assistência social e jurídica aos seus associados, como deixa claro o primeiro artigo do seu estatuto:

A Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé tem por finalidade a prestação de assistência social aos arrendatários, assalariados, e pequenos proprietários agrícolas do município e áreas vizinhas, bem como a defesa de seus legítimos direitos de acordo com as leis do país (NOVAES, 1997, *apud* SILVA, 2009, p.13)

⁵ Sobre a vida de João Pedro Teixeira, João Alfredo Dias (Nego Fuba), Pedro Inácio de Araújo (Pedro Fazendeiro), Elizabeth Teixeira, Francisco de Assis Lemos Souza entre outros, ver publicação do MDA "Retrato da Repressão: Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos", de Carneiro e Ciocari (2010).

A Liga de Sapé tinha outra particularidade. Ela não restringia a luta em defesa apenas dos trabalhadores do município, mas, também, dos municípios vizinhos. Outro aspecto importante é que a Liga Camponesa de Sapé não tinha apenas camponeses como associados, mas “profissionais liberais, pequenos comerciantes, operários, pequenos agricultores, estudantes ou qualquer um que desejasse participar da organização que estava nascendo” (SOUZA, 1996, p. 32). Essa participação dos não camponeses foi importante para expandir o conhecimento sobre o problema do camponês às diversas classes sociais e, assim, conseguir uma adesão e ajuda ainda mais ampla.

As Ligas se expandiram da Zona da Mata, em direção ao Agreste Baixo e ao Brejo paraibano, chegando ao número de 18 Ligas na Paraíba⁶.

No Brejo Paraibano, são criadas as Ligas de Areia com a colaboração dos dirigentes do Sindicato dos Operários de Fiação e Tecelagem do município (LEMOS, 1966) a de Alagoa Grande e de Guarabira, município do Agreste Baixo, que teve uma atuação mais significativa no conjunto da região, em decorrência da influência de um importante líder local, Osmar de Aquino. (MOREIRA, TARGINO e MENEZES, 2001, p. 3).

Os primeiros associados das Ligas eram moradores de propriedades que não plantavam cana-de-açúcar, entretanto, essas propriedades pertenciam a usineiros e a antigos senhores de engenho, que cobravam do camponês o foro como forma de pagamento do aluguel das terras, pago em dias de trabalho gratuito, que era chamado de cambão. Alguns, além do cambão, ainda pagavam a renda da terra com parte da sua produção (SOUZA, 1996).

Nas usinas, o trabalhador era proibido de plantar, os seus casebres eram cercados de cana por todos os lados, seu pagamento era em “vales” para serem descontados no barracão, um tipo de mercado em que os camponeses trocavam o vale por alimentos ou gêneros de primeira necessidade. Sobre isto, Souza (1996, p. 22) afirma que “muitos trabalhadores, já avançados na idade, sequer tiveram acesso ao dinheiro, apenas conheciam ‘o vale do barracão’”.

Todas estas formas de exploração foram combatidas pelas Ligas que usaram várias estratégias, tais como: a) a realização de comícios e passeatas para sua divulgação; b) uso de foguetões (sobretudo na região de Sapé) para convocar

⁶ As Ligas de Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande, Santa Rita e Sapé (SOUZA, 1996).

os trabalhadores para reuniões. Soltavam-se três foguetões na sede e isto se repetia em cada propriedade, assim, todos tomavam conhecimento que era necessário se reunir na sede (SOUZA, 1996); c) o apoio aos trabalhadores ameaçados de expulsão das propriedades; d) a assistência jurídica aos camponeses; e) a busca por 'melhoria na condição de saúde' do trabalhador rural, com ações extensivas ao trabalhador da cidade; f) ações na área de educação visando a alfabetização como meio de libertar o trabalhador e possibilitar sua participação no processo eleitoral⁷.

Para fortalecer a organização do movimento, foi criado, no dia 25 de novembro de 1961, em um congresso realizado no Teatro Santa Rosa, na capital do Estado, a Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas da Paraíba. Este evento contou com representantes das 18 ligas existentes no estado. A diretoria foi constituída tendo como presidente, Francisco de Assis Lemos; vice-presidente, João Pedro Teixeira; 1º secretário, Antônio Dantas; Tesoureiro, Leonardo Leal (SOUZA, 1996).

A diretoria da Federação não completou seu mandato, em virtude da entidade ter sido colocada na ilegalidade com o golpe militar de 1964, mas, durante o tempo de funcionamento, segundo registra Souza (1996), não existiam empregados na Federação, todos trabalhavam gratuitamente, eram voluntários, estudantes, médicos e advogados e outros.

A organização e as estratégias de luta resultaram em diversas conquistas para os camponeses e muitas conquistas estenderam-se para não camponeses e consolidou a Liga de Sapé como a maior e mais forte Liga do Brasil, chegando a ter mais de 15 mil associados.

As Ligas Camponesas paraibanas conseguiram que muitas fazendas e usinas acabassem com o cambão e o barracão. Na área da saúde, conseguiram de uma só vez oito postos do Serviço e Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU), diversas Unidade Médicas Hospitalares, a instalação de 10 postos do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), a instalação de Postos dos Correios e Telégrafos, agência bancárias e a doação de diversos tratores, equipamentos agrícolas e sementes aos agricultores. Mas, na medida em que se ampliava a adesão às Ligas, assistia-se a reação dos latifundiários, expressa

⁷ Sobre isso Menezes et al. (2011, p. 18) relata que "na época, a maior parte da população rural era analfabeta, o que constituía um forte impedimento para uma participação efetiva do processo eleitoral como um instrumento de luta".

através da violência e do patrocínio de assassinatos. Na Paraíba, Alfredo do Nascimento foi assassinado em 1961 e João Pedro Teixeira em 1962. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010).

Com o golpe militar de 1964, a primeira providência do novo Governo, para o Nordeste, foi tornar as Ligas Camponesas ilegais. Seus principais líderes foram perseguidos. Francisco Julião, Gregório Bezerra, Francisco de Assis Lemos entre outros, foram presos, torturados, perderam seus mandatos legislativos. Muitos foram exilados e, como já esclarecemos, lideranças camponesas foram assassinadas, tais como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro, em 1964 (CARNEIRO; CIOCCARI, 2010).

Para Carneiro e Ciocari (2010), o golpe militar não só desmantelou as organizações que lutavam pela terra, como deixou marcas profundas nos seus participantes, marcas no corpo e na mente.

Se há heroísmos, trata-se, antes desse heroísmo forjado na luta obstinada de todos os dias, que deixa no corpo as suas marcas, não como medalhas, mas como cicatrizes, que remetem sempre a uma memória dolorosa, inseparável do próprio sujeito. Não raro, os detalhes de violências sofridas ou testemunhadas ocultam-se sob uma camada espessa tecida pelo medo, o silêncio e a vergonha surgida da experiência do absurdo. (CARNEIRO E CIOCCARI, 2010, p.19)

Essa experiência do absurdo teve como base a ação do silêncio, silenciar o camponês do Nordeste através da brutalidade. De acordo com Oliveira (2001), de 1964 a 1970, a maioria dos assassinatos no campo brasileiro concentrou-se na região Nordeste. Outro tipo de silêncio é o silêncio do ser, o silêncio da alma, provocado pela repressão. Carneiro e Ciocari, (2010, p.19) afirmam que

[...] justamente um dos aspectos da opressão que sofre o camponês é também o esforço direcionado para silenciar a sua voz, para que ela não chegue aos jornais, à televisão, ao rádio, para que em torno dela não se crie uma rede de solidariedade

Mesmo com esta imposição do silêncio, não foram poucos os conflitos registrados no campo no período da ditadura militar. Na Paraíba, neste período, verificou-se um importante crescimento do número de trabalhadores assalariados e uma diminuição dos arrendatários e parceiros. De acordo com Moreira e Targino (1997), este aumento do trabalho assalariado foi possível graças aos programas do

governo, que subsidiaram a produção de cana-de-açúcar e a pecuária⁸, ocasionando, assim, a expropriação de muitos trabalhadores, que não tinham outro lugar para ir além das cidades, causando um inchaço e um aumento da pobreza urbana.

Ainda na década de 1970, ressurgem os conflitos de terra pautados na luta de resistência contra o processo de expulsão-expropriação levado a efeito com a modernização das atividades canavieira e pecuária. Moreira (1997) registrou os primeiros conflitos agrários na Paraíba após o golpe militar. Eles se concentraram principalmente na Zona da Mata, sendo o primeiro conflito registrado na Fazenda Tabu, no município de Caaporã, microrregião do Litoral Sul, iniciado em 1974.

Outro conflito, que teve grande repercussão, foi o da 'Fazenda Mucatu, iniciado em 1975, que marcou a participação da Igreja Católica nos problemas agrários da Paraíba, inclusive com a participação pessoal do Arcebispo Dom José Maria Pires (MOREIRA, 1997).

Outros conflitos eclodiram por todo o estado, tendo por principais frentes de luta:

a) luta contra a exploração do trabalho e por melhores condições de trabalho e de vida; b) luta contra a expulsão/expropriação, que se configura na luta pelo direito de "ficar na terra", de 'viver da terra' e de 'não se submeter ao capital'; c) luta pelo retorno à terra, pela reconquista da 'terra para o trabalho'; d) luta dos pequenos produtores por uma política agrícola (assistência técnica e creditícia) que lhes garanta o direito não só de permanecer com a terra e na terra, como nela produzir e dela retirar o indispensável a uma sobrevivência digna (MOREIRA e TARGINO, 1997, p.280).

Nestas frentes de luta, foi importante o apoio da Igreja Católica e dos sindicatos, como veremos a seguir.

4.2 A IGREJA E SUA INSERÇÃO NA LUTA PELO DIREITO À TERRA.

Para entender o processo da entrada da Igreja Católica no apoio aos camponeses, com a posterior formação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), é

⁸ Sobre esses incentivos ver Capítulo 2, no subcapítulo 2.2 deste trabalho que fala sobre a "Modernização Conservadora"

necessário fazer uma revisão histórica dos acontecimentos que marcaram o Brasil, principalmente na segunda metade do século XX.

Na perspectiva teológico-religiosa, a aproximação da Igreja com os pobres se dá, fundamentalmente, com a criação da Teologia da Libertação, nas décadas de 1950/1960 (MITIDIERO JR., 2008). Para o bispo Dom Tomás Balduino, importantes acontecimentos contribuíram para a abertura da Igreja: o Concílio Vaticano II (1962-1965) e também a 2ª Conferência Episcopal Latino-americana de Medellín, em 1968 (BALDUÍNO, 2001).

O Concílio tornou possível Medellín como um encontro de países da Igreja, envolvidos numa eclesiogênese verdadeiramente latino-americana, com sua originalidade própria. Para estes homens irrompeu aqui também o Pentecostes, que chegou a nós com uma marca inconfundível: a libertação. (BALDUÍNO, 2001, p.11).

Para Löwy (1991), esta modificação na postura dogmática da Igreja Católica vem com as próprias mudanças sociais que estavam acontecendo, seja pelo aumento de outras instituições, como as igrejas protestantes, partidos políticos, seitas, entre outros; ou pela tomada de consciência do povo, sobretudo no que se referia aos problemas sociais, principalmente na América Latina.

Toda essa efervescência, num contexto de renovação que se segue ao Concílio Vaticano II, acaba por sacudir o conjunto da Igreja do continente e, por ocasião da Conferência da Celam em Medellín (1968), resoluções novas são adotadas, as quais, pela primeira vez, não apenas denunciam as estruturas existentes como fundadas sobre a injustiça, a violação dos direitos fundamentais da população e a violência institucionalizada, mas também reconhecem (em certas circunstâncias) a legitimidade da insurreição revolucionária e se solidarizam com a aspiração do povo à libertação de toda servidão (LÖWY, 1991 p. 39).

O período de maior agitação desta renovação da teologia é marcado, na América Latina, pela dominação de ditaduras militares, tendo a alta hierarquia das Igrejas dado seu apoio aos “novos governos”. Segundo Poletto (2010, p. 139), praticamente “todos os órgãos de direção das Igrejas Cristãs deram apoio ao golpe, comprometendo sua liberdade de ação até mesmo em relação à violência que se abateu sobre muitos militantes cristãos”.

Contraditoriamente ao posicionamento da cúpula da Igreja Católica, segundo Mitidiero Jr. (2008), a ala da teologia libertadora, ala mais progressista da Igreja brasileira, utilizou o engajamento expressivo de leigos e agentes pastorais

com o objetivo de se aproximar do povo. Diante de um conflito político-ecclesial, foram formadas instituições e pastorais ligadas a Igreja Católica para por em prática a proposta de uma teologia libertadora, para uma interpretação política e religiosa da situação do povo oprimido, através dos ensinamentos bíblicos.

Para Mitidiero Jr. (2008), a estratégia de criar comissões, centros e organizações com base nos fundamentos das Igrejas, principalmente no que se refere à Igreja Católica, foi importante, pois estas comissões não precisavam esperar a aprovação de uma legislação eclesial. Poletto (2010) afirma que, inicialmente, estas pastorais não representavam a opinião oficial da Igreja nem tinham respaldo da mesma, assim, existia certa liberdade de trabalho, embora as ações não fossem consideradas como “expressão” da Igreja.

A Igreja tradicional não se interessava pelo significado dos atos religiosos, suas interpretações e correlações, o que interessava era que eles fossem praticados. Isto, segundo Mitidiero Jr. (2008), levou à consolidação de uma vida religiosa sem nenhuma ligação terrena, uma vida voltada à perspectiva da vida após a morte. Ala que propagava a teologia da libertação negou este tipo de interpretação da fé e buscou um novo tipo de interpretação dos textos bíblicos, a partir da realização de estudos bíblicos, relacionando-os com o estudo e análise da história e das condições sociais do país e do próprio povo envolvido nestas comunidades, fazendo uma correlação com a realidade.

Sobre esta metodologia de interpretação da Bíblia, Mitidiero Jr. (2008, p.131) afirma que ela:

[...] criou referenciais territoriais de atuação sócio-religiosa. Um desses referenciais territoriais criados, privilegiado para este estudo, é a interpretação do Evangelho e sua consequente instrumentalização para os movimentos de luta pela terra. (...) Como resultado de tais interpretações, seguramente a Igreja viu na luta pela terra um genuíno valor teológico. É aí que está o ponto central. Não foi a Teologia da Libertação que apontou isso, mas a própria realidade que se mostrou à teologia, como fenômeno histórico-social de valor teológico.

De acordo com Mitidiero Jr. (2008, p.134), esta “posição teológica tomada por parte da Igreja foi o meio adotado para, ao mesmo tempo, convencer, informar e ensinar o povo dos seus direitos (religiosos e constitucionais) e mostrar o caráter político da vida cotidiana (terrena) desse povo”. Assim, esta posição da Igreja Libertadora ampliou a visão de mundo dos movimentos católicos existentes e foi, nas palavras de Mitidiero Jr. (2008, p. 135), um importante “estopim para o

surgimento de movimentos sociais reivindicatórios. Foi com este espírito que nasceu a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com o objetivo de dar apoio e socorrer os pobres e oprimidos do campo”.

Uma mudança profunda vai se realizar na Igreja, pois, se antes ela dava apoio à ditadura, agora ela vai afirmar sua “opção preferencial pelos pobres”. O “pobre não é mais entendido como objeto de nossa ação caritativa. Pobre é sujeito, autor e destinatário de sua própria história” (BALDUINO, 2001, p. 11).

Os teólogos da Teologia da libertação, padres e agentes pastorais atuavam nas Comunidades Eclesiais de Base⁹ (CEB's) onde eram organizadas uma série de ações que visavam a conscientização da comunidade. As CEB's tiveram mais força para se desenvolver no campo do que na cidade, pelo apego que o camponês tem à religião e por manter uma vida comunitária mais intensa do que na cidade.

Antes da fundação da CPT, já existiam outros órgãos da Igreja que atuavam no campo: a Juventude Agrária Católica (JAC), fundada em 1950; o Movimento de Educação de Base (MEB), iniciado em 1961, e a Pastoral Rural. A JAC e o MEB foram perseguidos e reprimidos com violência, pois eram considerados agentes subversivos pelo Estado (POLETTO, 2010). Já a Pastoral Rural caminhava mais como apoio evangelizador do que no apoio político (MITIDIERO JR, 2008).

O trabalho da Igreja no campo era diversificado, uma vez que em diversos locais as lutas eram travadas por categorias de trabalhadores diferentes. O avanço da colonização da região Amazônica foi à mola propulsora para a Criação do Conselho Indígena Missionário (CIMI), em 1972, o qual teve importante influência na formação da CPT.

Segundo Poletto (2010), a partir de 1973, diversos bispos vão publicar uma série de documentos com fortes críticas ao problema agrário brasileiro. Destaca-se o papel fundamental de Dom Pedro Casaldáglia como articulador da proposta da organização de uma comissão que trabalhasse junto com os camponeses, levando sua proposta em 1974 à Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Itaici/SP. Nesta Assembleia, foi articulado por Dom Pedro Casaldáglia, o primeiro Encontro de Pastoral da Amazônia Legal.

⁹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) eram comunidades porque reuniam pessoas que tinham a mesma fé, pertenciam à mesma Igreja e moravam na mesma região (MITIDIERO JR., 2008).

O Encontro Pastoral da Amazônia Legal foi realizado em junho de 1975, na cidade de Goiânia-GO, onde ficou claro que era necessário dar continuidade ao reconhecimento e ao acompanhamento dos problemas que atingiam a Amazônia e outras regiões do país. Nesse encontro foi aprovada a proposta de formação de uma Comissão Pastoral da Terra. Desse modo, “a CPT, nasceu da prática das Igrejas envolvidas pela violência que atingia as comunidades de índios e de posseiros na Amazônia” (MITIDIERO Jr. 2008, p.152).

A essência da atuação da CPT, segundo Mitidiero Jr. (2008, p. 152-153), consiste na

[...] luta incondicional pela Reforma Agrária e por justiça aos trabalhadores explorados no campo, um certo espírito legalista de apoio e pressão para o cumprimento da legislação rural existente , a formação de assessorias jurídicas, o caráter pedagógico educacional das ações da comissão com o objetivo de alcançar a autopromoção dos camponeses, a necessidade de conhecer “na palma da mão” os problemas das comunidades, estabelecendo um diálogo direto com as ciências e a estrutura geográfica espacializada nacionalmente da CPT [...].

Estes princípios “ainda vigoram como temas reveladores dos mais de trinta anos dessa pastoral” (MITIDIERO Jr. 2008, p.153).

A legitimação da CPT pela CNBB ocorreu no dia 20 de novembro de 1975, na cidade de Goiânia, quando o Bispo Dom Moacir Grechi reconheceu entre o episcopado a constituição da Comissão Pastoral da Terra. Esta teria um caráter missionário e autonomia em relação à organização e à atuação. Essa legitimação teve um caráter estratégico, pois com a aprovação da CNBB, a CPT teria mais respaldo de atuação e estaria mais livre de represálias dos militares.

A atuação da CPT se espacializou, no Brasil, chocando-se, em alguns lugares, com a Pastoral Rural como, no caso do Nordeste, nos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas (MITIDIERO Jr., 2008).

Atuava na Paraíba a Pastoral Rural, que foi herdeira e deu continuidade aos trabalhos dos Movimentos de Ação Católica e que tinha apoio nas paróquias e Dioceses e, sobretudo, nas Comunidades Eclesiais de Base. A Pastoral Rural realizava um trabalho de base junto ao agricultor, coisa que não era efetuada pela CPT que apenas assessorava os agricultores mais à distância.

A transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra ocorreu com a aposentadoria de Dom Helder Câmara e a sua substituição pelo

bispo ultra-conservador Dom José Cardoso, na Diocese do Recife (MITIDIERO JR., 2008), desmantelando todos os projetos sociais idealizados na gestão de Dom Helder, promovendo mudanças e demissões do pessoal que trabalhava nas pastorais. Essas mudanças ocorreram próximo ao Encontro da Pastoral Rural da Regional Nordeste II, que acabou sendo realizado na Paraíba, com o apoio de Dom José Maria Pires e da CPT Nacional. Dom José relata como foi a mudança da Pastoral Rural na Paraíba para CPT, em entrevista cedida a Mitidiero Jr. (2008, p. 309-310), transcrita abaixo:

Nesse Estado, com a transformação da Pastoral Rural em CPT, no ano de 1988, os agentes pastorais começaram a adotar novas estratégias e a se instrumentalizar melhor na defesa do homem do campo. Nesse movimento, a presença constante de advogados fez-se essencial. Na medida em que o coletivo acompanhado pela CPT e suas conseqüentes ações iam tomando grandes proporções, aumentava também a necessidade da intermediação jurídica no campo das lutas. Foi uma espécie de acidente. A Pastoral Rural tinha marcado o seu encontro regional aqui para a Paraíba e envolvia todo o Nordeste II. Acontece que, com todas as mudanças no Recife, a saída de Dom Helder e a chegada do novo arcebispo Dom José Cardoso, ele fez várias modificações nos quadros da Igreja e, como antes desse encontro da Pastoral Rural toda a sua comissão foi demitida por ele, quase que não acontece o encontro. Eles estavam com todo o encontro já marcado, acertado, mas não tinha ninguém que pudesse orientar, aí me procuraram e perguntaram se, apesar de estarem demitidos, podiam fazer o encontro aqui em João Pessoa. Eu respondi que não entrava na questão da demissão, mas que aqui eles tinham toda a liberdade para fazer o encontro e ainda disse que eu ia assistir à abertura do encontro. Isso então se resolveu. O outro problema era onde conseguir os recursos, porque tinham de pagar as passagens das pessoas que vinham, tinha que ter comida. Então foi aí que eles recorreram à CPT nacional, que assumiu a responsabilidade dos gastos e, não só assumiu, como também mandou dois representantes para acompanhar o encontro. Acontece que, quando começou o encontro, isso foi em 1988, e eu participei dele todo, os trabalhadores perguntaram: Nós somos da Pastoral Rural, mas ela não está podendo nos ajudar, por que então, não viramos CPT? Partiu da base, portanto. Mas a CPT respondeu que não era igual à Pastoral Rural, que não fazia trabalho de base, mas os trabalhadores disseram: Então vocês nos fazem da CPT. Foi assim, era Pastoral Rural e, simplesmente, virou CPT. Era o único exemplo do Brasil, em que a CPT surgiu fazendo trabalho de base, porque, em nível nacional, a CPT era outra coisa [...] Para que se criasse uma regional da CPT, era necessário que três bispos da região fizessem o pedido, aí cinco bispos assinaram. Então a CPT criou a CPT Regional Nordeste II, que não foi reconhecida, mas aos poucos se tornou reconhecida [...] (Entrevista, 9 out. 2006).

Na Paraíba, com a transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra, não houve mudanças na metodologia de trabalho, pois a assistência eclesial ao camponês na questão do conflito, já era diferente desde 1966, com a chegada Dom José Maria Pires para a Arquidiocese da Paraíba. Assim,

a CPT/Paraíba vai trazer a marca da Pastoral Rural, o trabalho de base junto ao camponês como método de trabalho, o que vai diferenciá-la das outras CPTs e promoverá algumas tensões com a CPT/Nacional. Para Mitidieiro Jr. (2008), esta característica vai ser o diferencial da CPT/Paraíba em relação às demais. A CPT, em termos práticos, confunde-se com um movimento social, mas, segundo Mitidiero Junior (2008), os seus integrantes não se identificam como um movimento social.

A CPT/Paraíba está organizada em quatro regionais: CPT regional João Pessoa; CPT regional Campina Grande; CPT regional Cajazeiras e CPT regional Guarabira. Esta última regional tem atuado nas microrregiões de Guarabira, Brejo paraibano, Curimataú oriental e Curimataú ocidental, áreas de ocorrência de inúmeros conflitos por terra.

4.2.1 A CPT E SUA AÇÃO NO BREJO PARAIBANO

A ação da CPT na região do Brejo paraibano se concretizou através da atuação da CPT/Guarabira. A CPT em Guarabira teve sua formação, de certa maneira, diferenciada, pois, desde o início foi influenciada por Dom José Maria Pires e pelo bispo da Diocese de Guarabira Dom Marcelo Pinto Carvalheira, entusiasta das ideias de Dom José. Segundo o monsenhor Luis Pescamona¹⁰, quando ele chegou em Guarabira, em 29 de junho de 1977, na época padre, o bispo Dom Marcelo não lhe deu nenhuma Igreja, mas lhe incumbiu de acompanhar os trabalhadores rurais e as mulheres lavadeiras. Neste período ainda funcionava a Pastoral Rural (que seria embrião da CPT), onde o padre Luis trabalhava com a defesa dos direitos humanos, tendo, também, participado do Centro de Orientação dos Direitos Humanos.

O monsenhor Luis afirma que no período de 1977 a 1983, as principais lutas eram as sindicais em busca de direitos trabalhistas, principalmente no setor canavieiro. O clérigo relatou sua vivência junto à líder sindical Margarida Maria

¹⁰ Palestra realizada no fórum dos trabalhadores rurais da Região da CPT – Guarabira, em 17 de Junho de 2010, na cidade de Guarabira

Alves¹¹ e sua luta no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande contra os sindicatos pelegos¹², na sensibilização dos trabalhadores sobre seus direitos, no apoio à realização de greve pelos canavieiros.

A partir da morte de Margarida Maria Alves, as principais ações da CPT/Guarabira se dirigiram para a mediação dos conflitos agrários. O monsenhor Luis faz a seguinte divisão em períodos da atuação da CPT/Guarabira: a) entre 1977 a 1983 - luta pelos direitos humanos e trabalhista; b) de 1983 a 1997 - período de conflitos, em que as emboscadas, prisões, atentados e processos vão acontecer de modo intenso; c) de 1997 a 2000 - a principal luta foi pelos atingidos pela barragem da Araçagi e; d) nos últimos dez anos - a principal atuação da CPT foi em ações na organização dos Assentamentos em suas associações, com foco nos temas da comercialização, da produção para a vivência nos assentamentos¹³.

A maioria dos conflitos em que a CPT/Guarabira teve participação foram os de trabalhadores ameaçados de expulsão ou expropriados da terra. Os conflitos resultaram na formação de 58 Projetos de Assentamento (PA) e na criação de duas comunidades de atingidos por barragens, distribuídos em 16 municípios do Agreste-Brejo.

O número de áreas conquistadas com o apoio da CPT/Guarabira e de famílias beneficiadas por período pode ser observado no Quadro 2, abaixo.

¹¹ Margarida Maria Alves (1943-1983) – Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Alagoa Grande (PB), primeira mulher a ocupar um cargo destes no Estado, foi uma das fundadoras do Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural. Em sua gestão de 12 anos, foram movidas mais de 600 ações trabalhistas contra os usineiros e senhores de engenho da região. Com o surgimento do Plano Nacional de Reforma Agrária, os latifundiários intensificaram a violência no campo. No dia 12 de agosto de 1983 pistoleiros mataram Margarida a tiro. (CAMARA FEDERAL, 2010)

¹² Termo usado para os sindicatos que eram cooptados pelo patrão ou o Estado, que defendiam suas causas e não realizavam nenhum movimento em prol dos trabalhadores.

¹³ Às colocações de Monsenhor Luis Pescarmona podemos acrescentar o aumento da criação dos Projetos de Assentamentos no período de 1995 a 2000, durante o Governo FHC que deu prioridade a desapropriação de terras em áreas de conflitos.

Quadro 2: Dados quantitativos da atuação da CPT-Guarabira de 1991 até 2010.

Nº	PERÍODO	Nº de áreas conquistadas			Nº de famílias beneficiadas		
		ÍNICIO	FINAL	TOTAL	ÍNICIO	FINAL	TOTAL
I	Julho de 1991 a junho de 1994	09	04	13	275	157	432
II	Julho/1994 a junho/1997 – (projeto ponte de 07/1997 a 05/1998)	13	12	25	432	759	1.191
III	Junho/ 1998 a novembro/2001	25	22	47	1.191	1.047	2.238
IV	Dez/2001 a set/2004 – (Projeto Ponte de out/2004 a dez/2004)	47	03	50	2.238	313	2.551
V	Janeiro/2005 a agosto/2007	50	01	51	2.551	414	2.965
VI	Setembro/2007 a agosto/2010- Em curso	51	*09	60	2.965	-	2.65

Fonte: Diocese de Guarabira-Paraíba-Brasil- VII Programa Social Integrado- PSI, CPT-Guarabira, 2010.

De acordo com o Quadro 2, em 1991, a CPT/Guarabira atuava em 09 áreas de assentamento e, até junho de 1994, foram conquistadas mais 04 áreas. No período de junho de 1994 a junho de 1997, foram conquistadas mais 12 áreas. De julho de 1998 a novembro de 2001, foi o período que mais se conquistou áreas, um total de 22. De dezembro de 2001 até agosto de 2010, foram conquistadas mais 04 áreas e agregadas mais 09 que faziam parte da CPT/João Pessoa. Com isso, 2.965 famílias conquistaram a terra e estão, hoje, assentadas. No quadro 3 estão relacionadas as áreas desapropriadas com acompanhamento da CPT/Guarabira, segundo os municípios. Pode-se observar que só no Brejo existem 24 Projetos de Assentamento acompanhados pela CPT durante e depois dos conflitos que lhes deram origem. Desses, 10, ou seja, 41,7% localizam-se no município de Bananeiras.

Com pouco mais de 22 anos de existência, a CPT/Guarabira destaca-se no apoio ao camponês no sentido da orientação para a luta, na assistência jurídica, no apoio solidário. A CPT/Guarabira realiza, mensalmente, fóruns com os trabalhadores, onde são debatidos assuntos relacionados ao direito, às modificações jurídicas, a questão da comercialização, da vida em comunidade, entre outros.

Quadro 3: Áreas desapropriadas com acompanhamento da CPT/Guarabira no período de novembro de 1984 a dezembro de 2009.

Quant. de áreas	Tipo de desapropriação-Município	Nº de fam.	Área (ha)	Reserva florestal (20%)	Área p/ trabalhar.
02	Comunidades de Atingidos por Barragem – Barragem de Araçagi	283	266,0	43,2	212,8
12	Projetos de Assentamento no município de Araruna	582	10.199,0	2.039,8	8.159,2
01	Projeto de Assentamento no município de Campo de Santana	35	559,7	111,9	447,8
01	Projeto de Assentamento no município de Riachão	44	1.050,0	210,0	840,0
01	Projeto de Assentamento no município de Damião	50	1.108,0	221,6	886,4
01	Projeto de Assentamento no município de Cacimba de Dentro	16	560,0	112,0	448,0
02	Projetos de Assentamento no município de Araçagi	200	2.540,3	508,1	2.032,2
02	Projetos de Assentamento no município de Cuité	210	8.164,0	1.632,8	6.531,2
04	Projetos de Assentamento no município de Alagoinha	146	1.773,0	354,6	1.418,4
10	Projetos de Assentamento no município de Bananeiras	408	6.809,7	1.361,9	5.447,8
05	Projetos de Assentamento no município de Dona Inês	220	5.414,0	1.082,8	4.331,2
01	Projeto de Assentamento no município de Mulungu	37	144,0	28,8	115,2
01	Projeto de Assentamento em Solânea	71	574,0	114,8	459,2
01	Projeto de Assentamento em Barra de Santa Rosa	50	1.666,3	333,9	1.335,4
06	Projetos de Assentamento no município de Pilões	210	2.222,4	444,5	1777,9
04	Projetos de Assentamento no município de Areia	174	1.742,7	348,5	1.394,2
04	Projetos de Assentamento no município de Alagoa Grande	229	2.284,9	457,0	1827,9
60 áreas		2.965	47.081,0	9416,2	37.664,8

Fonte: CPT – Guarabira, 2010.

Atualmente, ainda existem quatro áreas de conflitos acompanhadas pela CPT/Guarabira no Agreste: a) a propriedade denominada de Jirau, com 1.500 ha, com 50 famílias em conflito desde 2002, no município de Araruna; b) a propriedade Olho D'água, com 2.000 ha e 80 famílias, em conflito desde 1999, localizada no município de Damião; c) a propriedade Solidão, com uma área de 3.000 ha e 90 famílias, cujo conflito iniciou em 1999, no município de Cuité; d) a fazenda Ipueira, com 720 ha e 16 famílias localizada no município de Mulungu, em conflito desde 2006 (CPT/Guarabira, 2010).

A CPT/Guarabira conta com um grupo de seis pessoas que atendem as diversas solicitações, contando com o apoio de organizações não governamentais, a exemplo da MISEREOR, ligada à Igreja Católica da Alemanha, com sede na cidade de *Aachen* e fundada em 1958, objetivando combater “a fome e a doença no mundo”.

O trabalho da CPT/Guarabira tem sido fundamental para a organização dos trabalhadores e o desenvolvimento das lutas e resistências dos camponeses em sua área de atuação.

Este nosso trabalho estuda o Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, que está localizado no município de Bananeiras, e que contou com o apoio e o acompanhamento da CPT/Guarabira, fundamental para a conquista da terra pelos agricultores.

4.3 A LUTA POR DIREITOS E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO: O SINDICALISMO NO CAMPO

O sindicalismo no Brasil nasce, com o trabalhador livre, principalmente com o trabalhador livre manual, empregado na indústria. Ao longo da República Velha (1894-1930), o sindicalismo que se desenvolveu foi denominado de anarco-sindicalismo, uma “almágama do anarquismo com o sindicalismo, que propugna o abstencionismo político dos trabalhadores” (BOITO JR., 2005, p. 269).

O anarco-sindicalismo se desenvolveu principalmente em São Paulo. No Rio de Janeiro, outro estado com o setor industrial forte e com muitos operários, desenvolveu-se uma tendência sindical menos representativa “do tipo tradeunista, ligada principalmente aos trabalhadores das ferrovias e do porto” (BOITO JR., 2005, p. 269). O principal órgão representativo dos operários, a Confederação Operária Brasileira, era controlado pelos anarcos-sindicalistas.

Para o Boito Jr. (2005), o movimento sindicalista foi parte integrante do processo da Revolução de 1930. Para ele, a revolução não foi um mero golpe de Estado, e sim um processo de revolução burguesa no Brasil, iniciado com a abolição da escravidão e pela proclamação da república, que fez surgir um Estado “baseado no direito (formalmente) igualitário burguês com instituições políticas (formalmente)

universalistas. Esse é o tipo de Estado necessário para a difusão das relações de produção baseadas na exploração do trabalho livre, isto é, capitalista”. (BOITO JR., 2005, p. 271)

A revolução de 1930 não trouxe as mudanças que eram defendidas pelo ala esquerda do Movimento Tenentista que a apoiou, a qual defendia a reforma agrária, o rompimento com o imperialismo principalmente o americano, para ampliar o controle do Estado Nacional e a sua autonomia no cenário internacional. Mesmo não realizando grandes mudanças, o Governo pós-revolução iniciou um “processo de ampliação dos direitos sociais e criou condições para ampliar a democracia burguesa no Brasil” (BOITO JR., 2005, p. 272). Nesse processo de conquistas de direito, o sindicalismo dos trabalhadores urbanos, com enfoque para o sindicalismo operário foi um dos agentes de transformação, pressionando o governo para estabelecer os direitos trabalhistas e sociais.

Esse processo que terminará com a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), vai se iniciar em 1932, com a regulamentação e organização sindical das profissões, e vai convergir para um mesmo ponto, a constituição de um modelo federativo para os sindicatos urbanos (para o meio rural esse modelo passa a valer a partir de 1941). Em 1939, tem-se a união das regras trabalhistas, a unicidade sindical e o atrelamento da estrutura sindical ao Estado (o corporativismo, o aparelhismo e a referência de "ação" limitada à base territorial de abrangência municipal). Toda a política de sindical é voltada para o trabalhador urbano, bem como para a sua submissão ao aparelho de controle do Estado (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

No meio rural, desde 1903, registram-se as primeiras tentativas para a organização sindical com o Decreto nº 979 que favoreceu apenas o patronato. Segundo Thomaz Júnior (1998, p. 6), “as normas fixadas para a criação de sindicatos agrícolas, congregava patrões, empregados e cooperativas agrícolas numa mesma entidade, mas dar-se-iam independentes da autorização do governo”. Percebe-se assim que já no início do século XX havia movimentos organizados que pressionavam por uma legislação que assegurasse o direito de livre organização aos trabalhadores do campo.

Na prática, porém, não houve modificações ou movimento relativo ao sindicalismo rural. O problema da sindicalização rural, segundo Ramos (2010, p. 2):

deve-se muito a pressões de frações da classe dominante agrária junto às agências da sociedade política responsáveis pela formulação da legislação sindical, bem como a existência de variadas propostas de organização para o meio rural brasileiro, emanadas por distintas entidades representativas da classe patronal agrícola.

As classes dominantes estavam organizadas em entidades representativas de proprietários, sendo as principais: a Sociedade Nacional da Agricultura (SNA) fundada em 1897 no Rio de Janeiro e a Sociedade Rural Brasileira (SRB), fundada em 1919 em São Paulo. Essas duas entidades de representação patronal, no contexto de disputa pela hegemonia de representação da classe patronal agrícola, engendraram, através da Confederação Rural Brasileira (CRB), estratégias distintas, mas com um objetivo comum: “a não organização dos trabalhadores rurais em sindicatos reconhecidos pelo governo” (RAMOS, 2010, p.4).

Durante o Governo Vargas, observa-se um esforço para que as relações de trabalho rural se assemelhassem às relações de trabalho urbano, mas as entidades de representação de proprietários rurais a exemplo da SNA pressionaram o governo, alegando “que a natureza das atividades agrícolas dificultava sua organização em sindicatos” (RAMOS, 2010, p. 2), obtendo êxito nas suas argumentações. Assim as normas para sindicalização seriam regidas por legislação específica, que seria formulada pela Comissão Sindical de Agricultura Brasileira, criada em 1939, com forte atuação da SNA. Nesta comissão, ocupou o cargo de Presidente o Vice-presidente da SNA e de Secretário o também secretário da SNA.

Existiam diversas divergências na Comissão sobre qual o modelo de organização seria implementado no meio rural. Para a classe patronal o que se pretendia era a formação de um sindicato patronal e de trabalhadores enquanto uma agremiação mista, assim proprietários e trabalhadores estariam numa mesma entidade. Entretanto, essa ideia não foi aceita, com isso os trabalhos da comissão deram origem ao decreto lei nº 7038, de 10 de novembro de 1944 que estabelecia um sindicato para os empregadores rurais (aquele que se utilizava do trabalho alheio ou não, seja em economia individual, coletiva ou de família, a exemplo de proprietários, rendeiros de grandes propriedades); e outro, os sindicatos para os empregados rurais.

O Decreto Lei n.º 7038 foi contestado pelos próprios membros da Comissão uma vez que a proposta da SNA se tornara hegemônica. Segundo Ramos (2010, p. 2-3), a SNA utilizou o seguinte argumento para contestar:

Esta proposta tinha como argumento que a agricultura constituía uma “profissão”, não podendo ser representada em termos classistas. Não existia, segundo a Comissão, grandes embates entre proprietários e empregados rurais, visto que conviviam com base em “relações familiares” e se uniam contra as adversidades climáticas (ESTEVES, 1991). Desta forma, a Comissão pregava uma organização de tipo ‘misto’, que englobava proprietários rurais, parceiros e arrendatários.

Com a ideia de uma entidade que representasse tanto proprietários como trabalhadores, foi formulado o decreto nº 8.127, de 24 de outubro de 1945. Com este, o sistema agrícola não teria divisões de patrão e empregados como no sistema urbano. Já no seu artigo 1º, 1º parágrafo, o decreto caracteriza a profissão rural sendo “considerado no exercício da profissão rural todo aquele (*sic.*) que fôr (*sic.*) proprietário, arrendatário ou parceiro de estabelecimento rural” (BRASIL, 1945). Segundo o decreto, deveria ser criada uma única Confederação para a agricultura, denominada Confederação Rural Brasileira (CRB), composta por associações municipais e federações estaduais (RAMOS, 2010).

A CRB não se caracterizava como uma agremiação sindical, assim não era tutelada pelo Ministério do Trabalho, mas tinha um caráter associativo e estaria vinculada ao Ministério da Agricultura. Logo a CRB seria um braço forte para o domínio do SNA sobre a política agrária no Brasil, pois a CRB teria duas importantes prerrogativas que eram de contribuir junto a órgãos do Governo Federal para a formulação de políticas agrícolas e representar o conjunto da agricultura do país.

A CRB consagrou a agricultura como uma profissão sem classes sociais antagônicas, com sua organização em forma de associativismo, assim os trabalhadores teriam dificuldades de se organizar (RAMOS, 2010). Ela só foi efetivamente criada em 1951, sob forte oposição da SRB e de outras entidades. Mesmo com a disputa pela hegemonia da CRB pela SRB e a SNA, esta foi fundada consolidando a classe patronal como direcionadora de projetos políticos para o setor agrícola.

O fato dos trabalhadores rurais encontrarem dificuldades legais para representar seus interesses em sindicatos oficiais não significou a sua imobilização frente às péssimas condições de vida e de trabalho existentes no campo brasileiro.

Nos anos de 1940 e, sobretudo, de 1950, intensificou-se, no campo, a ação de movimentos sociais de diversas categorias profissionais, pleiteando melhores salários, acesso e direito à permanência na terra, renovação e revisão de contratos agrícolas (THOMAZ JÚNIOR, 1998).

Duas entidades são destaque neste período, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica. O PCB atuou junto a conflitos em diferentes regiões do país, e sob sua orientação foi fundada em 1954 a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que seria a entidade de representação dos trabalhadores. A Igreja Católica atuou denunciando as condições de vida dos trabalhadores, no resgate do trabalho em comunidade e da cultura popular, dando ênfase à educação dos trabalhadores para democracia, procurando afastá-los das “influências comunistas”.

A Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), elaborada em 1951, a partir de um convênio entre a CNBB e o governo de Juscelino Kubitschek igualmente atesta para a presença da Igreja Católica na educação e formação de lideranças rurais. (RAMOS, 2010, p. 5)

A Igreja Católica contava com diversos grupos que trabalhavam com o trabalhador urbano e rural, a exemplo dos Círculos Operários Cristãos, criados em 1932, com o intuito de evangelizar o movimento operário; o Movimento de Educação de Base (MEB), criado em 1961, sob orientação inicial da CNBB, que utilizava o método de alfabetização proposto por Paulo Freire, e que também atuou na criação de sindicatos nas frentes agrárias em distintos estados do país.

No ano de 1962, surgiu, no seio da Igreja Católica, a Ação Popular (AP), que tinha suas diretrizes diferentes das dos Círculos Operários Cristãos. A AP tinha um posicionamento mais crítico ao capitalismo, foi criada a partir dos trabalhos da Juventude Universitária Católica (JUC), conflitava com a postura da cúpula da Igreja Católica por suas críticas e sua aproximação com a União Nacional dos Estudantes (UNE) (RAMOS, 2010).

Outro grande movimento na reivindicação dos direitos dos trabalhadores foi o das Ligas Camponesas. Durante o governo de João Goulart, em março de 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), que trazia as normas da organização sindical corporativa no campo e criava também as entidades de representação máxima dos trabalhadores e proprietários agrícolas, respectivamente,

a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).

Houve uma corrida contra o tempo para regularizar os sindicatos e as federações para estas estarem aptas para votar na eleição da CONTAG. Na referida eleição, as principais concorrentes foram a união entre a ULTAB e a AP (o que envolvia o Partido Comunista Brasileiro) e setores da Igreja Católica ligados aos Círculos Operários Cristãos. A chapa ULTAB e AP saiu vitoriosa, configurando, assim, o domínio do Partido Comunista no meio rural. Já em relação à CNA não houve grandes divergências para sua primeira eleição sendo a diretoria eleita praticamente a mesma da CRB (RAMOS, 2010). A partir dos decretos nº 53.516 e nº 53.517, ambos de 31 de janeiro de 1964, estavam fundadas, oficialmente, a CONTAG e a CNA.

Com o golpe militar de 1964, os sindicatos urbanos e rurais passam por um período marcado pelo forte controle do Estado que pressionou a CONTAG, tentando eliminar toda influência comunista nela existente. A CNA, por outro lado, apoiou o golpe de Estado, em troca de privilégios por parte dos militares, através das políticas agrícolas e de crédito para os grandes proprietários.

Segundo Bertolazzi (1989), o movimento sindical, durante o período da ditadura militar, foi vítima da violência e de perseguição, o que provocou o seu esvaziamento. Como afirma Bertolazzi (1989, p. 16):

[...] ao mesmo tempo em que militantes e lideranças mais representativas desaparecem (eliminadas, encarceradas ou na clandestinidade), sendo substituídas pelos sindicalistas preparados para se submeter completamente à lei e ao regime – ‘os interventores’ -, o sindicato é tolhido de seu papel de defesa dos interesses da classe trabalhadora, de reivindicação e negociação salarial.

Com essas intervenções, os sindicatos voltaram-se para o assistencialismo dos trabalhadores e de suas famílias. Esse assistencialismo vai ser bem representativo nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), com a disponibilização da consulta de médicos e odontólogos.

Outra característica do sindicalismo, neste período de intervenções, foi a da administração dos conflitos capital-trabalho/patrão-empregado, seguindo as orientações do Ministério do Trabalho. A chamada ‘mesa de negociação’ (local onde o trabalhador lutava pelos seus direitos com o patrão, ainda em nível de sindicato) passa a ser chamada de ‘mesa de conciliação’, em que o sindicato conciliava as

reivindicações dos trabalhadores à vontade do patrão. Assim, o sindicato ao invés de defender o trabalhador, ajudava o patrão.

Para Bertolazzi (1989), muitos sindicalistas não vão se sujeitar às ordens do Governo, ocasionando diversas ações na luta pelos direitos dos trabalhadores, como greves, operações tartarugas, ações essas que foram duramente reprimidas. Essas oposições se tornaram clandestinas, mas de maneira isolada articularam ações contra a ordem estabelecida.

Em meados da década de 1970, a “Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo”, é o movimento que iniciará com mais contundência a resistência dos trabalhadores, com formas próprias de ações e organização no interior das empresas e até mesmo fora. Esse movimento de oposições sindicais irá ser conhecido como “Novo Sindicalismo” (BERTOLAZZI, 1989).

O movimento Novo Sindicalismo inicia as ações principalmente no meio urbano, mas, o ano de 1979, também é um marco no sindicalismo rural, onde alguns acontecimentos irão marcar o início de um processo de renovação. Para Bertolazzi (1989) foram os seguintes acontecimentos que proporcionaram a renovação sindical no meio rural: a) o III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado pela CONTAG em maio de 1979; b) a luta dos canavieiros no Nordeste, ocasionando greves e campanhas salariais, c) a reafirmação da bandeira da luta pela reforma agrária e a rejeição de um sindicato puramente assistencialista.

Para a compreensão do desenvolvimento do “novo sindicalismo” rural é importante ter a noção das características dos problemas que os trabalhadores enfrentavam no campo. Para Martins (1982),

[...] as grandes inquietações no campo, os conflitos cada vez mais numerosos, são determinados pelo processo de expropriação da terra. A exploração do trabalho é um problema que aparece num segundo plano, muitas vezes embutida na propriedade e por ela escamoteada. (MARTINS, 1982, p.12).

Estes processos vão se agravar com a modernização conservadora da agricultura brasileira, através da intensificação do processo de expulsão dos trabalhadores rurais e da expansão das relações de trabalho assalariadas. Com isto, a relação entre o sindicato e o trabalhador irá se intensificar na medida em que os

trabalhadores vão tomando consciência dos seus direitos, sentindo a necessidade de retomar os STR's das mãos dos pelegos.

4.3.1. O SINDICALISMO RURAL NO BREJO PARAIBANO

Bertolazzi (1989) faz uma periodização a partir da criação dos sindicatos na Paraíba, desde o período anterior a 1964 até 1988. Para a autora, os sindicatos fundados na Paraíba, antes de 1964 (mesmo não sendo reconhecidos pelo Ministério do Trabalho), foram conhecidos como “Sindicatos do Padre”, fundados pela ação da Igreja, na Paraíba, todos localizados no Brejo paraibano. Havia, também, neste período, os “Sindicatos da Liga”, fundados a partir da iniciativa das Ligas Camponesas. A referida autora só identificou o sindicato de São Miguel de Taipu com essa característica. Para a autora, existiam, também, os sindicatos formados pelas ações da Igreja e das Ligas, a exemplo do que parece, para a autora, ter sido o caso do Sindicato de Campina Grande.

O período de 1965 a 1970 é caracterizado como o período dos “Sindicatos da FETAG”. O período de 1971 a 1982 tem por característica a formação dos “Sindicatos do FUNRURAL” (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), marcado pela grande expansão dos sindicatos pela região interiorana da Paraíba. O período compreendido entre 1983 e 1988 é caracterizado por Bertolazzi (1989) como o período de expansão dos sindicatos por todos os municípios, o início das oposições sindicais e da formação do Novo Sindicalismo no campo, a partir das oposições sindicais nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais.

No Brejo paraibano, segundo Silva (1992), no período antes da ditadura, já existia uma inquietação do setor rural, sindicatos eram fundados, mesmo sem um valor jurídico legal. Esses sindicatos eram chamados de Sindicatos do Padre, pois contava com uma forte influência de setores ligados à Igreja e ou Sindicato do Governo (BERTOLAZZI, 1989; SILVA, 1992). É importante ressaltar que também existiam os sindicatos com forte influência do PCB. Um dos objetivos dos sindicatos ligados a Igreja e ao Governo era tentar eliminar as influências dos comunistas, bem como das Ligas Camponesas.

O sindicalismo rural na região do Brejo paraibano pode ser considerado de vanguarda e pioneiro, mesmo no período do sindicalismo tradicional ou no chamado novo sindicalismo. Segundo Bertolazzi (1989) e Moreira (1996) os municípios com sindicatos rurais (Sindicatos do Padre e Sindicatos das Ligas) criados antes de 1964 localizavam-se predominantemente na microrregião do Brejo Paraibano (Quadro 4)

Quadro 4: Estado da Paraíba - Sindicatos de Trabalhadores Rurais criados antes de março de 1964 – Sindicatos do Padre e das Ligas

Município	Microrregião
Areia	Brejo Paraibano
Alagoa Nova (*)	Brejo Paraibano
Bananeiras (*)	Brejo Paraibano
Borborema (*)	Brejo Paraibano
Pilões (*)	Brejo Paraibano
Serraria	Brejo Paraibano
Alagoa Grande	Brejo Paraibano
Alagoinha(*)	Guarabira
Guarabira	Guarabira
Mulungu (*)	Guarabira

Nota: *Sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho no período indicado.

Fonte: Adaptado de Bertolazzi (1989)

Em 1962, os sindicatos de Areia, Serraria, Mari, Solânea e Alagoa Grande, todos conhecidos como “Sindicatos do Padre” (BERTOLLAZI, 1989), fundaram a Federação da Lavoura do Estado da Paraíba, mostrando, assim, o dinamismo dos sindicatos. Esta Federação mais tarde será denominada de Federação dos Trabalhadores da Agricultura da Paraíba (FETAG-PB).

Com o golpe de 1964, os sindicatos do Brejo passaram a ser controlados pelo poder instaurado e assumiram o caráter assistencialista que caracterizou esse momento da história política brasileira.

Para Silva (1992), o contexto social do período pós-1964 foi marcado pela ditadura, que não permitiu nenhum movimento reivindicatório no seio da sociedade. Na oposição contra esse sistema existiam os chamados “comunistas”, considerados os inimigos do Estado, que pregavam a revolução pela luta armada, mas não conseguiram êxito nesta luta. O movimento popular que mais cresceu neste período foi as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo à frente a Igreja Católica dirigindo duras críticas ao governo dos militares (SILVA, 1992).

Enquanto isso, no campo as famílias camponesas, estavam sendo expulsas da terra pelo capital nacional e multinacional, apoiados pelo sistema econômico e político brasileiro que dava total apoio ao latifúndio fornecendo-lhes créditos e facilidades. Os trabalhadores do meio rural tinham os seus direitos já garantidos, mas não respeitados.

No meio urbano, no tocante à região do Brejo e de Guarabira, existia uma pobreza urbana muita grande, trabalhadores como engraxate, lavadeiras e outros trabalhadores não tinham os direitos básicos garantidos. As crianças não tinham escolas e a expectativa de vida era muito baixa.

Para Silva (1992) todo esse cenário vai se alterar em 1975, com a chegada no município de Guarabira do bispo auxiliar da Arquidiocese de João Pessoa, Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Foi com Dom Marcelo que se deu o crescimento da chamada “Igreja Popular” que teve a adesão de dois grupos internos da Igreja: o dos reformistas e o dos progressistas, sendo esse último o que deu estrutura e apoio aos movimentos populares. Para Hainwaring (1986 apud SILVA, 1992, p. 26), a Igreja popular difere da Igreja reformista em vários pontos:

Como a Igreja reformista, a popular se preocupa com a justiça social e com a comunidade, mas postula que a verdadeira justiça exige uma mudança política radical. A Igreja Popular também leva a co-responsabilidade mais longe do que a reformista. O laicato tem uma participação mais efetiva e significativa, tanto nas cerimônias religiosas quanto nas tomadas de decisão da diocese.

A vinda de Dom Marcelo Carvalheira tinha por objetivo preparar as bases para a formação da Diocese de Guarabira, que seria a Região Episcopal do Brejo, constituída de mais de vinte e cinco municípios. Com o bispo, vieram diversos padres, freiras e agentes pastorais progressistas, que instalaram suas moradias em diversos locais considerados pobres, pois o objetivo era “viver com os pobres, como pobres, partilhando do seu cotidiano” (SILVA, 1992, p. 26).

Estes agentes se espalharam por diversas cidades, trabalhando na agricultura ou em alguma atividade tradicional da região. Celebravam as atividades religiosas pela liturgia estabelecida pela Igreja, procurando contemplar os problemas e os desafios vividos pelo povo e organizá-lo para uma ação mais concreta no enfrentamento destes. (SILVA, 1992).

Este período coincide com a implementação do Proalcool e com a expansão do processo de pecuarização sendo marcado pela pobreza rural e pela

intensificação do êxodo rural em direção ao sul do país. O canavieiro, que era a classe trabalhadora em maior ascendência não tinha seus direitos básicos respeitados como afirma Silva (1992, p.36):

Os “canavieiros” passaram a constituir o setor mais pobre da classe trabalhadora que habita o Brejo da Paraíba. Não tinham carteira assinada, recebiam uma mensalidade abaixo do salário mínimo, sua alimentação constituía-se basicamente de feijão, farinha e rapadura, e até hoje não dispõem dos dois hectares que a lei lhes assegura para o cultivo de lavouras.

Neste contexto, Dom Marcelo, em resposta a uma pesquisa elaborada pela Diocese de Guarabira voltada para responder qual o principal problema que a população gostaria que fosse resolvido e que teve como principal resposta “o estudo para os filhos”, promoveu, em 1976, a criação de uma rede de escolas para crianças das camadas pobres, denominado de Projeto Educativo do Menor (PEM) que utilizava os métodos Paulo Freire e Montessori. Segundo Silva (1992, p. 39), este foi “o primeiro órgão de caráter não religioso fundado pelo Bispo”.

Com a presença de um bispo voltado para as questões sociais, muitos trabalhadores começaram a recorrer ao escritório da Igreja para tirar dúvidas, principalmente a respeito da legislação trabalhista. A equipe do PEM, mesmo se empenhando para prestar os esclarecimentos necessários, não conseguia responder a demanda, assim, a Diocese de Guarabira criou a Centro de Orientações dos Direitos Humanos (CODH) para apoiar os setores da população marginalizada e oprimida. É com o CODH que a Igreja vai orientar os trabalhadores na busca pelos direitos. O CODH era composto:

[...] por um médico, uma nutricionista, um estudante de direito e um secretário. O CODH tinha como objetivo não o de defender causas jurídicas, mas o de orientar as pessoas a se dirigirem aos órgãos competentes (Sindicatos e Delegacia Regional do Trabalho) ou a fundarem associações por categorias profissionais (SILVA, 1992, p. 41).

Em 1979, a Diocese de Guarabira passou a apoiar a criação da Pastoral Rural (que seria transformada posteriormente em Comissão Pastoral da Terra-CPT¹⁴). Em 1981, a CPT Nacional e, na Paraíba, a Pastoral Rural, decidiram trabalhar diretamente com o movimento sindical. O trabalho junto aos sindicatos voltava-se num primeiro momento para a luta por melhores condições de trabalho,

¹⁴ A CPT foi fundada em 1975 em Goiás, entretanto na Paraíba sua transição de Pastoral Rural para CPT só aconteceu em 1988 (MITIDIERO Jr., 2008).

reivindicações salariais e o cumprimento da legislação trabalhista. Neste mesmo ano a Pastoral lançou uma campanha contra o plano de previdência do Governo, que queria modificar a aposentadoria do produtor rural.

Com a inserção da Pastoral Rural e do CODH na área do sindicalismo rural, surgiu uma demanda que nem o CODH nem a Pastoral Rural conseguiram suprir em relação à organização dos grupos de trabalhadores: a capacitação. Para atender esta demanda foi fundado o Serviço de Educação Popular (SEDUP), em fevereiro de 1981.

Pelo interesse de alguns agentes pastorais, reuniu-se uma equipe, formada por uma das coordenadoras do PEM, por membros da CPT (*entenda-se Pastoral Rural*), por alguns padres e por agentes de pastoral e, contando com a presença de Dom Marcelo P. Carvalheira, decidiu-se criar o Serviço de Educação Popular (SEDUP). A entidade não criaria novos grupos nem movimentos, mas fomentaria os já existentes, no sentido de ajudar-lhes a superar as dificuldades de organização e crescimento (SILVA, 1992, p.40) (grifo nosso).

No que se refere à participação da Igreja no movimento sindical no Brejo paraibano, é imprescindível um prévio conhecimento da sua ação na área social que irá repercutir, diretamente, na organização das oposições sindicais e nas mudanças sindicais.

Para Silva (1992), um evento que marcou a participação da Igreja junto ao movimento sindical, foi a “Semana Sindical” realizada em 1981 pelos agentes de pastoral, diretorias sindicais, membros do CODH, da Pastoral Rural e do SEDUP. O objetivo era chamar a atenção para a importância da participação do trabalhador na vida sindical.

Procurava-se não apenas resgatar a memória de um sindicalismo combativo, mas sobretudo criar uma consciência de classe entre os trabalhadores e, em vista disto, revitalizar este órgão de luta de classe: o sindicato. (SILVA, 1992, p. 57).

Foi neste contexto que surgiram às oposições sindicais na Paraíba, com maior expressão na região do Brejo, uma vez que já existiam fortes sindicatos em oposição à classe patronal, a exemplo o STR de Alagoa Grande, que era presidido por Margarida Maria Alves, primeira mulher a ocupar um cargo destes no Estado e que realizou diversas ações em defesa do trabalhador rural contra a exploração do

patrão. Em decorrência de sua ação em defesa dos trabalhadores, Margarida passou a receber ameaças de morte. Sem se intimidar, ela cunhou uma frase que marcará sua história: “É melhor morrer na luta do que morrer de fome”. O maior enfrentamento de Margarida foi com a Usina Tanques de propriedade da família Veloso Borges. As centenas de ações trabalhistas impetradas pelo STR de Alagoa Grande e ganhas na justiça provocaram a ira dos usineiros da região e culminou com seu assassinato, no dia 12 de agosto de 1983, com um tiro de uma espingarda doze no rosto, dentro de sua própria casa. O assassinato foi encomendado por representantes da família Veloso Borges e até os dias atuais o assassino e os mandantes continuam impunes (LIMA, 2004).

Alguns sindicatos de trabalhadores rurais do Brejo sofreram mudanças na sua forma de condução, a partir de eleições, e outros por meio da conscientização dos dirigentes, como é o caso do STR de Bananeiras (BERTOLAZZI, 1989).

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras surgiu como um dos “Sindicatos do Padre”, segundo Bertolazzi (1989) e Moreira (1996). Ele foi fundado antes de 1964 e não tinha o reconhecimento do Ministério do Trabalho¹⁵. Atualmente, o STR de Bananeiras tem assumido a postura de um sindicato comprometido com os trabalhadores na luta por melhores condições de trabalho e por terra, negociando com o Estado ou com o patrão, em favor dos trabalhadores (BERTOLAZZI, 1989; MOREIRA e TARGINO, 1997).

No estudo dos conflitos agrários eclodidos na Paraíba, entre 1970 e 1996, Moreira (1997) identificou 9 conflitos no município de Bananeiras, no período de 1980 a 1996, dos quais 5 contaram com a participação do STR¹⁶: o da “Fazenda Riacho São Domingos”, iniciado em 1985; o da “Fazenda Sapucaia”, iniciado em 1985; o do “Engenho Manitu”, iniciado em 1986; o da Fazenda Lagoa do Matias”, iniciado em 1981; o da “Fazenda Carvalho (Caulim e Caulim 1)”, iniciado em 1972 e reiniciado em 1982.

Nestes conflitos, o STR de Bananeiras atuou de várias maneiras: efetuando denúncias ao INCRA sobre a violência contra os trabalhadores; solicitando a desapropriação das terras em conflito também junto ao INCRA;

¹⁵ Em visita por nós realizada ao referido sindicato no dia 04 de agosto de 2011, durante o trabalho de campo, verificamos na documentação ali consultada que a data oficial de fundação do sindicato seria “10/10/1965” e o fundador do sindicato seria o senhor Geraldo Lucena de Moura.

¹⁶ Quando nos referimos à participação do STR de Bananeiras levamos em conta apenas o fato do mesmo ter sido mencionado nas histórias dos conflitos registrados na pesquisa de Moreira (1997). Não podemos assim afirmar que ele não tenha participado de outros conflitos.

solicitando apoio junto à FETAG. Na área jurídica atuou junto à FETAG no pedido revogação de autorização para exploração de extração mineral no conflito da Fazenda Carvalho (MOREIRA, 1997).

Silva (2011) afirma que o STR de Bananeiras teve participação na orientação dos trabalhadores para o processo de reforma agrária das propriedades Cabloco, Raposa e São José que deram origem aos Projetos de Assentamento Nossa Senhora do Livramento, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro e Nossa Senhora das Graças.

Segundo relatou, em entrevista, a presidente do STR de Bananeiras, a senhora Ivonete Leandro da Silva, o STR de Bananeiras tem aproximadamente dez mil sócios, mas ativamente participam aproximadamente quatro mil. Para ela, o sindicato de Bananeiras surgiu:

[...] pela necessidade dos trabalhadores de uma organização que os defendessem, até porque aqui os proprietários aqui que mandavam, eram os donos, e muitos agricultores tinham a necessidade de ter uma representação, que pudesse os representar e nesse período infelizmente muitos agricultores deixaram de ser sindicalista porque eram ameaçados pelos proprietários da época. [...] O proprietário não queria para eles (trabalhadores) não ficasse organizado, prá ele não saber dos seus devidos direitos. (Ivonete Leandro da Silva, 39 anos. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2011).

Quando questionada sobre as principais ações desenvolvidas pelo STR de Bananeiras a Presidente do mesmo assim respondeu:

Antigamente, no início, quando eu comecei aqui em 1990, a situação era bem séria, o sindicato não tinha muitas condições a oferecer para o trabalhador, agente trabalhava a questão da previdência e ainda um pouco a questão da saúde, porque existia um atendimento odontológico. Mas hoje graças a Deus, devido ao esforço das diretorias, e aqui a atual, o desenvolvimento foi desenvolvendo, foi se organizando. Hoje agente vê assim mais organizado, temos uma sede própria, temos atendimento odontológico aos agricultores, aos filhos de agricultores, aqui tem corte de cabelo, manicure aos agricultores, né... Tem o programa de rádio - educativo, as visitas às comunidades, e sim... tem os cardiologistas, um grupo de médico que agente recebe mensalmente de João Pessoa, do instituto. Nós também aqui trabalhamos as questões das associações, agente tem uma participação ativa né, onde agente leva o conhecimento, os nossos trabalhos para desenvolver nas comunidades. E são uma série de coisas que agente desenvolve junto, associação, sindicato e trabalhadores. (Ivonete Leandro da Silva, 39 anos. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2011).

No que se refere aos conflitos de terra, segundo a senhor Ivonete da Silva, o STR sempre apoiou os trabalhadores, com advogados, transporte e alimentação. Segundo ela, em 2011, não existiam mais nenhum conflito agrário no município. Ela ainda faz uma observação importante que “os trabalhadores na época do conflito eram mais ativos, porque queriam terra, e depois que conseguem eles descansam” (Ivonete Leandro da Silva, 39 anos. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2011).

Ao se falar do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, objeto deste estudo, a presidente do STR de Bananeiras, disse que “lá o Sindicato atuou com algumas orientações, pois foi uma compra e não desapropriação”, assim o STR de Bananeiras não teve participação na formação do referido assentamento.

Finalizando a entrevista, a senhora Ivonete da Silva chama a atenção para dois problemas que afetam os agricultores: a) a falta de políticas públicas ou quando existem, não são aplicadas como deveriam e; b) a violência no campo. De acordo com a presidente do STR de Bananeiras:

[...] eu acho que é o fator principal, a violência, violência no campo [...] já houve um homicídio duplo em um assentamento [...]. A gente vê também a questão da violência no campo, porque sabemos a partir do momento que existe a droga, há roubo, o roubo de moto é o comum, o jovem não se preocupa de trabalhar, aquela questão que agente falou do jovem, e se preocupa na diversão, no que eu quero sentir agora, no momento né? E esquece do futuro. A violência eu acho que é o fator principal aqui em Bananeiras. (Ivonete Leandro da Silva, 39 anos. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bananeiras. Entrevista concedida em 04 de agosto de 2011).

Esta violência, segundo observado por Moreira e Correia em pesquisas realizadas no Agreste (município de Nova Floresta) e Sertão (município de Teixeira) e por Moreira e Gonçalves (município de Itaporanga), entre os anos de 2007 e 2011, é diferente da vivenciada na luta entre capital e trabalho no campo, entre trabalhadores e latifundiários. Trata-se, segundo Moreira (2011), de uma violência representada por ações consideradas como de bandidagem que se concretiza através de assaltos, roubos e assassinatos e que está fortemente relacionada à melhoria das condições de vida dos camponeses através do acesso a políticas públicas como aposentadoria, auxílio pensão, bolsa família, bem como a bens que

não eram comuns à população camponesa como motos, bicicletas, automóveis e até mesmo animais. Isto sem falar na disseminação do uso de drogas entre adolescentes e jovens que estimula a busca de dinheiro para sua aquisição.

Com base no exposto observamos que o Brejo paraibano reproduziu, ao longo do tempo, as contradições presentes no campo brasileiro, respeitando suas particularidades. Vimos que a região foi palco de importantes lutas por terra e por direitos e melhores condições de trabalho para os trabalhadores rurais. Destacaram-se, nesse processo, a ação das Ligas Camponesas, mesmo de modo mais atenuado do que na Zona da Mata, a Igreja, principalmente através da Diocese de Guarabira e dos organismos a ela atrelados, a exemplo da CPT/Guarabira, do SEDUP e do CODH, e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com ênfase para o Sindicato de Alagoa Grande. Neste ínterim, não se pode perder de vista a importância da CPT, sobretudo, no apoio à luta por terra, que redundou na criação de inúmeros assentamentos na região como é o caso do assentamento Nossa Senhora de Fátima.

5 DA LUTA PELA TERRA À CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: O CASO DO PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Apesar de todas as mudanças observadas na organização agrária do Brejo paraibano e do município de Bananeiras, em muitas propriedades rurais, até os anos de 1990, ainda era comum se encontrar grande número de moradores e arrendatários, como no caso da Fazenda Alinorte, situada no município de Bananeiras. Esta propriedade surgiu da anexação das Fazendas Carrinhos, Maniçoba e Lagoa Dantas que foram adquiridas pelo senhor Mauricio de Araújo Gama e transformadas num único imóvel com 1.784,20 hectares.

As relações de trabalho que existiam na propriedade eram as seguintes:

a) trabalhadores assalariados, que ocupavam a função de tratorista, vaqueiro e cocheiros;

b) moradores que residiam em pequenas casas de taipa trabalhavam sete dias por semana, tinham o direito de morar e fazer pequenos roçados. Os moradores executavam todos os trabalhos exigidos pelo patrão tais como: limpa, destoca, colheita da produção, corte de capim, trato e manejo do gado, etc. Quem ficava na responsabilidade de cuidar do roçado eram as mulheres e crianças. A remuneração desses moradores era menos da metade de um salário mínimo segundo nos informou o senhor Luiz Gerônimo da Costa, antigo morador. Muitas famílias de moradores estavam na propriedade há muitos anos (entre 5 e 20 anos no momento da eclosão do conflito);

c) arrendatários que moravam nas cidades de Bananeiras e de Belém (sede município vizinho situada bem próxima da fazenda) e arrendavam lotes de terra por um período de 2 anos com a obrigação de entregá-lo destocado, e limpo. Assim o pagamento da renda se dava com o próprio trabalho de limpa e destoca da terra para que o proprietário pudesse utilizá-la com o criatório.

Pouco a pouco o proprietário foi deixando que na fazenda só crescesse mato, sem gado. Ao mesmo tempo ele também tentava se desfazer dos moradores, para que eles não cobrassem os direitos trabalhista e as benfeitorias por eles realizadas.

Eu não sei se foi caindo o capital dele, sei lá, se perdendo, sei lá, não estava plantando pra juntar um dinheirinho, não sei, foi desprezando aí a terra foi cobrindo de mato de novo, a natureza é Deus que cria. (Luiz Gerônimo da Costa, 56 anos, assentado. Entrevista realizada em 11 de outubro de 2011).

Essa estratégia do proprietário gerou o descontentamento dos agricultores e deu origem a um conflito de terra.

5.1 O CONFLITO

O conflito só teve início quando o senhor Mauricio Gama, exigiu que seus reдеiros, ao final do período de dois anos, plantassem capim por conta própria antes de devolver a terra e passou a se recusar a renovar os contratos de arrendamento. De acordo com o Sr. Francisco Pedro da Silva:

Quando ele quis botar os trabalhadores para plantar capim de graça para ele, que os trabalhadores não aceitaram isso, aí foi ficando mais é... Alertou-se né e não queria mais arrumar, mais arrumar para ninguém e foi nessa hora que quando ele não quis arrumar para ninguém, que agente, a turma se preparou e agente entrou nessa luta (Sr. Francisco Pedro da Silva, 60 anos, assentado. Entrevista realizada em 15 de agosto de 2011).

Os trabalhadores, então, procuraram a CPT/Guarabira para discutir o problema que estavam vivenciando e buscar orientação sobre os seus direitos. A reunião foi convocada para ser realizada, segundo o senhor Luiz Gerônimo, no Assentamento Santa Vitória, localizado no mesmo município.

[...] Então a CPT chamou os moradores, chamando a gente para uma reunião lá em Santa Vitória, porque lá em Santa Vitória já tinha sido desapropriado, é aí marcamos uma reunião pra lá, junto com esses trabalhadores que eram os reдеiros, esses que já falamos que moravam na cidade, que trabalhava como reдеiro, aí nós juntamos. (Luiz Gerônimo da Costa, 56 anos, assentado. Entrevista realizada em 11 de outubro de 2011).

Segundo o senhor Francisco Pedro da Silva, no dia 19 de março de 1997, houve a primeira reunião no Assentamento Santa Vitória, com a participação da CPT, “que sensibilizou os trabalhadores de seu direito em reivindicar a terra”. A partir desta reunião os trabalhadores iniciaram o processo de luta pela desapropriação da Fazenda Alinorte.

O processo de luta formalizou-se com o encaminhamento da primeira solicitação de desapropriação do imóvel ao INCRA feita pelos trabalhadores com a orientação da CPT--Guarabira no dia 08 de abril de 1997. A mencionada solicitação foi recebida pelo INCRA/PB no dia 10 de abril do mesmo ano. Existe uma cópia deste documento nos arquivos da CPT- Guarabira que foi por nós copiada e acha-se transcrita no Box 1. Anexo ao documento, tinha a assinatura de 91 agricultores, sendo que 14 nomes são de trabalhadores da Fazenda Alinorte parte de Carrinhos, 32 nomes são de trabalhadores da Fazenda Alinorte antiga área do Sítio Maniçoba e 45 trabalhadores são da Fazenda Alinorte antiga área da Fazenda Lagoa Dantas (Anexo A).

Box 1 : Pedido de desapropriação dos trabalhadores da fazenda Alinorte

Pedido de Desapropriação ao INCRA – PB

Prezado Sr. Superintendente e a todos os que fazem o Incra,

Nós moradores e rendeiros das Fazendas Alinorte (carrinhos), Maniçoba e Lagoa Dantas, formando uma só área do Sr. Mauricio Gama, com mais de 2000 ha., Bananeiras-PB.

Pedimos desapropriação urgente. Somos mais de 90 famílias trabalhando nesta área há mais de 5, 10, 20 anos e muitos tem nascido e se criado aí. Quase tudo é coberto de mato, só está limpo onde nós destocamos e plantamos e beneficiamos. Não temos terra, mas somos possuidores de direitos nestas áreas, pelo trabalho e pelo tempo”

Bananeiras, 08 de abril de 1997

Fonte: Arquivo CPT-Guarabira/PB. Consulta realizada em 2011.

Inicia-se, também, uma batalha no poder judiciário, com pedido de reintegração de posse por parte do proprietário e outro processo de reintegração de posse dos trabalhadores, em pesquisa em documentos na CPT/Guarabira, foi encontrado fragmentos de processos. Com isto foi identificado o número, sendo necessária a pesquisa no Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto em João Pessoa, com a consulta ao um processo foi observado que as disputa pela terra na Fazenda Alinorte gerou três processos.

O 1º processo, de número 200.1997.000692-8, teve por promovente o senhor Mauricio de Araújo Gama e promovido o senhor Vicente Olegário e outros, tratava-se de um Interdito Proibitório¹⁷ liminar que transmudou para uma Reintegração de Posse¹⁸, que fora pedido em 11/04/1997, distribuído em 14/04/1997 na Vara de Conflitos Agrários e do Meio Ambiente (ANEXO B).

O 2º processo é de número 200.1998.000892-0, teve por promovente o senhor Antônio Gomes de Souza (rendeiro da propriedade) e promovido a senhora Miriam de Araújo Gama, o processo é da classe de pedido de Reintegração de Posse, que fora distribuído na Vara de Conflitos Agrários e do Meio Ambiente no dia 11/02/1998. Importante observação que este processo não se teve acesso, pois não se encontrava no Cartório da referia Vara, sendo necessária a confecção de uma Petição para o Juiz para se procurar o referido processo.

O 3º processo, gerado do conflito, é o de número 200. 1998.028958-7, sendo o promovente o senhor Antônio Clementino Alves e promovido a senhora Miriam Araújo Gama. O processo é da classe de pedido de Reintegração de Posse, que fora distribuído na Vara de Conflitos Agrários e do Meio Ambiente no dia 21/09/1998 (ANEXO C).

Desta forma, as linhas de acontecimentos históricos são parte dos elementos jurídicos, dos processos, dos trabalhadores envolvido no conflito, a partir da memória e com alguns documentos pesquisados no INCRA.

É importante dizer que não houve uma relação entre INCRA e Poder Judiciário, observado nos autos dos processos, havendo dessa maneira uma falta de harmonia entre as duas instituições envolvidas.

¹⁷ O Interdito Proibitório é uma ação judicial que visa repelir algum tipo de ameaça à posse de determinado possuidor. Pode-se dizer que se classifica como uma forma de defesa indireta. (<http://www.jurisway.org.br/v2/> , 2011)

¹⁸ O interdito proibitório transmudar-se em ação de manutenção ou de reintegração de posse, quando a posse de fato foi é molestada ou violada, bastando que o proprietário comunique o fato e requeira ao Juiz.

No requerimento judicial dos proprietários, o Interdito Proibitório, os promoventes (proprietários) afirmam que são legítimos senhores e possuidores das propriedades que formavam a Fazenda Alinorte, ainda afirmam que “sempre tiveram a posse mansa e pacífica da aludida área, na qual cultivam mandioca, feijão milho e capim e fazem criação de gado para corte e produção de leite”¹⁹. A nenhum momento os proprietários relatam que existem diversos trabalhadores, reдеiros da terra.

Também deturpam a imagem do monsenhor Luiz Pescarmona, citando o mesmo como uma “figura por demais conhecida em toda região do Brejo da Paraíba pelo ostensivo comando que exerce e pela sua agressiva militância no Movimento dos “Sem Terra”²⁰. Na justificativa do pedido na justiça, os proprietários também alegam que existem rumores de uma invasão em vários imóveis no municípios de Belém e Bananeiras.

Os proprietários das terras, logo conseguiram uma liminar de Mandado Proibitório, expedida em 15 de março de 1997, decretada pelo Meritíssimo Juiz João Alves da Silva, com isto, os “réus mencionados na exordial, para que se abstenham de praticar qualquer ato de perturbação ou de esbulho no imóvel pertencentes aos promoventes”²¹.

Houve a procura dos promovidos (trabalhadores) pelo oficial de justiça para citar e ler a liminar do Mandado Proibitório. Entretanto, não foi encontrado, pelo oficial de justiça da comarca de Bananeiras, não havendo quem respondesse, foi feita a chamada dos promovidos por meio editalícia aonde é posto o nome dos promovidos em local público para os mesmos se manifestarem, entretanto segundo os autos não foram identificado ninguém dos promovidos.

No momento em que o proprietário soube do pedido de desapropriação e da vistoria que seria realizada pelo INCRA como parte do processo de desapropriação, iniciou, segundo os trabalhadores, uma corrida contra o tempo para transformar a área de mato em pastagens, de modo a demonstrar que a propriedade era produtiva. Esta ação foi denunciada ao INCRA pelos trabalhadores conforme pode ser constatado através da transcrição do mencionado documento no Box 2 (ANEXO D).

¹⁹ Folha 04 do processo nº 200.1997.000692-8, em 11 de abril de 1997.

²⁰ Folha 05 do processo nº 200.1997.000692-8, em 11 de abril de 1997.

²¹ Folha 20 do processo nº 200.1997.000692-8, Liminar de Mandado Proibitório.

Box 26: Denúncia ao INCRA

DENÚNICA AO INCRA

DA ALINORTE (Bananeiras)
PARA O SR. SUPERINTENDENTE E DEMAIS

Prezado Sr. Superintende

Nós trabalhadores na fazenda Alinorte (Carrinhos, Maniçoba e Lagoa Dantas) estamos alertando o Incra e seus técnicos de fatos que estão acontecendo na Fazenda, nestes últimos meses.

A Fazenda Alinorte, improdutivo, está sendo cortada por tratores, às pressas, plantando capim e cultivações, ao fim de enganar o Incra e conseguir atrapalhar o processo de desapropriação. Inclusive estão fazendo cercas novas introduzindo gado de fora.

Tudo aquilo que se encontra de cultivações, na área é fruto do nosso trabalho.

Há muitos anos o Sr. Maurício Gama, dono da propriedade não investe mais na área e se encontra praticamente inutilizada.

Sem mais nada para o momento

Assina representantes dos trabalhadores (.....)

Bananeiras, 25 de maio de 1997

Fonte: Arquivo da CPT/Guarabira. Consulta realizada em 2011.

Após a solicitação de desapropriação da terra feita pelos trabalhadores, o INCRA deu início a sua ação com a realização de uma vistoria no imóvel em junho de 1997. A conclusão da vistoria foi de que a terra era produtiva e voltava-se predominantemente para a atividade pecuária. De acordo com o levantamento realizado pelo INCRA, do total de 1.632,0837 hectares²² que compunham a área do imóvel perimetrada pelos técnicos, 22,2713 hectares (1,36%) eram terras inaproveitáveis e apenas 270,0359 hectares (16,5%) eram constituídos de terras aproveitáveis mas não utilizadas (Quadro 6).

²² Esta área corresponde a de uso agrícola, aproveitáveis não utilizadas e não aproveitáveis. Ela difere da dimensão inicialmente informada pelos agricultores.

Quadro 5: O uso da terra na Fazenda Alinorte

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS DO IMÓVEL	ÁREA (ha)
Culturas Permanentes	10,0723
Reflorestadas com essências nativas	-
Culturas temporárias	70,0000
Horticultura	-
Pastagens naturais	257, 4321
Pastagens plantadas	802, 2721
Pastoreio temporário	-
Exploração granjeira ou aquícola	-
Reserva legal	-
Preservação permanente	-
Inaproveitáveis	22,2713
Aproveitáveis, mas não utilizadas	270,0359
Área Total	1.632,0837

Fonte: Costa e Leitão (1997, p. 9)

Em relação à produção agrícola, segundo o levantamento preliminar realizado pelos técnicos Costa e Leitão (1997), a área tinha um total de 80,0723 hectares plantados com lavouras permanentes e temporárias sendo 70 hectares plantados pelos trabalhadores, principalmente com a plantação em consórcio das culturas de milho, feijão de corda e fava, com uma produção de 84 toneladas, 56 toneladas e 49 toneladas respectivamente.

Já a produção agrícola pertencente ao proprietário tinha uma área cultivada de 10,0723 hectares onde produzia: capim elefante, com uma área plantada e colhida de 3,0 ha e uma produção de 150 toneladas; cana forrageira, com 2,0 ha de área plantada e colhida com uma produção de 120 toneladas; algaroba, com uma área plantada 2,0 hectares e colhida de 12 toneladas; coco da baía, com 1,2103 ha de área plantada e colhida, com 48,4 centos de frutos; coco anão, com 0,1980 ha de área plantada e colhida com a produção de 17,8 centos de frutos; por fim manga com 1,6640 de área plantada e colhida, com 931,8 centos de frutos (COSTA e LEITÃO, 1997).

Pode-se observar que as principais produções do proprietário, o capim elefante e a cana forrageira, são voltadas para a pecuária, e que as demais produções são de caráter permanente, assim dispensando cuidados mais específicos.

Em relação ao proprietário, é também registrado o efetivo pecuário com 678 bovinos de até 2 anos, 580 cabeças de bovinos acima da 2 anos; 41 cabeças de equinos e muares eram contabilizados e 94 cabeças de ovinos, o que totalizava um total de 1.393 cabeças. O gado era voltado principalmente para corte.

O levantamento e registro feito pelos dois técnicos do INCRA foram questionados pelos trabalhadores, com a argumentação de que os vistoriantes computaram mato como pasto, não houve o acompanhamento dos trabalhadores junto com os vistoriantes, que estes não deram ouvidos aos trabalhadores, assim fazendo medições irregulares e sendo cooptados pelos empregados do proprietário. Este fato ocasionou um “pedido de revisão de laudo e nova vistoria se necessário” (ANEXO E) por parte dos trabalhadores da Fazenda Alinorte ao INCRA.

Em novembro de 1997, foi realizada uma nova vistoria técnica da propriedade pelo INCRA, cujo relatório foi assinado em 03 de novembro de 1997 (ANEXO F), mas suas conclusões não alteraram em nada a vistoria anteriormente feita, de certo ponto até ajudaram o proprietário com a seguinte recomendação: “Que seja averbada todas as áreas que estão em regeneração (capoeiras), para compor a reserva legal da propriedade, oferecendo condições para que as mesmas se desenvolvam satisfatoriamente”. Assim, uma área que não estava sendo utilizada, poderia compor uma reserva legal. Tal medida favoreceria o proprietário na classificação de área produtiva.

Mesmo sabendo que a terra não poderia ser desapropriada, os trabalhadores continuaram trabalhando, plantado e criando seus animais. Logo inicia-se um conflito entre os trabalhadores e os empregados da fazenda, estes vinham com um trator e derrubavam as cercas onde se encontravam as plantações dos trabalhadores, chegando ao ponto em que os trabalhadores ficaram vigiando durante o período da noite as plantações.

Neste mesmo tempo, na ação promovida pelo proprietário, é marcada uma audiência de conciliação, a qual realizada em 18 de dezembro de 1998, sem a presença de nenhum promovido na ação (trabalhadores), acontecendo que a inexistência da possibilidade de conciliação, foi dada continuidade no julgamento da causa, marcando outra audiência para fevereiro de 1999.

Os trabalhadores da propriedade entram com outra ação de Reintegração de Posse em 15 de agosto de 1998, sob o argumento que eram rendeiros da propriedade, que foram avisados em dezembro de 1997 pelo administrador da

propriedade que seriam proibidos de plantar no ano de 1998. Por serem rendeiros e este tipo de contrato agrário é previsto no Estatuto da Terra, teriam que ter um tempo mínimo para deixar a propriedade, que seria três anos e a necessidade de uma notificação oficial, que segundo os trabalhadores nunca receberam.

Na compreensão dos autos do processo, entende-se que os trabalhadores, em 1998, não utilizaram da terra, segundos os trabalhadores a terra era vigiada por meio ostensivo, através de seguranças postos na propriedade e que os trabalhadores não podiam mais transitar. Foi marcada uma audiência de conciliação, que aconteceu no dia 11 de dezembro de 1998 no Fórum de Bananeiras, onde foram ouvidas as testemunhas, tanto no nível de defesa dos trabalhadores e dos proprietários.

No dia 02 de março de 1999, os proprietários da fazenda, fazem um requerimento para que o Interdito Proibitório transmuda-se em Reintegração ou Manutenção de Posse, a justificativa para o pedido foi na madrugada do mesmo dia “os mesmos Promovidos, fortemente armados e entoando os mesmos cânticos adotados pelo Movimento dos Sem-Terra, invadiram o imóvel rural pertencente aos Autores (promoventes, proprietários das terras), objetos do Interdito Proibitório”²³, com o desrespeitos a ordem judicial do Interdito Proibitório, poderia mudar o processo em curso para a Reintegração de Posse.

Os trabalhadores fizeram o plantio, mas em um clima de guerra. Segundo o Sr. Francisco Pedro da Silva e o Sr. Luiz Gerônimo da Costa, numa noite os trabalhadores estavam vigiando e logo surgiu um trator com carroção derrubando as cercas do roçado. Os trabalhadores atiraram pedras contra os empregados, assim os empregados foram embora.

Com a notificação por parte dos proprietários, o Juiz, ordenou um “Mandado de Verificação”, para que um oficial de justiça verifica-se “*in loco*” se existia alguma atividade por conta dos promovidos na área em questão. A verificação ocorreu no dia 26 de março de 1999, em que o oficial confirmou a existência de plantações de diversas culturas, como milho, fava, feijão e algodão, a também é registrada que neste momento existia a participação de 71 famílias.

No dia 26 de março de 1999, sai o resultado do pedido de Liminar de Reintegração de Posse por parte dos trabalhadores, o Juiz indefere o pedido de

²³ Folha 76 do processo nº 200.1997.000692-8, em 02 de março 1999.

liminar de reintegração, pois entende que segundo os autos, e as testemunhas inquiridas, que os trabalhadores já estavam a mais de um ano fora da propriedade, não justificando o pedido de liminar de reintegração de posse.

Já no processo requerido pelos proprietários, com a verificação judicial realizada, o Juiz transmuda a ação para Reintegração de Posse, expedindo uma liminar de Reintegração de Posse, no dia 11 de maio de 1999 (ANEXO G). O cumprimento da reintegração de posse aconteceu no dia 08 de junho de 1999, contando com o aparato da força policial.

De acordo com Senhor Francisco Pedro da Silva o proprietário conseguiu uma ordem de reintegração de posse, ocasionando o despejo dos trabalhadores.

Aí eu fui pro roçado logo cedinho e... numa parte daquela chã na frente, aí quando eu tava lá trabalhando e sempre de olho né! Aí naqueles ditos pé de juá da frente lá da sede, quando eu vi o ônibus de policial encostando. Aí eu só fiz sair avisando as pessoas né que estavam no roçado e aproximam e aproximam, onde tinha, onde agente tava tudo aproximando [...]. Aí com um pouco mais e tombém o oficial de justiça com a documentação de Bananeiras com aquela ordem de despejo (Sr. Francisco Pedro da Silva, 60 anos, assentado. Entrevista realizada em 15 de agosto de 2011).

Segundo o senhor Erivaldo da Silva Costa, após 7 dias da ocorrida a reintegração de posse, os trabalhadores conseguiram um acordo com o proprietário, garantindo-lhes o direito de ficar trabalhando na terra. Conforme o diácono Severino da CPT/Guarabira, foi com muita conversa que se conseguiu um acordo para os trabalhadores continuarem trabalhando na terra:

Eu disse a ele, acho que foi mais o que... que abriu o coração, eu disse para ele: "O senhor tem tudo, o senhor tem a fazenda de dois mil hectares de terra, esta fazenda". Mas ele tinha outras fazendas, mas o problema é que já tínhamos conseguido outra fazenda dele, lá em Mulungu, a fazenda chamava... é hoje o Assentamento Alagoa Nova, Fazenda Alagoa Nova, então como os assentados lá de uma fazenda dele já estava desapropriada, ele tava furioso, muito furioso. Eu dizia para ele: "Nossa vida é muito curta, ele tinha tudo em abundância, muita cria, muito leite, muita carne". E aquele povo que trabalhava lá, trabalhavam... trabalharam e não trabalham mais, que que eles iam fazer? Aí ele chegou em acordo de deixar o pessoal a voltar a trabalhar. (Severino Fernandes dos Santos, 47 anos, Diácono e Membro da CPT-Guarabira, entrevista concedida 30 de novembro de 2011).

Pouco tempo depois, em 29 de julho de 1999, foi feito um acordo de comodato, entre os trabalhadores (rendeiros²⁴) e o proprietário, em que os trabalhadores obtiveram o direito de trabalhar em uma área que varia de 2 a 4 hectares cada um. Esse acordo seria até uma decisão final sobre o conflito (ANEXO H).

Com o acordo de comodato, os trabalhadores não mais se interessam pelo processo que eles moveram contra os proprietários, que é julgado a revelia, com a demonstração do não interesse dos autores, que são os trabalhadores, o Juiz de Direito Antônio Carlos Coelho da Franca, julga extinto o referido processo em 27 de março de 2001.

Por insistência dos trabalhadores e da CPT ao proprietário para vender a terra ao INCRA, pois, segundo o diácono Severino, o “comodato não seria a solução definitiva para o problema era apenas um curativo” (Severino Fernandes dos Santos, 47 anos, Diácono e Membro da CPT-Guarabira, entrevista concedida 30 de novembro de 2011), negociou venda da terra para o INCRA uma vez que não poderia ser desapropriada. Dentro do processo foi realizado uma outra vistoria na “Fazenda Lagoa Dantas” que ocorreu em 10/12/2003, foi registrado que a fazenda tinha uma área de 1.535,4218 ha e classificada como Grande Produtiva, que impossibilitou a desapropriação, entretanto o proprietário consistiu de vender 400 ha para os trabalhadores.

Para o assentado Severino de Souza, o proprietário vendeu a terra, pois esse processo já estava dando prejuízo financeiro, em entrevista o assentado relata:

Rapaz, o “veio” (o Sr. *Maurício Gama*) num era rim não, diga o povo que quiser, mas ele não era rim, rim era o administrador, o administrador era pau, mas pelo “veio”, ele fez todo acordo, quando ele viu que o negócio já tava pegado, ele foi e disse: “oh menino! Eu vou entrar em acordo com o povo, o INCRA e a CPT, porque toda reunião que eu vou em João Pessoa, toda audiência é 5 mil conto que eu gasto com advogado e vocês só gastam “um e cinquenta” - que era a passagem para Guarabira. De lá agente ia para João Pessoa, que me levava (a CPT), só sei que chegou ter uma reunião com agente debaixo do pé de Juá, todos os trabalhadores, Diácono Severino. Tem até uma quadro ali na frente (*refere-se a fotografia com todos no dia do acordo, que se encontra na sede da associação, [fotografia 33]*), a quando fez aquela reunião ali e ajeitou tudo e deixou tudo certo, quando foi com 8 dia ele faleceu...” (Francisco de Souza, 62 anos,

²⁴ Segundo o Sr. Erivaldo da Silva Costa, os moradores ou posseiros estavam presentes em todas as ações, mas no momento do comodato eles não participaram da lista, pois eles moravam nas terras do Sr. Maurício Gama e trabalhavam nelas. Segundo o Sr. Erivaldo da Silva Costa, o comodato foi feito a partir da escolha dos rendeiros pelo Sr. Maurício Gama (Entrevista concedida no dia 19 de outubro de 2011).

assentado. Entrevista concedida no dia 15 de novembro de 2011, Grifo nosso).

O senhor Maurício Gama venho a falecer no dia 28/12/2003, por problemas de saúde, e quem respondeu, a partir daquele momento, foi a sua esposa, a senhora Mirian Gama, que concordou em dar continuidade no acordo firmado pelo ex-marido, e decidiu vender uma parte do imóvel com uma área de 381,2339 ha. A proprietária aceitou vender a determinada área de terra ao INCRA em 16 de março de 2004 (ANEXO I), a venda foi com base no decreto nº 2.614, de 3 de junho de 1998, que permite a compra de terras que tenham condições para reforma agrária, que não seja por meio de desapropriação, uma venda normal de terras, segundo o decreto 2.614/1998:

Art. 1º Observadas as normas deste Decreto, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a adquirir, mediante compra e venda, imóveis rurais destinados à implantação de projetos integrantes do programa de reforma agrária, nos termos das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

§ 1º A compra e venda autorizada por este Decreto realizar-se-á ad mensuram, na forma estabelecida pela legislação civil.

§ 2º É vedada a aquisição de imóveis rurais que, pelas suas características, não sejam adequados à implantação de projetos integrantes do programa de reforma agrária. (NR)

Art. 2º A aquisição imobiliária de que trata este Decreto ocorrerá, preferencialmente, em áreas de manifesta tensão social para o assentamento de trabalhadores rurais, visando atender à função social da propriedade (BRASIL, 1998).

O processo de compra de terra pelo INCRA foi demorado, pois foi necessária uma série de procedimentos. No exemplo do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, o processo de venda foi iniciado em março de 2004 e concluída no final de 2005.

No dia 08 de novembro de 2005 foi publicada no Diário Oficial da União (ANEXO J) a compra do imóvel denominado de “Fazenda Lagoa Dantas” com 381,2393 ha (Trezentos e oitenta e uma hectares, vinte e três ares e noventa e três centiares), com um valor de:

R\$ 304.991,40 (Trezentos e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e quarentas centavos), sendo R\$ 248.465,74 (Duzentos e quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para pagamento de terra nua, que deverão ser convertidos em Títulos da Dívida

Agrária – TDA, na data de emissão respectiva, com prazo de resgate de 05 (cinco) anos, nominativos a Mirian de Araújo Gama, portadora do CPF [...]; e 56.525, 70 (cinquenta e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), em moeda corrente para pagamento das benfeitorias.

Foram beneficiadas 42 famílias, divergindo do proposto em relatório do Laudo de Avaliação de Holanda e Melo (2004), que consideram como capacidade do assentamento 33 famílias, os autores consideraram a característica edafo-climática do local, bem como as classes de solos.

No momento em que os antigos trabalhadores (moradores e arrendatários) tomaram conhecimento da compra da terra pelo INCRA, começaram a se mudar para a propriedade, construindo casas de taipas para garantir a posse.

Em consenso, fizeram um pré-parcelamento, definindo onde cada um ia ter sua parcela. Os moradores optaram em residir nos lotes não aceitando construir agrovila, uma vez que “Já tem gente que não trabalha na terra morando nela, pense se fosse uma agrovila, e ficaria ruim de criar gado, das plantações. Cada um em sua parcela é melhor” (Luiz Gerônimo da Costa, assentado. Entrevista realizada em 15 de agosto de 2011). Foram assentadas 42 das 90 famílias que iniciaram o conflito. Dessa forma a luta por terra da Fazenda Alinorte deu origem ao Assentamento Nossa Senhora de Fátima.

5.2 O PERFIL DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Para que possamos ter um perfil do PA Nossa Senhora de Fátima faz-se necessário recuperar o processo inicial de sua constituição. Neste, foram fundamentais os créditos fornecidos pelo INCRA de implantação, habitação e para construção de cisternas.

Mesmo antes da atuação do Incra, os trabalhadores se mudaram para a área. Isto ainda no final do ano de 2005. O primeiro crédito de implantação referente à alimentação e fomento, no valor de R\$ 2.400, 00 para cada família, porém, só foi liberado em 28 de agosto de 2006. Foi depositado um montante de R\$ 98.400,00 que foi dividido por partes de R\$ 2.400,00, por cada família, segundo o senhor

Erivaldo da Silva Costa para fazer uma feira de R\$ 700,00 e para comprar ferramentas e gado.

No dia 14 de dezembro de 2006 foi depositado outro montante de R\$ 210.000,00 relativos ao crédito de habitação, que dividido para cada família, ficou R\$ 5.000,00, para a construção de uma casa para cada família assentada com o tamanho de 6 metros de largura por 9 metros de comprimento. Normalmente, uma casa de 2 quartos, sala, cozinha e banheiro dentro de casa. No mesmo dia, foi também depositado o valor de R\$ 63.000,00 referente ao crédito de semiárido para ser utilizado na construção de cisternas ou de barragens, que dá para cada família um total de R\$ 1.500.

No assentamento Nossa Senhora de Fátima foram construídas 22 cisternas de 16 mil litros e 20 barragens pequenas (Fotografias 7 e 8).

Fotografias 7: Cisterna construída com o Crédito Semiárido; Fotografia 8: Barragem construída com o Crédito Semiárido.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

O assentamento também conta com 4 açudes coletivos, pois, no momento da compra, estes já estavam construídos, assim, qualquer um pode usar. Foram feitos 2 poços artesianos, entretanto, as águas são salgadas. Para alguns moradores, esse problema foi porque os poços foram cavados rasos, logo a água não é boa.

No final de 2007, foi recebido outro crédito para investimento, no montante de R\$ 103.239,44, que para cada família deu um total de R\$ 2.400,00, que foram gastos na compra de estacas, arame, grampo e ferramentas.

5.2.1 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS AMBIENTAIS DO PA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

O Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima está localizado no município de Bananeiras e tem um pouco mais de 1 (uma) hectare dentro do município de Belém. Dista aproximadamente a 24 km de distância da cidade de Bananeiras e 7 km da cidade de Belém. Os assentados têm uma maior relação com o município de Belém do que com o de Bananeiras, porque o PA está localizado mais próximo da cidade de Belém.

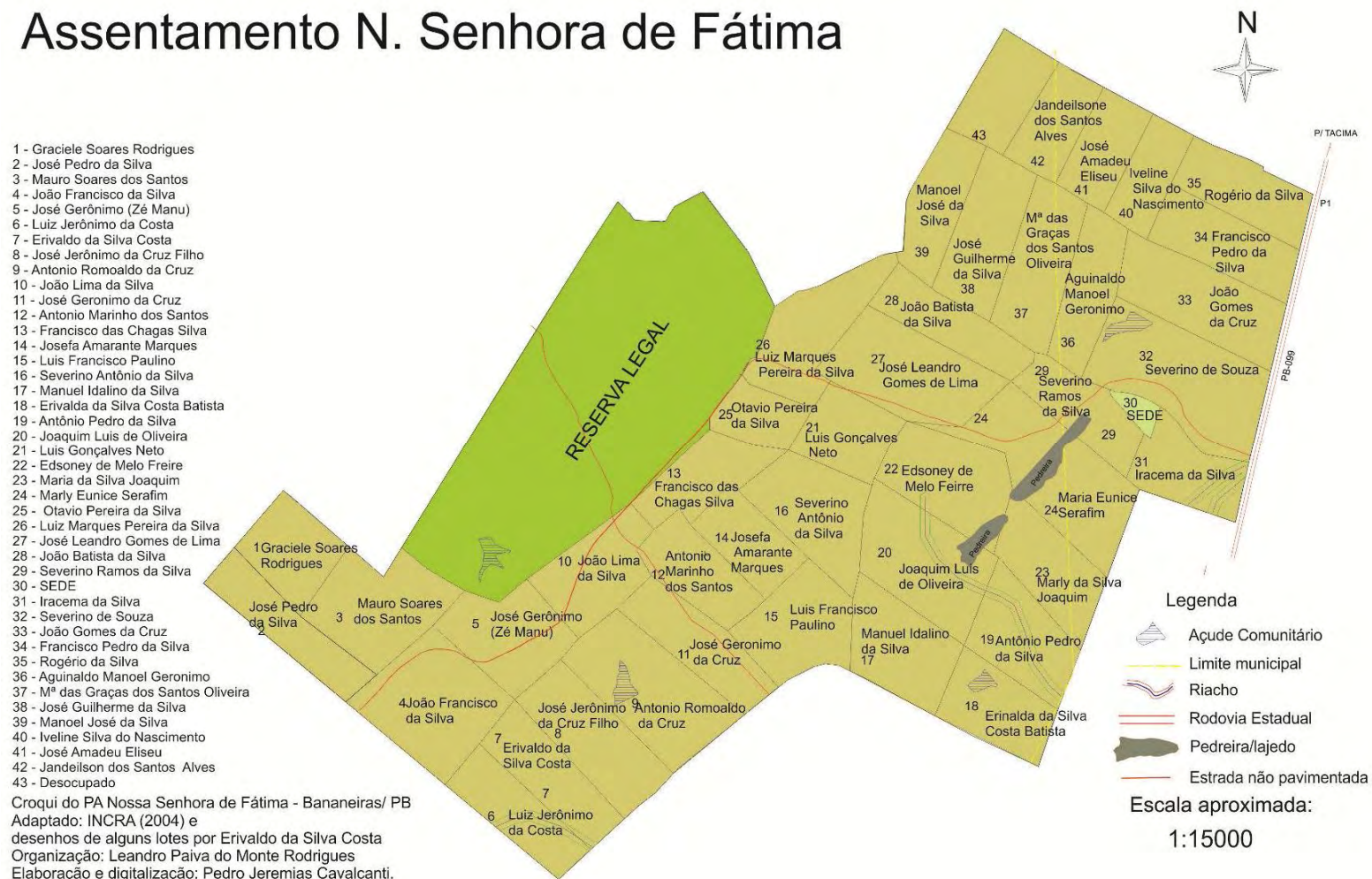
O PA foi criado em 2005, com 42 lotes, sendo cada casa do assentado construída na sua parcela. A área total do PA Nossa Senhora de Fátima é de 381,2393 ha. A área de reserva é de 77 hectares.

No momento de sua criação, o Assentamento fundou a Associação dos Trabalhadores Rurais São Sebastião – PA Nossa Senhora de Fátima, local de reuniões e de tomada de decisão pelos assentados.

O assentamento situa-se bem próximo da rodovia PB 099 no sentido Belém/Tacima, e o seu acesso é asfaltado. A estrada principal que corta o assentamento é larga, de barro batido. Sua trafegabilidade, em período seco, é muito boa, mas, em período chuvoso, é dificultada pela lama. Durante todo tempo da pesquisa foi observado que a estrada principal é bem movimentada. Segundo os assentados, isto acontece porque a estrada leva até a “Fazenda Geraldo Simões”, local onde tem festas e vaquejadas (Croqui 1).

Croqui 1: Área parcelada do Assentamento Nossa Senhora de Fátima

Assentamento N. Senhora de Fátima



Praticamente todos os lotes têm acesso para carro, principalmente no período seco. Não há um ônibus de linha para o assentamento, mas, durante a semana, há ônibus que transporta os estudantes do Assentamento para a cidade e também é comum a utilização de moto-táxi, de táxis ou de transportes alternativos.

O assentamento se encontra numa região de transição entre o Agreste Oriental e o Brejo. Seu clima, de acordo com a classificação de Gaussen,

[...] se caracteriza por apresentar média térmica anual em torno de 25°C; 80% de umidade relativa do ar; total pluviométrico médio anual, em torno de 900 mm; estação seca prolongando-se durante cinco meses, de agosto a dezembro; e deficiência hídrica média anual, em torno de 400mm" (COSTA e LEITÃO, 1997, p. 5).

O relevo local é suave-ondulado, com declividade entre 2% a 15% e os solos apresentam-se em associação, como afirmam Costa e Leitão (1997, p. 7):

Uma associação de solos formada pela seguintes unidades taxonômicas: SOLOS LITÓLICOS EUTRÓFICOS com A fraco textura arenosa e/ou média fase, pedregosa, caatinga hipoxerófila, relevo gnaisse e granito; SOLOS LITÓLICOS EUTROFICOS com A fraco textura arenosa e/ou média fase pedregosa caatinga hipoxerófila relevo suave-ondulado substrato gnaisse e granito e AFLORAMENTO DE ROCHA

O Assentamento encontra-se dentro da área de domínio da bacia do Rio Curimataú. Ele é banhado por dois riachos temporários: o Riacho D'Antas, que se encontra na porção oeste, e o Riacho Picada, numa pequena porção a leste do Assentamento.

De acordo com Costa e Leitão (1997, p. 6), a vegetação nativa do antigo imóvel:

[...] foi totalmente substituída por culturas de subsistência, frutíferas e campos de pastoreio. Algumas áreas íngremes e pedregosas, onde a vegetação nativa foi erroneamente substituída por pastagens, foram invadidas por espécies da caatinga, com predomínio significativo da "amorosa" (*Mimosa* sp.)"

Os próprios assentados sabem que a terra foi muito degradada. De acordo com o senhor Luiz Gerônimo da Costa, quando a terra era um latifúndio, o proprietário "mandava plantar só capim e arrancar os matos, desmatar, seja com a chibanca, com o veneno 'tordon', que mata os matos e não mata o capim, trabalhei muitos anos com esse veneno" (Entrevista no dia 11 de outubro de 2011).

5.2.2 ASPECTOS EDUCACIONAIS

O assentamento conta com apenas uma escola, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Alinorte que tem uma só sala de aula e funciona na sede da Associação (Fotografia 9). A escola é mantida pela Prefeitura de Bananeiras e conta com 2 professores e uma auxiliar de serviços gerais que também faz a função de merendeira. As aulas são ministradas na sala principal da sede da Associação. O sistema adotado é o multisseriado, com alunos que vão desde a pré-alfabetização até o 5º ano do Ensino Fundamental, juntos. A escola conta com um total de 22 alunos matriculados, sendo que houve 5 desistências no ano de 2011. Ela atende somente crianças do assentamento.

Segundo o senhor Luiz Gerônimo da Costa, foram feitas reivindicações junto à prefeitura de Bananeiras para a construção de uma escola, mas foi argumentado que o número de alunos é insuficiente. Assim, para as crianças não ficarem sem um lugar para estudar, é utilizado o salão da sede da Associação (Fotografia 10).

Fotografia 9. Associação dos Trabalhadores Rurais onde funciona a Escola Municipal do Assentamento Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 10. Sala de aula da Escola Municipal do Assentamento Nossa Senhora de Fátima funcionando no salão da Associação do PA.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Para a senhora Severina Matias dos Santos (50 anos, diretora da Escola), “o ensino multisseriado não tem muito rendimento, tem que se ter um jogo de cintura, pois no momento que estou ensinando para um, alguns não aprendem do mesmo jeito, causando um desequilíbrio no ensino” (Entrevistada no dia 11 de outubro de 2011).

Da pré-alfabetização até a 3º ano, os alunos ficam todos juntos, e do 4º ano até o 5º ano, ficam de outro lado da sala (Fotografia 10). Os demais estudantes vão estudar principalmente na cidade de Belém, para onde se deslocam em um ônibus cedido pela Prefeitura municipal daquele município.

5.2.3 A QUESTÃO DA SAÚDE

No assentamento não existe Posto de Saúde, mas, uma vez por mês, há um médico que vem e realiza consultas no salão da sede da Associação. Para tanto, as aulas precisam ser interrompidas.

Existe um agente de saúde que quinzenalmente passa pela casa dos assentados. Tanto o médico como o agente de saúde são funcionários do município de Bananeiras.

Ainda com relação à saúde, há também a coleta de sangue que é realizada por um técnico, uma vez por mês. Ele vem ao assentamento em um carro trazendo o material de coleta, vai até a sede da Associação para onde se dirigem as pessoas que tiveram requisição do médico para fazer o exame.

Quando há uma emergência ou um evento grave de saúde, normalmente os assentados recorrem primeiro ao Hospital Regional de Belém e, se necessário, vão para o Hospital Regional de Guarabira.

5.2.4 O ACESSO À ÁGUA E À ENERGIA

O acesso à água é feito por meio de cisternas que foram construídas na implantação do assentamento: 22 cisternas, com capacidade para 16 mil litros de água cada uma. A água é utilizada para o serviço de casa como preparação de alimentos e para beber. A cisterna é abastecida com o aproveitamento da água das chuvas. Segundo os assentados a água dá para abastecer a casa durante o período seco. Alguns assentados escolheram a construção de barreiros, que normalmente são utilizados principalmente para a agricultura e para a sedentação animais.

Um elemento importante é a ajuda mútua entre os assentados, assim nos conta o senhor Luiz Gerônimo da Costa que em sua casa há uma cisterna e na casa de seu filho, um barreiro. Seu filho utiliza a cisterna de seu pai para beber e o senhor Luiz Gerônimo da Costa, seu pai, utiliza o barreiro de seu filho para dar água para os bichos. Assim, pela ajuda entre os assentados, uma nova experiência está sendo realizada no PA Nossa Senhora de Fátima, através de um projeto da Articulação do Semiárido (ASA), com crédito do Governo Federal, denominado de “Programa Uma Terra e Duas Águas” (Programa P1+2). Trata-se da construção de cinco cisternas calçadão, com a capacidade de 52 mil litros, que tem por objetivo armazenar água. Ela se utiliza de um “calçadão” para captar a águas das chuvas (Fotografia 11).

Para sua construção, os assentados se ajudam e ajudam os pedreiros, segundo eles é para ir mais rápido. Os assentados se ajudam e não gastam tanto. A

água dessa cisterna é principalmente para utilização em hortas, especialmente, as culturas de raízes curtas como coentro, alface e couve (Fotografia 12).

Fotografia 11. Cisterna Calçadão



Fotografia 12. Horta no PA Nª Srª de Fátima



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011

O assentamento conta com energia elétrica em todas as casas e na Associação dos Moradores, a energia foi instalada depois da construção das casas dos moradores.

5.3 CARACTERIZAÇÃO DOS ASSENTADOS

O perfil dos assentados foi realizado com base na pesquisa de campo levada a efeito junto a 14 das 42 famílias assentadas (33,3% do total). Em cada família entrevistou-se um dos componentes, regra geral o chefe de família ou a esposa como já foi anteriormente colocado. Do total dos entrevistados, nove eram homens e cinco eram mulheres. As idades dos entrevistados variaram de 25 anos a mais de 65 anos, com uma maior incidência de pessoas entre os 35 anos e 59 anos (10 pessoas, ou seja, 71,4 % dos entrevistados).

A maioria dos entrevistados (11 entrevistados ou 78,5% do total) não moravam na propriedade antes do conflito e 3 já moravam) Dos 11 que não moravam na propriedade antes do assentamento, 6 residiam em Belém na zona urbana e 1 na zona rural e 4 moravam em Bananeiras na zona rural.

Dos 11 entrevistados que não moravam na propriedade, oito trabalhavam nela como arrendatários, pagando a renda com trabalho, no sistema já descrito que consistia no trabalhador arrendar uma determinada área por um período, em geral de dois anos, e depois entregar a terra destocada (limpa, sem toco) com o restolho da plantação para o gado do proprietário se alimentar. A terra restituída era plantada com capim pelo proprietário. Duas pessoas que não moravam no imóvel trabalhavam antes em terra de familiares. E uma pessoa disse que trabalhava como assalariado.

Sobre a origem do total das famílias assentadas segundo o levantamento realizado por Costa e Leitão (1997), quando a terra ainda era uma propriedade particular, 28 famílias moravam na cidade de Belém, 08 moravam na zona rural de Bananeiras, 06 eram moradores da propriedade.

A partir das informações obtidas com o trabalho de campo, pôde se constatar que as famílias do assentamento são compostas em média por 4 pessoas um pouco acima da média dos moradores em domicílios particulares ocupados da Paraíba que é de 3,47 segundo o Censo 2010 (IBGE). Os homens são um pouco mais numerosos que as mulheres: eles representam 54,3% das pessoas que compõem o total das famílias entrevistadas, e as mulheres 45,7 %.

Quanto à faixa etária, o levantamento realizado junto às 14 famílias apresenta o seguinte panorama: a) a população infantil, composta por crianças de até 14 anos, representa 23,8% do total dos membros das famílias; b) a população de jovens com idade entre 15 -24 anos representa 18,6%; c) a população de adultos representada pelas pessoas com idade entre 25 e- 59 anos representa aproximadamente 49,1% dos membros das famílias e; d) a população de idosos (com mais de 60 anos) representa 8,5%.

Os entrevistados que têm filhos representam 71,4 % do universo pesquisado e a média de filhos por família é baixa: entre 2 e 3 filhos. Dos que têm filhos, 66,6 % disse que algum filho já saiu de casa. Os principais destinos dos filhos que saíram da casa dos pais foram: a) São Paulo (42,88% dos filhos que saíram); b) João Pessoa: 19,04%; c) para outros lotes do assentamento: 19,04%; Rio de Janeiro: 9,52%; Belém: 9,52%. A idade em que os filhos costumam sair de casa é entre 18 e 29 anos o que é o caso de 47,6% do total dos filhos que deixaram a casa dos pais. Os motivos alegados para a saída dependem do sexo. Segundo os entrevistados os homens saem regra geral a procura de trabalho e em segundo

lugar por motivo de casamento. Já as mulheres normalmente saem de casa devido ao casamento. Segundo 62,5% dos entrevistados, a saída dos filhos prejudicou o andamento das atividades agrícolas, principalmente no que se refere ao aumento do trabalho para os que ficaram. Para alguns a saída dos filhos inviabiliza a produção, sobretudo quando os pais se encontram em idade avançada.

Do total de 59 pessoas das 14 famílias que foram entrevistadas, 8 não estudaram, o que significa 13,5%. Foi observado também que a maioria já estudou, porém não estuda mais (32 pessoas, o que significa 54,2% dos membros das famílias entrevistadas). Desses, 25,4% não completaram a 1ª fase do Ensino Fundamental; 10,2% não completaram a 2ª fase do Ensino Fundamental; 5,1% não concluíram o ensino médio; e, 13,5% têm o ensino médio completo.

Da população que se encontra estudando 22,1% estão frequentando a 1ª fase do Ensino Fundamental; 1,7% estão estudando a 2ª fase do ensino fundamental; 1,7 % estão estudando o ensino médio; 3,4% estão estudando o Técnico em Agropecuária na UFPB em Bananeiras. Foram também identificados 2 crianças que não se encontram em idade escolar.

5.4. CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES PRODUTIVAS (LOTES)

Todos os 42 lotes têm uma área de aproximadamente 7 ha, apresentam um relevo ondulado, com a presença de rocha, terreno pedregoso ou com lajedos. Mesmo com essa configuração os lotes estão organizados de maneira a atender as necessidades ou as possibilidades do agricultor em trabalhar.

Sobre os lotes a maioria dos assentados (57,1%) caracteriza a terra (solo) como regular. O principal problema apontado é que “quando chove a terra alaga muito fácil”. Para os assentados esse problema pode ser explicado “porque o barro de louça é muito em cima”, logo quando chove a terra não absorve muita água, assim logo “embebeda” as plantas. Esse “barro de louça” pode ser um solo muito rico em argila e raso. Seria necessária a realização de estudos do solo no Assentamento para possibilitar a sua correção e diminuir os problemas para a agricultura.

Através da pesquisa de campo constatamos que os assentados compraram as cercas com recursos do crédito de implantação (fomento e alimentação), e em alguns casos o antigo proprietária deixou áreas cercadas; 57,1 % dos lotes têm cisternas, algumas construídas com recurso do crédito semiárido e outras construídas com recursos próprios; 64,2% dos lotes têm barreiros, alguns construídos com recurso do crédito semiárido. É importante notar que em aproximadamente 21,5% dos lotes há cisterna e barreiro, garantindo assim uma melhor reserva hídrica.

No que tange à infraestrutura existente nos lotes constatamos no trabalho de campo que: a) 28% dos lotes têm construídos galinheiros; b) 14,2% lotes têm cochoeiras; c) 14,2 % dos lotes têm depósito, entretanto se considerar as antigas casas de taipa com esta função, este percentual elevar-se-á, pois muitos assentados ainda conservam a casa de taipa antiga para guardar materiais; d) 64,2 % dos entrevistados declaram ter silos para armazenagem; e) 28,5% tem pocilgas para a criação de porcos; f) 35,7% dos lotes têm currais.

5.5 A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Verificamos em campo que cerca de 2,7 hectares de cada lote são destinados ao cultivo agrícola e 3,4 hectares à atividade criatória²⁵.

Em relação à produção agrícola todas as famílias entrevistadas plantam milho; 11 plantam macaxeira; 8 plantam feijão²⁶; 6 plantam fava; 6 plantam batata-doce; 5 plantam só um tipo de feijão, o macaçar; 4 plantam inhame; 4 plantam algodão; 2 plantam só um tipo de feijão, o mulatinho; 2 plantam jerimum; 2 plantam coentro; 1 planta alface, feijão guandu, pimentão, quiabo e maxixe. Dentre essas culturas foram consideradas as mais importantes o feijão e o milho. O feijão é a base da alimentação da família e o milho a base da alimentação dos animais, principalmente das galinhas.

²⁵ Essa média foi calculada com base nas informações obtidas de cada entrevistado, podendo variar um pouco para mais ou menos.

²⁶ Alguns entrevistados não especificaram que tipo de feijão, porém foi visível que a maior parte da produção foi do feijão macaçar.

Para 12 entrevistados a produção agrícola do ano de 2011 foi prejudicada pelo excesso de chuvas pois, segundo os assentados, o solo é muito “alagadiço”, com isto a produção foi prejudicada. Quando perguntados sobre o destino da produção 9 (64,3 % do total entrevistados) dos entrevistados afirmaram que parte da produção é para o consumo e parte para a venda. Já 5 (35,7% dos entrevistados) responderam que toda produção vai para o consumo da família.

No trabalho de campo foi verificado que quem plantou em 2011 o feijão macaçar colheu de $\frac{1}{2}$ (meio) saco de 60 kg a 3 sacos e meio, que foi principalmente destinado ao consumo da família; a produção do feijão mulatinho variou de $\frac{1}{2}$ (meio) saco a 1 saco, este também pela pequena produção foi voltado para consumo da família; o milho, foi a cultura que mais variou na produção entre os lotes, com a variante de 1 saco e meio a mais de 20 sacos e o principal destino desta produção foi para alimentação das galinhas.

A produção de algodão em 2011 teve um rendimento médio acima de 500 kg. Verificamos que muito assentados não plantaram o algodão com medo do bicudo (*Anthonomus grandis*), mas com o resultado de algumas plantações realizadas por alguns assentados, foi percebido o interesse dos entrevistados de voltar a plantar, uma vez que tal cultura tem um bom mercado.

Em relação ao acesso ao mercado, dos agricultores entrevistados que comercializaram sua produção em 2011, 80% afirmaram que venderam para atravessadores, somente 20% venderam direto na feira. A maioria dos assentados vende para o atravessador, ocasionando assim a venda do produto a preços muito baixo, a exemplo do senhor Antonio (conhecido por Marmeleiro) que comercializou o “mói”²⁷ de coentro a R\$ 0,20 para o atravessador. O molho de coentro chega ao consumidor na feira por um valor que varia de R\$ 0,75 a R\$ 1,00 o que significa um prejuízo significativo para o produtor.

Em relação ao período de preparo da terra para o plantio este vai de dezembro a fevereiro. O preparo do solo consiste principalmente na gradagem por meio do trator que é utilizado por 13 entrevistados, 3 entrevistados afirmaram que o início do preparo das suas terras para o plantio se dá com a derrubada do mato, a

²⁷ Expressão popular para designar o molho de coentro (porção de coentro que é amarrada para ser comercializada)

broca e o destocamento; 2 entrevistados ainda fazem a coivara (queimada); e 1 não respondeu a questão.

Os principais instrumentos utilizados na atividade agrícola são o trator, que é utilizado por 100% dos entrevistados; a enxada utilizada por 13 a semeadeira/plantadeira é usada por 3 entrevistados (21,5 % do total) e a matraca é utilizada por 1 dos entrevistados.

Observa-se com base no exposto que os assentados do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima são agricultores que utilizam principalmente técnicas tradicionais de plantio, com uma baixa inserção tecnológica, realizando os trabalhos manualmente em sua maioria.

Todos entrevistados afirmaram utilizar o trator, ressalta-se que nenhum assentado possui trator. Na verdade 9 entrevistados (64,2% do total) alugam trator de vizinhos de outras propriedades rurais 4 alugam a proprietários do município de Belém e 5 não tem um lugar certo para alugar. O aluguel do trator se dá por hora num valor de R\$ 80,00 a hora. Em 2011 6 entrevistados conseguiram o trator com a prefeitura de Belém, esses não tiveram que pagar aluguel.

Outra atividade importante desenvolvida no Assentamento é a criação de gado. Todos os entrevistados criam gado, com uma média de 4,8 cabeças por entrevistados. O principal argumento ouvido para a criação de gado é como uma reserva, pois o gado é fácil de vender, então quando se “necessita de um dinheiro vende-se o gado”.

Foram também identificadas outras criações como cabra, criada por 3 entrevistados com uma média de 5,3 cabeças por família; ovelha, criada por outros 3 entrevistados com a média de 7,3 cabeças por família; a galinha (entre pintos e animais adultos), que é criada por 10 entrevistados, com uma média de 39,4 animais por família; os porcos são criados por 2 entrevistados com uma média de 10 animais por família.

Esses animais segundo 11 entrevistados foram adquiridos com recursos próprios. Apenas 1 assentado adquiriu os animais com ajuda de algum filho. É importante ressaltar que todos os assentados compraram pelo menos uma cabeça de gado com o dinheiro do crédito de implantação, categoria fomento. Uma entrevistada afirmou que utilizou o salário maternidade para comprar o gado.

O meio de venda do criatório, principalmente no que se refere ao gado é a venda direta para o marchante, em que este vai na propriedade e avalia a olho nu o

animal e faz sua oferta de preço a partir de sua suposição do peso do animal. Segundo o assentado Sr. Mariano por conta desta condição de comercialização, ele perdeu entorno de 50 kg, pois tinha acordado com o marchante de vender o gado por 300 kg, mas depois que o marchante pesou o gado tinha 350 kg. Assim o assentado perdeu dinheiro por não ter uma balança grande para pesar animais.

Sobre a produção de leite, 11 entrevistados (78,5% do total) afirmaram que produzem leite, mas apenas 1 afirmou que vende o leite, principalmente na cidade de Belém indo nas casas das pessoas que já tem como clientes. Os demais utilizam o leite exclusivamente para o consumo da família.

A principal dificuldade apontada pelos assentados em relação à criação de gado é o problema com a água, seguido da ração. Os principais tipos de ração utilizada pelos assentados são o capim, a maniva da macaxeira, a palha do milho e a palma forrageira.

5.6 CRÉDITO BANCÁRIO E TECNOLOGIA ADOTADA NA AGROPECUÁRIA

Quando questionados sobre se já tomaram empréstimos bancário para utilizar na agricultura, 13 entrevistados disseram que não, apenas 1 tomou empréstimo para utilizar na agricultura. Segundo este, o empréstimo foi realizado em 2004 no Banco do Nordeste para a compra de uma vaca, através do PRONAF B. O assentado sentiu dificuldade de tomar o empréstimo, mas teve facilidade de quitar sua dívida.

Os que nunca utilizaram os créditos do PRONAF justificaram que não gostam de fazer dívidas, que na agricultura há uma insegurança, principalmente na região onde está o Assentamento, com problemas com o clima. Dois entrevistados declararam que já utilizaram recursos do PRONAF antes de serem assentados, alguns utilizando a propriedade da família e até de amigos para conseguir o empréstimo. Todos conseguiram quitar toda dívida, o principal destino do dinheiro foi para a compra de garrotes. O agente que financiou foi o Banco do Nordeste.

Em 2011 apenas 3 entrevistados estão com algum empréstimo tomado com banco, mas nenhum assentado afirmou ser este crédito voltado para agricultura.

Pesquisamos se os assentados utilizam algum adubo. Dos 14 entrevistados, 11 (78,5%) disseram que utilizam o adubo orgânico, principalmente o esterco dos animais e as palhas de determinadas culturas (milho e feijão principalmente). Utilizam adubo na mandioca, no milho, no coentro e outros produtos. Já os outros 3 entrevistados disseram que não usam nenhum tipo de adubo.

A grande maioria dos entrevistados (13 ou 92,8%) guarda sementes de um ano para o outro; somente 1 entrevistado não guarda sementes. Dos que guardam, 12 ou 92,3% escolhem as melhores sementes e apenas 1 não escolhe as melhores sementes. Quando perguntados se sabem o que são sementes crioulas ou se conhecem os Banco de Sementes Comunitária, 12 dos entrevistados não sabiam o que são sementes crioulas e não conhecem o projeto de Banco de Sementes. Apenas 2 tinha conhecimento do que se chama de semente crioula.

Mesmo guardando as sementes 11 entrevistados disseram que também compram nas feiras e num armazém da cidade de Belém, na Cooperativa e a amigos. Quatro assentados receberam sementes da Emater e da Prefeitura de Belém.

Sobre o cuidado com os animais, todos os entrevistados afirmaram que utilizam remédio nos animais, sendo que 7 informaram que quem orientou o uso de algum remédio foi o técnico, 5 informaram que os remédios foram aplicados por conta própria; 1 recebeu orientação de amigo e 1 teve orientação de um veterinário.

Quando perguntamos se vacinaram os animais em 2011, todos os entrevistados disseram que sim. Quando se perguntou quem aplicou a vacina 7 entrevistados disseram que foi o técnico, 3 afirmaram que um amigo aplicou, outros 3 disseram que ele próprio tinha aplicado a vacina no animal, e apenas 1 disse que quem aplicou a vacina foi um veterinário.

Quanto ao uso do veneno para combater as formigas, todos os entrevistados usam. Os venenos mais utilizados são a isca formicida de substância ativa a "sulfluramida", ou em grãos ou para aplicação em mistura com a água. Os principais locais de compra são a cooperativa de Belém, e a Casa do Criador, também na mesma cidade. A aplicação dos formicidas é feita por conta própria por 10 entrevistados. Os outros 4 responderam que quem orientou o uso do formicida foi o vendedor.

Sobre o uso de veneno para combater outras pragas, 10 entrevistados disseram que utilizam. Destes, 4 aplicam carrapaticida sem saber o nome da substância ativa, já 6 aplicam o inseticida conhecido por “Folisuper 600 BR” que é um inseticida fitossanitário que age por contato e ingestão e com amplo espectro de ação, indicado para o controle de pragas nas plantações. Os principais tipos de pragas combatidos são as moscas, lagartos, besouros e grilos. Na orientação sobre o uso dos venenos, 9 dos 10 entrevistados que utilizam disseram que o uso foi por conta própria, sem orientação técnica. Apenas 1 entrevistado teve orientação de um técnico.

Um contraponto importante foi quando perguntamos sobre se o assentado usa herbicida para limpar o mato e 13 responderam negativamente exclamando que a utilização deste veneno “fazia mal para a terra”, que anteriormente, quando não era assentamento o herbicida conhecido com “Tordon” era utilizado e fazia mal para a terra. Na compreensão do assentado herbicida é o veneno que faz mal para a terra, já os outros agrotóxicos (formicida, inseticida) não o são. Algumas vezes foi dito com resignação que a única forma de produzir era utilizando esses produtos. Dos 14 entrevistados 1 afirmou que utiliza o herbicida “tordon” para fazer limpeza do mato.

Os assentados do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima, não dispõem de abundância d’água, assim quase todos os entrevistados (13 ou 92,8%) não utilizam nenhuma técnica de irrigação. Apenas um utiliza a prática de irrigação através do bombeamento de água de barreiro para a plantação de hortaliça.

5.7 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A base do trabalho no assentamento é familiar, 78,5% dos entrevistados disseram que a família ajuda no trabalho com a terra. Desses que disseram que sim, 90,9% disseram que o cônjuge ajuda na lida com a terra, 63% disseram que contam com a ajuda dos filhos e 36,3% disseram que contam com a ajuda de outros familiares, como irmão, primos, cunhados. Apenas 21,5% dos entrevistados

disseram que não têm a ajuda da família, sendo coincidentemente assentados viúvos ou solteiros.

Dos que responderam que trabalham com a ajuda de familiares 63,6% afirmaram não haver uma divisão do trabalho, portanto todos os familiares executam todas as tarefas. Já 36,4% dos entrevistados afirmaram que existe a divisão do trabalho nas tarefas da lida com a terra. Dos que disseram que trabalham com a ajuda da família, 11,2% afirmaram que cada membro da família tem seu roçado individual no lote, e toda renda gerada pertence a quem na terra trabalhou.

Na lida com a terra, dependendo da constituição da família às vezes é necessário o contrato de trabalhadores para ajudar no cultivo. Na pesquisa de campo verificou-se que 50% dos entrevistados não contrataram trabalhadores em 2011; 42,8% contrataram trabalhadores e 1 dos entrevistado não respondeu. O número de trabalhadores contratados variou de 1 a 3 pessoas por lote, mas é importante ressaltar que o contrato de trabalhador não tem um caráter permanente, e sim esporádico, de um à três dias dependendo da ocasião.

Uma das justificativas relatadas para que o trabalho seja esporádico é o preço da diária. Se o contrato fosse por muitos dias inviabilizaria a renda do assentado. O principal período para o contrato dos trabalhadores é no início do inverno, entre dezembro e fevereiro se estendendo até o mês de abril. A principal atividade realizada pelo trabalhador contratado é a limpeza do mato.

A maioria dos trabalhadores contratados são moradores da zonal rural de Belém, todos são homens e tem como forma de pagamento a diária que atualmente varia entre R\$ 20,00 e R\$ 25,00.

Foi pesquisado se no assentamento existia alguma produção realizada por algum coletivo de assentados e se algum entrevistado participava desse coletivo. Dos entrevistados apenas 1 participa de uma produção coletiva de carneiro. Observou-se o interesse de muitos assentados num projeto futuro de criação de frango, em que um grupo de 4 mulheres vai ficar responsável pela a criação de um certo número de frango, e um galinheiros será construído no lote de uma delas.

Sobre a relação dos assentados entre si, foi perguntado se era comum um assentado ajudar o outro no trabalho na agricultura. Apenas 1 assentado respondeu positivamente alegando que essa ajuda vem quando se convida. E apenas este assentado afirmou que existem casos em que ocorre a troca de dias de serviço entre os assentados.

Em relação se os assentados criam e produzem em outra terra, além do lote, 13 entrevistados disseram que não. Um assentado disse que sim, que ele cria e planta em outras terras na condição de parceiro. A principal justificativa que o levou a criar e produzir em outras terras foi para descansar a terra do próprio lote.

Constatamos na pesquisa de campo que as famílias assentadas no PA Nossa Senhora de Fátima trabalham nos próprios lotes, mas que é comum algum familiar trabalhar em outra terra, na condição de assalariado.

Quando se tratou do trabalho não agrícola, foi identificado que apenas 4 entrevistados trabalham em outras atividades caracterizadas como tal. Foram identificados os seguintes trabalhos: auxiliar de farmácia veterinária, pedreiro na cidade de Belém (principal área de trabalho), trabalhador em cerâmica, e trabalhador no próprio assentamento com pequeno comércio.

Questionamos se os assentados arrendavam suas terras. Todos os entrevistados disseram que não arrendavam a terra porque era ilegal e que a terra já era muito pequena. Já quando perguntados se arrendavam terras de outros, 13 disseram que não e 1 disse que sim e a justificativa para o arrendamento da terra de outros, era para poder colocar a própria terra em descanso.

A organização do trabalho é baseada na família, foi observado que os agricultores não têm muito interesse em empréstimo bancários, porém, com a conclusão do PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) que está sendo desenvolvido pela empresa que presta assistência técnica ao PA-Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), poderá ter a possibilidade dos assentados terem uma linha de crédito voltada para o projeto de desenvolvimento. Quando se trata desta linha de crédito os assentados têm interesse em adquirir.

5.8 INTEGRAÇÃO DAS FAMÍLIAS

Todos os assentados entrevistados disseram que participam da Associação de Moradores, entretanto nas reuniões acompanhadas pelo pesquisador, a participação é de aproximadamente da metade dos assentados.

Todos os entrevistados também responderam que gostam de viver no assentamento e serem assentados, alguns justificavam pela terra ser própria, pela tranquilidade de poder trabalhar para si mesmo.

Os principais problemas apontados pelos assentados no município são a falta d'água, a política inexistente para os assentados no município de Bananeiras, o acesso a saúde, principalmente que para se ter atendimento o assentado tem que se deslocar até o município de Bananeiras, pois não pode ser atendido no município de Belém, por não residir neste. Muitas vezes o assentado utiliza endereço de parentes, amigos para ter um atendimento mais rápido na área de saúde.

A maioria das famílias assentadas entrevistadas (92,8%) responderam que praticam a religião Católica, e sempre foram católicos. Apenas 1 dos entrevistados disse não ter uma religião específica.

Todos os entrevistados disseram que a família tem costume de ir para a cidade, a cidade que todos vão com mais costume é Belém e a principal justificativa é a proximidade com o assentamento. A cidade de Bananeiras é citada como destino apenas para resolver questões de documentos ou saúde. O principal motivo para ir a cidade foi para compras da casa (feira), em que 85,7% dos entrevistados disseram ser o principal motivo, depois vem ir à igreja, para participar de festas entre outros.

A relação comercial é estabelecida principalmente com a cidade de Belém, e só quando não se encontra o produto desejado nesta cidade se recorre à Guarabira. Assim fica notório que os assentados estão no território municipal de Bananeiras, mas suas relações são mantidas principalmente fora desse território.

5.9 PRESENÇA E ATUAÇÃO DE AGENTES EXTERNOS

Os principais agentes externos que atuam no Assentamento são a empresa de assistência técnica – Assessoria de Grupo Especializada Multidisciplinar em Tecnologia e Extensão (AGEMTE), que é uma empresa terceirizada pelo INCRA, e a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Dos entrevistados, 8 afirmaram que utilizam a assistência da AGEMTE permanentemente, mas 6 entrevistados declararam que têm assistência técnica mas

que ela se dá de modo esporádico. No entanto todos ressaltaram que quando têm alguma dúvida se entrarem em contato com o técnico ele sempre aparece. Os assentados acham bom ter um técnico que resida perto.

Quando perguntamos se existe alguma política municipal voltada para o Assentamento, 8 entrevistados disseram não haver nenhuma política; 5 afirmaram que o município atua no Assentamento, enfocando a questão da Escola e do atendimento médico; 1 entrevistado declarou que a Prefeitura de Belém atua no Assentamento emprestando o trator. Constatamos também através das outras entrevistas realizadas que a Prefeitura de Belém também atua no Assentamento através da disponibilização de transporte para os estudantes que estudam na sede daquele município.

Sobre a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais junto ao Assentamento, todos os entrevistados disseram que não há nenhuma atuação do STR de Bananeiras. Quando perguntado se o entrevistado é sindicalizado todos responderam que sim, e sua maioria é sindicalizada no STR de Belém. Apenas 5 dos 14 assentados entrevistados são sindicalizados no STR de Bananeiras.

Para os entrevistados a principal importância do Sindicato refere-se a aposentadoria e a questão da orientação por direitos do assentado ou do agricultor.

Nenhum assentado falou sobre alguma atuação da EMATER, exceto no que se refere ao seguro safra e a distribuição de sementes. Segundo o Sr. Paulo Guimarães, a EMATER não atua diretamente nos assentamentos do INCRA, pois este Instituto já tem política de assistência técnica direcionada para os mesmos. Entretanto, segundo o Gerente da Agencia da EMATER de Bananeiras, quando é o período do Programa Garantia Safra e o de distribuição de Sementes, indiferentemente que seja assentado pelo INCRA ou proprietário de pequena terra todos são atendidos pela empresa.

Os programas do Governo Federal que levamos para essas comunidades, inclusive também os assentamentos do INCRA, nós também levamos esses programas que é o garantia safra, PNAE (*Programa Nacional de Alimentação Escolar*), PAA (*Programa de Aquisição de Alimentos*). São programas que visam ações para beneficiar os agricultores familiares (...). Olha, toda programação do Governo Federal, do Governo Estadual ou do Governo Municipal nós trabalhamos em todo município, nós não assim... discriminamos, porque não trabalhamos nos assentamentos do INCRA, não discriminamos os agricultores de maneira alguma. A EMATER o que pode fazer por eles nós fazemos: entramos, inscrevemos, distribuímos sementes, fazemos garantia safra, o que pode ser feito,

nós fazemos. (Paulo Ricardo Cavalcante Guimarães. Gerente local da EMATER em Bananeiras. Entrevista concedida no dia 01 de dezembro de 2011, grifo nosso).

Apesar de nenhum entrevistado ter citado algo sobre a ajuda da EMATER na questão de assistência técnica, 5 dos 14 entrevistados disseram que receberam sementes da EMATER.

5.10 CONDIÇÕES DE VIDA

A pesquisa abordou sobre a condição de vida dos assentados, enfocando as condições de cada um antes do assentamento e no momento atual. Todos os entrevistados disseram que a casa em que atualmente moram no Assentamento é melhor do que a que moravam antes. Todas as casas do Assentamento são de tijolos, conta com energia elétrica e tem banheiro dentro de casa. Antes de vir para o Assentamento 7 entrevistados moravam em casas de tijolos, 3 moravam em casa de barro e taipa, 1 morava em casa de tijolo e taipa e, 3 moravam em casas de palha.

As casas construídas com os recursos do crédito de habitação possuem 2 quartos, 1 cozinha, 1 sala (4 cômodos) e 1 banheiro dentro de casa. A área construída é de 54m². Algumas casas são bem maiores, pois no momento da construção alguns assentados investiram com recursos próprios na ampliação do tamanho padrão da casa para atender suas necessidades.

Dos 14 entrevistados 8 têm casa do tamanho padrão, com 4 cômodos e 54m²; 4 têm casas de 5 cômodos; 2 têm casa de 6 cômodos. O número de cômodos exclui o banheiro. Antes do assentamento 6 entrevistados moravam em casa com um único cômodo; 1 entrevistado morava numa casa de 2 cômodos; 2 afirmaram que moravam em uma casa de 3 cômodos; 3 disseram que moravam em casa com 4 cômodos e; 2 disseram que moravam numa casa com 5 cômodos.

Metade dos entrevistados, na sua maioria são os antigos rendeiros da propriedade antes de ser assentamento, tem outra casa situada principalmente na cidade de Belém.

Em relação ao abastecimento d'água, apenas 3 entrevistados disseram que antes de vir para o assentamento tinham água encanada em suas casas, porém a maioria, 78,6% (11 entrevistados) afirmaram que na casa onde moravam antes de virem para o assentamento não tinha água encanada.

As casas no assentamento ainda não têm água encanada. Das 14 famílias que fizeram parte da pesquisa, 9 utilizam para beber a água de cisterna que é abastecida pela captação de água da chuva ou em alguns casos por carros pipas.

Quando perguntados sobre de onde vem a água para o uso doméstico 2 entrevistados afirmaram que a família utiliza água da própria cisterna; 1 utiliza água trazida por carro pipa; 2 afirmaram que utilizam os barreiros de seu lote; 8 utilizam água dos açudes comunitários; 1 utiliza a água da casa que possui na cidade de Belém para os serviços domésticos, principalmente para lavar as roupas.

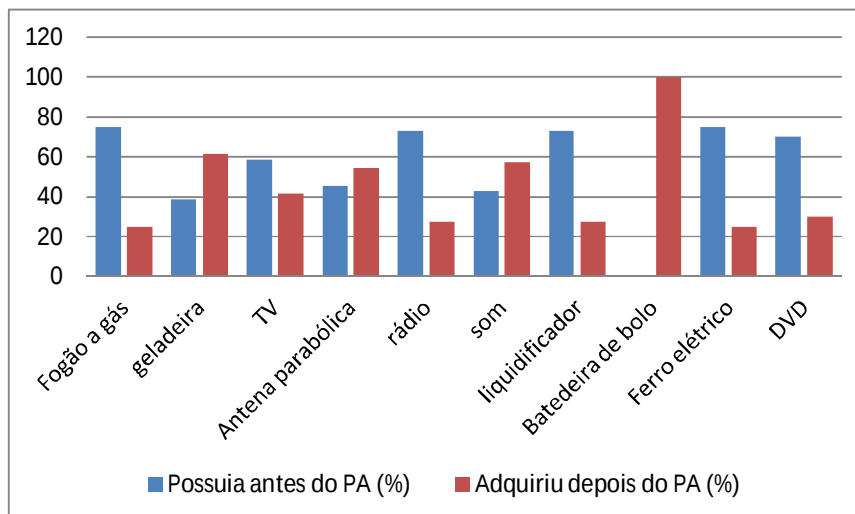
A pesquisa também abrangeu também os bens adquiridos, para constar se houve uma melhora na condição de vida material dos assentados com a vinda para o assentamento. Assim perguntamos se o entrevistado tinha algum meio de transporte. Dos 14 entrevistados 12 (85,7%) disseram que sim e apenas 2 (14,3%) disseram que não. Desses que disseram que sim, 66,6% afirmaram que adquiriram seu meio de transporte depois que vieram para o assentamento e 33,4% disseram que adquiriram antes do assentamento.

Os principais meios de transporte dos assentados são a bicicleta (8 entrevistados possuem) possuem; a moto é um meio de transporte adquirido por 50% dos entrevistados que disseram que possuem algum meio de transporte. Além desses transportes é comum a posse de um animal para transporte (cavalo, burro, jumento).

No que se refere a utilização de "eletrodomésticos" 12 assentados entrevistados têm fogão a gás e que 13 (92,8%) têm geladeiras. A maioria dos entrevistados possui televisão e antena parabólica.

A partir da informação de quem possui determinado eletrodoméstico, perguntamos se já possuía antes ou se foi adquirido depois da formação do assentamento. (Gráfico 1).

Gráfico 1: Assentamento Nossa Senhora de Fátima. Eletrodomésticos adquiridos pelos assentados entrevistados antes e depois do assentamento



Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Pode-se observar que muitos assentados já possuíam diversos eletrodomésticos. Isso reflete a própria história da formação do assentamento, pois muitos agricultores moravam na zona urbana, principalmente na cidade de Belém, logo como tinham energia elétrica em casa ficava mais fácil a aquisição dos bens para o uso. Os que responderam que adquiriram os eletrodomésticos depois do assentamento, são principalmente os antigos moradores da fazenda e os que moravam na zona rural em áreas que não dispunham de energia elétrica.

5.11 A RENDA FAMILIAR

Quando tratamos sobre a renda do camponês, dos assentados, consideramos não a questão salarial, mas a sua produção e consumo, entendendo que grande parte do que produz é utilizado para o consumo da família e seu excedente é vendido para a compra de mercadorias para suprir a necessidade da própria família.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade econômica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma

correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano; resta-nos então o acréscimo em valor dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o produto de seu trabalho. Este produto do trabalho familiar é a única categoria de renda possível (CHAYANOV, 1981, p. 138).

Assim também consideramos para o estudo da renda do agricultor o conjunto de despesas da família, pois entendemos que algumas despesas demonstram a nível de valor monetário mínimo que o agricultor possui incluindo-se a aposentadoria.

De acordo com 7 entrevistados a renda do trabalho na terra não dá para sustentar a família, necessitando assim de complementação. Já os outros 7 disseram que a renda do trabalho na terra permite a sobrevivência da família. Outro elemento importante na constituição da renda familiar são os programas de benefício social, principalmente do Governo Federal, no tocante ao Programa Bolsa Família, em que 10 entrevistados (71,4% do total) responderam que recebem. Os outros 4 não recebem nenhum benefício social.

No que se refere às despesas efetuadas perguntamos aos entrevistados quanto eles pagavam de energia elétrica por mês nas suas residências. Constatamos que 4 assentados pagam menos de R\$10,00; 7 afirmam que pagam entre R\$10,00 e R\$20,00; e 3 entrevistados disseram que pagavam entre R\$20,00 e R\$30,00.

Apenas 4 entrevistados disseram que pagam ao carro pipa pelo abastecimento d'água. O preço pago por mês varia de R\$ 80,00 a R\$ 120,00. Essa variação é decorrente da qualidade da água e do local para entrega.

Todos entrevistados utilizam fogão à lenha, e conseguem a lenha no próprio Assentamento ou em outras propriedades. Nenhum entrevistado compra lenha.

Oito entrevistados possuem outras fontes de renda, além da oriunda dos programas sociais e da agropecuária, quais sejam: a) renda obtida com a atividade comercial seja como empregado ou, como no caso de um deles, como proprietário de um bar; renda oriunda da aposentadoria; renda oriunda do trabalho assalariado; renda complementar oriunda do trabalho autônomo, principalmente na profissão de pedreiro e; renda obtida com o aluguel de casa que na cidade de Belém.

Perguntou-se aos entrevistados quanto é o gasto semanal nas compras (feira), 4 disseram que suas compras variam de R\$30,00 a R\$59,00; 4 afirmaram

que suas feiras variam de R\$70,00 a R\$79,00; 4 disseram que gastam entre R\$80,00 a R\$89,00; 1 afirmou que gasta de R\$90,00 a R\$100,00; 2 disseram que gastam mais de R\$100,00; e, 1 diz que não faz feira semanal, mas mensal com o recurso obtido pelo Programa Bolsa Família, no valor de R\$ 108,00. Os entrevistados nessa situação falaram que “teve muita perda na roça, alagou tudo”, assim estes assentados utilizam o que produziram para o consumo e complementam com as necessidades com os recursos do Bolsa Família.

Em 3 das famílias entrevistadas há uma pessoa aposentada a aposentadoria ajuda na renda da família.

No consumo do botijão de gás de cozinha 6 entrevistados disseram que compram 1 a cada mês; 6 informaram que utilizam um botijão por 2 meses; 1 informou que utiliza um botijão por 4 meses; e, 1 não soube informar.

O que se pode observar é que as famílias do Assentamento não têm uma renda em valor monetário certa, dependem principalmente da agricultura como meio para sobreviver. É também de importância os programas sociais como o Bolsa Família para a complementação da renda da família principalmente em anos “ruins” para a agricultura, seja pela seca ou pelo excesso de chuvas.

Em suma, embora seja difícil quantificar a renda camponesa, a pesquisa deixou claro que, além da renda oriunda da venda dos produtos agropecuários, as famílias assentadas encontram várias alternativas de complementação da renda através de atividades não agrícolas e agrícolas. É também muito importante a renda oriunda dos programas sociais e da aposentadoria sobretudo nos anos “ruins” para a agricultura. Além das diversas fontes de renda é preciso levar em consideração que parte importante do consumo alimentar é oriunda da produção do próprio assentado.

Levando em conta os gastos mensais com feira, gás, energia e água pode-se adiantar que a renda obtida permite cobrir todos estes gastos que variam de R\$100,00 a R\$400,00 mensais com feira; de R\$8,00 a 38,00 mensais com gás de cozinha; de R\$80,00 a R\$120,00 com água; de R\$10,00 a R\$30,00 com energia elétrica. Isto sem falar nos gastos com o pagamento de diárias dos trabalhadores, com vestimenta, com transporte e outros. Pode-se concluir que há uma diferenciação interna de renda entre os assentados, mas o que é importante é que a renda obtida permite sua reprodução como camponês juntamente com sua família.

6 TERRITÓRIO DE EXPLORAÇÃO – TERRITÓRIO DE ESPERANÇA: LUTA, TRABALHO E VIDA

O capítulo, ora apresentado, é uma exposição fotográfica dividida em três seções: luta – em que utilizamos algumas fotografias feitas na época anterior à desapropriação, em que a área era um terra de exploração, uma terra de um só dono, confrontamos com fotos recentes do assentamento, mostrando a luta e as diferenças; Trabalho – se tentou perceber o trabalho cotidiano dos assentados em mudar, em transformar o território; Vida – é a celebração das conquistas diárias, desde a simples horta ao sagrado prato do alimento nas refeições, a celebração da vitória, esta que se dá a cada dia, com a participação de todos.

Pensamos em realizar esse capítulo a partir da concepção de que a imagem pode dizer algo sobre ela mesma e que esse algo que fala de si mesmo é traduzido a partir da nossa concepção de mundo, nosso olhar no movimento refletido no estático da fotografia. Concordamos com Mariano Neto (2001, p. 105) quando ele afirma que:

A voz das imagens pode dar sentido ao espaço/tempo ritmados pela luz e sombra do olhar. Uma linguagem poética da paisagem em que a fala de quem olha traça palavras que ultrapassam o sentido e a forma dos limites da afetividade momentaneamente congelada pelo clique do olhar.

Leia as fotografias com a sua leitura de mundo, e tente ver o mundo que está nas imagens, um mundo de luta, onde homens lutam contra os homens, no domínio e exploração do próprio semelhante; de trabalho para construção do necessário; e de vida, na celebração das conquistas, sonhos e esperanças.

As imagens fotográficas, aqui apresentadas, servem tanto como expressão de luta “por um pedaço de chão” (MOREIRA, 1997), como de luta pela “produção do pão”. Pois se no primeiro momento foi a luta pela terra, representada pelas imagens antigas, com a conquista se abriu espaço para o trabalho e nele a possibilidade para a produção do pão, da sobrevivência, da existência. Na última seção de imagens retrata-se a vida em um espaço de uso coletivo e/ou associativo, território de esperança, vivido em diferentes ações camponesas.

Luta

Fotografia 13: Área cultivada pelos rendeiros antes do assentamento em 2004, terra de exploração.



Fonte: INCRA – Laudo de avaliação do imóvel rural denominado “Fazenda Lagoa Dantas” (HOLANDA e MELO, 2004)

Fotografia 14: Área cultivada por Assentado, território de esperança.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011

Fotografia 15: O vazio da propriedade em 2004



Fonte: INCRA – Laudo de avaliação do imóvel rural denominado “Fazenda Lagoa Dantas” (HOLANDA e MELO, 2004)

Fotografia 16: A casa, a produção e a vida no assentamento



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011

Fotografia 17: Açude as margens da PB 099, açude de um só dono.



Fonte: INCRA – Laudo de avaliação do imóvel rural denominado “Fazenda Lagoa Dantas” (HOLANDA e MELO, 2004).

Fotografia 18: Açude comunitário, açude de todos



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 19: Vista parcial da propriedade em 2004, terra de exploração



Fonte: INCRA – Laudo de avaliação do imóvel rural denominado “Fazenda Lagoa Dantas” (HOLANDA e MELO, 2004)

Fotografia 20: Vista parcial do Assentamento, território de esperança.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Trabalho

Fotografia 21: Casa de taipa, feita pelo assentado para garantir o lote.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 22: Modelo de Casa do assentamento.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011

Fotografia 23: Assentado e filho no reparo do cercado.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011

Fotografia 24: Agricultor retornando do trabalho diário.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 25: A luta contra seca e a ampliação da casa.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 26: O Bar do Sr. Francisco de Souza.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011

Fotografia 27: A ajuda mútua para a construção da cisterna calçadão.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 28: Cisterna calçadão, projeto “uma terra, duas águas”



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Vida

Fotografia 29: o Verde da horta na casa do Sr. "Marmeleiro".



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 30: Visita dos agentes da CPT aos assentados



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 31: O acolhimento da família do Sr. Mariano aos pesquisadores



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 32: Agente da CPT orientando os assentados.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 33: Foto histórica do momento que o Sr. Mauricio Gama decide fazer o acordo com os trabalhadores em 2003



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

Fotografia 34: Sede da associação dos moradores, lugar onde inicia as mudanças.



Fonte: Leandro Paiva do Monte Rodrigues, 2011.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a formação do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima nos impulsionou a conhecer mais a Microrregião do Brejo paraibano, sua história e as contradições presentes no processo histórico de produção do seu espaço. Na perspectiva do desenvolvimento econômico, o Brejo paraibano acompanhou a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo, seja em nível regional ou internacional. Assim o desenvolvimento histórico tem que ser considerado no bojo do desenvolvimento do capital em determinada escala.

O processo de produção do espaço agrário brasileiro no século XX reproduziu a lógica do desenvolvimento desigual e contraditório do capital através do qual, de um lado, o capital se expande, procurando destruir qualquer forma de organização social e relação de produção que não a tipicamente capitalista. De outro lado, milhares de trabalhadores lutam pela terra como única possibilidade de continuar se reproduzindo socialmente. Essa realidade nos permite compreender que a forma como o capital se desenvolve no campo é permeada de contradições. Essa realidade é bem presente no Brejo Paraibano e se reflete de um lado, na expansão do agronegócio canavieiro e pecuário, expropriando, expulsando e proletarizando a classe trabalhadora e, de outro, pela luta dos trabalhadores por terra e por direitos trabalhistas. Como diz José de Souza Martins (1982, p.17),

[...] embora o quadro clássico do capitalismo mostre o capital se expandindo à custa da expropriação e da proletarização dos trabalhadores no campo, uma coisa produzindo necessariamente a outra, em nosso país esse processo não é assim tão claro nem tão simples. O capital se expande no campo, mas não proletariza necessariamente o trabalhador. Uma parte dos expropriados ocupa novos territórios, reconquista a autonomia do trabalho, pratica uma traição às leis do capital.

No século XX, no Brasil, o primeiro grande movimento da classe trabalhadora no campo foi sem dúvida as Ligas Camponesas. Esta impulsionou a consolidação, por parte do Estado, de uma legislação voltada para os trabalhadores do campo e para a questão da terra a exemplo do Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e do Estatuto da Terra (1964), esta última implantada após a instalação do regime militar, com o intuito de enfraquecer o movimento das Ligas.

Com o advento do regime militar e sua política de desenvolvimento rural voltada para a expansão e dominação do capital no campo, as Ligas foram violentamente combatidas, pois representavam um empecilho a tal projeto. A expansão do capital no campo se dá no Brejo Paraibano fundamentalmente através de duas atividades: a canavieira, no bojo do Proalcool e a pecuária que foi alimentada pelos projetos da SUDENE. O resultado foi a expulsão-expropriação dos camponeses e a substituição da agricultura alimentar por cana e pasto.

A crise do capital nacional e internacional nos anos de 1980, com graves repercussões na economia do país, a retomada do Estado democrático de direito, com a queda dos governos militares e o nascimento da chamada Nova República e a proposição de realização de uma reforma agrária no país acendeu a esperança dos camponeses e possibilitou um confronto maior entre estes e os latifundiários.

No Brejo, a expansão e a crise das atividades canavieira e pecuária, entre os anos de 1970 e 1980, promoveram mudanças significativas no espaço agrário, que seria marcado por lutas, como confirma Moreira e Targino (2011), que deram origem a inúmeros conflitos de terra.

O principal apoio aos trabalhadores rurais veio da ala progressista da Igreja Católica, de um grupo ligado à teologia da libertação, que tem o trabalho focado no pobre e como metodologia de ação a formação de grupos de apoio à classe trabalhadora em diferentes frentes de lutas. Foi a Igreja também quem impulsionou as mudanças nos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, iniciando o chamado “novo sindicalismo”.

Um movimento social importante na luta pela terra no Brejo paraibano tem sido a CPT. Essa Pastoral tem apoiado os trabalhadores em diversas frentes de luta contra a exploração e pela conquista da terra. Os líderes religiosos tornaram-se símbolos de uma poderosa instituição, agora a favor do pobre.

Outro movimento de apoio aos camponeses na luta pela terra é o MST. Este tem na sua história de luta pela terra no Brejo Paraibano, diversas conquistas, sendo sua primeira atuação na Paraíba em 1989, no município de Bananeiras com a ocupação da Fazenda Sapucaia. Mesmo não conseguindo a desapropriação da área esse foi um marco para as diversas atuações do movimento na Paraíba.

Todos esses elementos foram importantes para a compreensão da luta pela terra no Brejo Paraibano, a formação territorial de Bananeiras e a formação do Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima. A partir dos trabalhos de

campo e dos diversos momentos da pesquisa foi possível observar que existem mudanças dentro da configuração espacial daquela área, bem como das pessoas que a ocupam.

Na perspectiva geográfica o conceito de território nos possibilitou o entendimento sobre a disputa entre propriedade privada e propriedade camponesa e sobre a luta entre capital e trabalho no campo.

No estudo sobre o PA Nossa Senhora de Fátima, ficou compreendido que a luta dos trabalhadores era contra a exploração e abuso por parte do patrão, o proprietário das terras. Neste sentido o conflito teve como característica a luta dos trabalhadores para construção de um território de trabalho em lugar do território de exploração.

No momento do conflito se observou que na disputa territorial entre o proprietário da terra e os trabalhadores o território assume tanto o caráter jurídico-político como cultural e econômico, corroborando a tese de Haesbaert (1997) sobre as três vertentes que podem ser utilizadas sinteticamente para abordar o território. De fato, durante a pesquisa foi observado através de documentos e palavras as diversas maneiras que cada lado em disputa se utilizava para justificar o domínio sobre o território.

No caso do conflito da Fazenda Alinorte não se pode dizer que ele decorreu de um processo da desterritorialização e da luta pela (re)territorialização do camponês sem terra uma vez que o conflito se deu entre os camponeses que viviam na terra e os proprietários. Nesse caso o que se tem é uma luta contra a extração da renda e pelo direito à terra.

A luta pela terra na área de pesquisa trouxe mudanças significativas no espaço geográfico do Brejo paraibano, a exemplo da quebra do monopólio do domínio latifundiário sobre a terra em várias localidades. O Projeto de Assentamento Nossa Senhora de Fátima exemplifica de maneira clara essa mudança, pois a Fazenda Alinorte que só tinha um proprietário, atualmente tem quarenta e duas (42) famílias assentadas, com o reconhecimento de suas posses e o direito de residir e produzir na área para a sua sobrevivência.

A quebra do monopólio da terra ocasionou a mudança na forma de organização da produção e do trabalho na propriedade. O antigo latifúndio tinha por base a pecuária, com a maior parte da terra ocupada com a pastagem. Hoje o assentamento, com pouco mais de $\frac{1}{4}$ de área do antigo latifúndio, tem uma

produção policultora alimentar muito superior ao latifúndio de outrora. Essa produção de alimentos é importante para o abastecimento da própria família assentada, bem como para a população da circunvizinhança que adquire os produtos nas feiras livres das cidades locais.

Mesmo com a conquista da terra o Assentamento não está livre de desafios e de conflitos internos. Assim, concorda-se com Moreira, Targino e Leno Neto (2000), quando afirmam que há uma mudança significativa do período de luta para o da vida cotidiana no assentamento, com a conquista da terra, sem o jugo da exploração.

Para os autores, são muitos os fatores que de certa maneira desestabilizam a união do grupo que outrora lutava pela mesma causa. São fatores que vão desde a formação da Associação de moradores, forma de organização estranha para a maioria dos assentados que anteriormente só obedecia às ordens do patrão, e que passam a ter o poder de decidir a vida de um determinado grupo de pessoas. Há, também, a influência dos órgãos governamentais e financeiros, a exemplo de quando um banco facilita determinada linha de crédito muitos são tentados a adquirir os empréstimos sem um planejamento prévio, muitas vezes visando o dinheiro, podendo, por isso, gerar um endividamento do assentado.

Sobre a questão de agências financeiras, os assentados do PA Nossa Senhora de Fátima deverão, em 2012, obter algumas linhas de créditos como o PRONAF, em virtude da finalização do PDA.

A constituição da Associação de moradores foi uma exigência dos órgãos governamentais para a implantação dos Projetos de Assentamento. Como não era uma prática comum aos assentados, muitos não participam das reuniões. A pouca participação dos assentados em atividades promovidas pela Associação foi observada no PA Nossa Senhora de Fátima. As reuniões com maior número de presentes são aquelas voltadas para tratar sobre empréstimos ou que são realizadas com o pessoal do INCRA.

No período de estudo pode-se observar que existe a necessidade de uma política agrária e agrícola mais eficiente que envolva todas as esferas do poder público, tanto em nível federal, estadual como municipal para resolver problemas simples que existem no Assentamento como água potável, escola, posto de saúde, ambientes de lazer etc.

Conseguimos observar que o conceito de “Territórios de Esperança” que está sendo construído por Emilia Moreira pode ser aplicado no âmbito da pesquisa realizada, pois o assentamento nasceu da resistência dos camponeses para permanecerem na terra em que trabalhavam. Mesmo com a justiça se posicionando favorável aos interesses do patrão, a união do grupo de camponeses e o apoio da Igreja foram vitais para a conquista da terra.

Com as conquistas os camponeses se reproduzem de diferentes modos rompendo com o sistema dominante da exploração do homem pelo homem. E isso se pode compreender na medida em que se vai conhecendo a história de formação do PA Nossa Senhora de Fátima, suas lutas e desafios, em que as famílias camponesas vivem da terra e pela terra, compreendem a terra como um bem maior.

Finalizando, este trabalho torna-se mais uma contribuição para compreender o processo de luta pela terra, bem como para entender, através da experiência de luta pela terra e de vida na terra no PA Nossa Senhora de Fátima, a importância da reforma agrária para diversas famílias que antes eram exploradas e hoje são donas de seu próprio pedaço de chão. Uma antiga terra de exploração/negócio se transformou em terra de trabalho, em um território de esperança.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E de; GOMES, P.C. da Costa; CORRÊA, R.L. **Explorações Geográficas**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, Cap. 6, p.197-246.

ALMEIDA, A. Augusto de. **Brejo paraibano: Contribuição para o inventário do patrimônio cultural**. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1994, 99p.

ALMEIDA, H. **Brejo de Areia**. João Pessoa: A União, 1980.

ALVES, Flamarion Dutra; FERREIRA, Enéas Rente. Panorama metodológico na geografia rural: apontamentos para a história do pensamento geográfico. **Anais:1º Simpósio de Pós-Graduação do Estado de São Paulo**. Rio Claro. 2008, p.885 - 895

ANDRADE, Manoel C. de. **Nordeste: alternativas da agricultura**. Campinas/SP. Papirus: 1998, 77p. (série educando)

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no nordeste**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de. **A Economia política do açúcar e do álcool no Brasil**. Série Debates, nº 39. Cadernos de Economia (mestrado em Economia), Campina Grande, 1993, 160

ARAGÃO, Paulo Ortiz Rocha de; PAKMAN, Elbio Troccoli: O Proálcool e as transformações no Espaço Agrícola da Paraíba. Campina Grande/PB. **Raízes**, nº 8, jan./dez. 1981

BALDUÍNO, Tomas. A ação da Igreja Católica e o desenvolvimento rural. **Estudos Avançados**, São Paulo, Ano 15, nº 43, p. 7-22, 2001.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis; Vozes, 1984. 141 p.

BELEDELLI, Senira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira de. Assentamento, sua cultura, identidade e organização . **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** . São Paulo, 20 a 26 de março de 2005

BERTOLAZZI, Annalisa. **Novo Sindicalismo no campo paraibano: continuidades e mudanças**. 1989, 240f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

BOITO JR., Armando. **O Sindicalismo na política brasileira**. Campinas/SP: UNICAMP, 2005. 309p.

BORDO, A. A.; SILVA, C. H. P.; NUNES, M.; BARBOSA, T.; MIRALHA, W. **Diferentes Abordagens do Conceito de Território**. São Paulo, FCT/UNESP, 2004. Disponível em < www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/ > acessado em 20 de julho de 2008.

BORGES, Altomiro. Origem e papel dos sindicatos. In: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG. **I Módulo do Curso Centralizado de Formação Política – Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC**. Brasília, 14 a 25 de agosto de 2006. Disponível em < http://www.teiadigital.com.br/Central2.0/images/Site_6/origemsind.pdf >. Acesso em 18/11/2011.

BRASIL. **Decreto Lei. nº8127 de 24 de outubro de 1945**. Altera e dá nova redação ao Decreto-lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1945

BRASIL. **Decreto Lei. nº8127 de 24 de outubro de 1945**. Altera e dá nova redação ao Decreto-lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispõe sobre a organização da vida rural. Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1945

BRASIL. **Decreto no 2.614, de 3 de junho de 1998**. Altera a redação do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, por meio de compra e venda.

BRITO, F. B. de; PESSOA, R. B. Da origem da geografia crítica a geografia crítica escolar. **10º Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia**. Porto Alegre. 30 de ago. a 2 de set de 2009.

BUTH, Fernanda; CORRÊA, Walquíria Krüger. A reconstrução do território a partir e assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite. **Da Luta pela terra à luta pela permanência na terra: resgate da discussão e avaliação de experiências concretas de reforma agrária na Paraíba**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 1994.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010. 360p.

CARVALHO, Simone Pereira de; CARRIJO, Ed Licys De Oliveira. A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. 2007. Londrina, PR. **Anais**. pp. 1-13. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/6/685.pdf> > , acessado em 05 de mai de 2011.

CHAYANOV, V. A. Sobre Teoria dos Sistemas Não Capitalistas. In: SILVA, J. G. & STOLCKE, V. **A. questão Agrária**. São Paulo, 1981.

CORDIOLLI, Marcos Apontamentos sobre o método dialético em Karl Marx. Curitiba: A Casa de Astérion, 2009.

COSTA, Marcel C; LEITÃO, Kátia M. de A. S. **Levantamento preliminar de dados e informações sobre o imóvel rural denominado: “Alagamar, Lagoa Dantas, Manipeba, Maniçoba, Riacho da Picada, Alagamar e São Luiz”**. João Pessoa: INCRA/PB, 1997 (Relatório técnico).

DELGADO, Guilherme c.. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: em estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados** [on line]. 2001, vol. 15, n.43, p. 157-172. Disponível em: < <http://www.iea.usp.br/iea/revista/>> , acessado em 13 de mar. de 2011.

FABRINI, João Edmilson. O Movimento Camponês E Os Movimentos Sociais No Campo. In: Simpósio Internacional de Geografia Agrária, II. 2007 b, Londrina-Paraná. **Anais...** 2007, p.1-27.

FABRINI, João Edmilson. **Os Assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 283 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, SP. 2002.

FABRINI, João Edmilson. Resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente, SP, Ano 10, nº. 11 p. 8-32, Jul.-dez./2007.

FERNANDES, B. M. Territórios da questão agrária: campesinato, reforma agrária e agronegócio. **Reforma Agrária**. Volume 34, Nº2, P. 77-94, Jul – dez 2007.

FERNANDES, B.M. **Entrando nos territórios do Território**. 2008. Disponível em http://www4.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em 07/10/2011.

FREITAS, Marta Erislândia de Lima. Impactos da reforma agrária sobre a estrutura fundiária e o uso do solo na Zona da Mata paraibana. 2001. 95f. **Monografia** (trabalho de conclusão de curso), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

GASPAR, Lúcia. **Ligas Camponesas**. 2009. Disponível em < http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_conte>. Acessado em 27 de dez de 2011.

GOMES, Paulo C da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONDIM A.W.A. **Geeconomia e agricultura no Brejo Paraibano**. João Pessoa: Editora Universitária, 1999. 209p.

GOENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J.P. (org.). **A questão agrária hoje**. 2.ed. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1994, Cap.1, pp.15-44.

GUIMARÃES. A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade – a rede “gaúcha” no nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **DOS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS À MULTITERRITORIALIDADE.** Porto Alegre, 2004. Disponível em <www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf> acessado em 20 de julho de 2008.

HOLANDA, Raimunda C. C; Melo, Maria A. T de. **Laudo de Avaliação do Imóvel Rural denominado: “Fazenda Lagoa Dantas”, município: “Bananeiras e Belém”.** João Pessoa: INCRA, 2004.

HOUAISS, Antônio, e Mauro de Salles VILLAR. **Dicionário Houaiss da língua.** 2001

IBGE. **Cidades.** 2011. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> >. Acesso em 07/04/2011.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? In: WELCH, Clifford Andrew (et al.). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas, v.01.** São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. Cap. 13, p.271-298.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne. (vol III).** Paris: L'Arche, 1981.

LIMA, Silvânia Félix de. **Impactos Territoriais da Criação de Assentamentos Rurais: o caso dos PA's Timbó e Mata Verde – Espírito Santo/RN.** 2010. 157f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação.** São Paulo: Cortez, 1991. 120p.

MARIANO NETO, Belarmino. **Abordagem Territorial e Enfoques Agroecológicos no Agreste /Brejo Paraibano: Desenhos, Arranjos e Relações.** 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Universidade Federal de Campina Grande/Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e Imaginário -memória cultural, natureza e submundialização.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MARTINS, José de S. **Os Camponeses e a política no Brasil.** 5.ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 1995.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência. A questão política no campo.** 2. Ed. São. Paulo: Hucitec,1982.

MELLO. José O. de Arruda. **História da Paraíba: Lutas e resistência.** 11.ed. João Pessoa: A União, 2008, 280p.

MENEZES, Marilda; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emília. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da Memória dos seus protagonistas. **Revista Ruris.** São Paulo. 2011.

MIRALHA, Wagner . Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA** Presidente Prudente/SP, Ano 9, n. 8 pp. 151-172 Jan./Jun. 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no Estado da Paraíba**. 2008. 500f. Tese (doutorado em Geografia em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo.

MOREIRA Emilia. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Editora universitária/UFPB, 1997. Vol 1 e 2.

MOREIRA, E. **Mesorregiões e Microrregiões da Paraíba: Delimitação e Caracterização**. Joao Pessoa: GAPLAN, 1989.

MOREIRA, E. Processo de Ocupação do Espaço Agrário Paraibano. **Textos UFPB/NDIHR**, Nº 24 set/1990. Disponível em <http://www.ndihr.ufpb.br/programa/processo_de_ocupacao.html>. Acesso em 02/02/2011.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Univeritária/ UFPB, 1997, 332p.

MOREIRA, E.; TARGINO, I. et all. ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL PARAIBANO: na busca das origens. **Revista Cadernos do Logepa** – Série Texto Didático Ano 2, Número 4 - Jul/Dez de 2003.

MOREIRA, E; TARGINO, I. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **REVISTA NERA** – ano 10, n. 10 – jan/jun de 2007, pp. 72-93..

MOREIRA, E; TARGINO, I. Espaço, Capital e Trabalho No Campo Paraibano. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, número especial, p. 147-160, out. 2011

MOREIRA, Emilia. **Atlas de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996.

MOREIRA, Emilia. **Da concepção de espaço e de espaço agrário à reflexão sobre território(s) de esperança: uma contribuição ao estudo da agricultura camponesa no Nordeste do Brasil**. Palestra proferida no (2007) na Universidade Estadual da Paraíba.

MOREIRA, Emília. **O Espaço paraibano enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: [s.n], 2011.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas. **Revista NERA**. Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

NÓBREGA, H. Evolução Histórica de Bananeiras. **Revista do instituto Histórico e Geográfico Paraibano**. Nº 16, 1968, pp. 9 -46.

NOSELLA, P; BUFFA, E. As pesquisas sobre instituições escolares; o método dialético marxista de investigação. **EccoS- Revista Científica**. São Paulo, v.7, n.2, p. 35-358, jul./dez. 2005

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In. CARLOS, Ana Fani Alessandri (org). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo:Contexto, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, SP, Ano 15, nº 43, p. 185 – 206, 2001.

PARAIBA, Governo do Estado. Caracterização dos Solos. In: _____. **Plano Estadual de Recursos Hídricos**. João Pessoa: AESA, 2006, cap. 2. Disponível < <http://www.aesa.pb.gov.br/perh/> >. Acesso em 18/05/2011.

PIZZOLATTI, Roland Luiz ; ROCHA, Fernando Goulart. A importante e difícil opção por um método na pesquisa . **Caminhos de Geografia**. Uberlândia / MG. vol 5, nº13, pp. 56 - 64, Out/2004.

POLETO, Ivo. A Igreja, a CPT e a mobilização pela reforma agrária. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, capítulo 4, p. 137 – 158.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder..** São Paulo: Ática, 1997.

RAMOS, Carolina. **A construção do sindicalismo rural brasileiro**. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. 2010. Sergipe. Universidade Federal de Sergipe - 18 a 21 de outubro de 2010. Disponível em < <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Grupos.html> > Acesso em 05/11/2011.

RAMOS, Carolina. **A construção do sindicalismo rural brasileiro**. In: VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura. 2010. Sergipe. Universidade Federal de Sergipe - 18 a 21 de outubro de 2010. Disponível em < <http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/Grupos.html> > Acesso em 05/11/2011.

SANTIAGO, Vandeck. **FRANCISCO JULIÃO: Luta, paixão e morte de um agitador**. Recife; ALEP, 2001. 69 p. Disponível < <http://www.alepe.pe.gov.br/sistemas/perfil/parlamentares/01pdf/FranciscoJuliao.pdf> > . Acessado em 03 de jan. de 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2009, 384p.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. 6.ed. São Paulo: Edusp, 1980, 285p.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS. Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SILVA, José Barbosa da. **Assessoria e movimento popular: Em estudo do Serviço de Educação Popular (SEDUP)**. 1992, 252f. Dissertação (Mestrado em Educação de Adultos). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

SILVA, José graziano da. **O que é questão Agrária**. 15.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp.114. (Série primeiros passos)

SILVA, José Valtécio Brandão. **O direito de ficar na terra. Omissões do Estado e a construção de um novo sujeito coletivo de direitos**. Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2002 (Dissertação de Mestrado).

SILVA, M. Luis da. **Bananeiras: Apanhados históricos**. João Pessoa: Sal e Terra, 2007, 122p.

SILVA, Manuel Vieira da. **Do Sítio Cabloco ao Assentamento Nossa Senhora das Graças: Território de exploração versus território de esperança**. 2011, 144f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa.

SILVA, Thiago Moreira M. Presença das Ligas Camponesas na Região Nordeste. In: **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-29.

SILVA, M. Luis da. **Bananeiras: sua história, seus valores**. João Pessoa: Gráfica IPÊ, 1997, 210p.

SOUZA, Francisco de Assis Lemos de. **Nordeste, o Vietnã que não houve: ligas camponesas e o golpe de 64**. Londrina: Ed. UEL ; Ed. Universidade Federal da Paraíba, 1996. 359p.

SOUZA, Marcelo J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C.da C.; CORRÊA; R.L. (orgs). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. p.77-116.

TARGINO, I; MOREIRA, E. Proálcool, meio ambiente e emprego rural na Paraíba. VIII Encontro da [Associação Brasileira de Estudos Populacionais](http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A05.pdf).1992. Brasília. **Anais**. pp. 79-97. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/1992/T92V03A05.pdf>>, acessado em 01 de jun. 2011.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O sindicalismo rural no Brasil, no rastro dos antecedentes. **Scripta Nova**. Barcelona, Nº15, jan. 1998. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-15.htm>>. Acesso em 08/11/2011.

TOLENTINO, Michell Leonard Duarte de Lima. **Espaço agrário e campesinato em Belém, PB: mudanças e permanências**. 2010. 139 f. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

VANCOURT, R. **Estrutura da Filosofia**. São Paulo: Duas Cidades, 1964.

VESENTINI, José William (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. São Paulo: Papirus, 2004.

SITES ACESSADOS:

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Agrícola do Estado da Paraíba, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985**. Disponível em <<http://biblioteca.ibge.gov.br/>>. Acesso em 22/02/2010.

CPDOC -FGV. **O QUE É HISTÓRIA ORAL?** Disponível em <CPDOC: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral> > acessado em 16 de out de 2011.

APÊNDICES

**APÊNDICE: ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ASSENTADOS DO PA
N^a S^a DE FÁTIMA**

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AOS ASSENTADOS DO PA N^a S^a DE FÁTIMA

MUNICÍPIO: B ANANEIRAS

DATA: ____/____/2011

ENTREVISTADOR: LEANDRO PAIVA

ASSENTADO(A) ENTREVISTADO(A) (dono(a) da casa (responsável ou esposo(a) do responsável pelo lote) :

NOME DA LOCALIDADE DE MORADA DENTRO DO PA (como eles chamam o local onde fica a moradia

I – DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome:

2. Em que ano nasceu ou quantos anos tem? _____

3. Onde nasceu: _____

4. Já morava na propriedade antes do Assentamento? : ☐ Sim ☐ Não

5. Se não, onde morava (município zona rural ou urbana) antes de vir morar aqui e em que trabalhava?

6. Se trabalhava na agricultura, trabalhava em que condição? (parceiro (pagava o aluguel da terra com uma parte da produção), arrendatário (pagava o aluguel da terra em dinheiro ou com seu trabalho), assalariado, pequeno proprietário, posseiro, agregado, outro)

7. No caso do arrendatário ou pequeno rendeiro pagar a renda com trabalho, como era feito esse acordo com o proprietário? _____

7. O Senhor (a) Estudou: ☐ Sim ☐ Não

5.1 Se sim, até que série: _____

2 – Características da família do (a) agricultor (a) residente no domicílio

Nome	Posição familiar	Entrevistado	Sexo	Idade	Estado civil	Escolaridade	
						Até que série estudou	Que série estuda

1.									
2.									
3.									
4.									
5.									
6.									
7.									
8.									
9.									
10.									
11.									
12.									
13.									
14.									
15.									
16.									

Entrevistado: 1 – sim; **Sexo:** 1 – masc.; 2 – fem; **Estado civil:** 1. casado; 2: solteiro; 3: viúvo; 4: separado; **Posição familiar:** 1 – pai; 2 – mãe; 3 filho; 4 – avô e avó; 5 – parente; 6 – outros; **Área:** 1 – rural; 2 – urbana; **Escolaridade:** 1. Estudou; 2. Estuda; **Série:** 1: analfabeto; 2: 1ª.fase Ensino fundamental incompleto; 3: 1ª. fase do ensino fundamental completo; 4: 2ª.fase Ensino fundamental incompleto; 5. Ensino fundamental Completo 6. Ensino médio incompleto; 7 - Ensino médio completo; 8 - Ensino superior incompleto e 9: Ensino superior completo;

1. Quantos filhos o Sr (a) teve? _____

1.1. Quantos filhos estão vivos? _____

2. Se algum(a) filho(a) saiu de casa por que saiu? _____

3.Com que idade saiu ou saíram de casa seu (s) filhos(s): _____

4. Para onde foi ou foram (estado, cidade): _____

_____ 5. Onde se encontra(m) agora?

6.4 A saída do(a) filho(a) prejudicou o andamento dos trabalhos na atividade agrícola ou na terra: ☐

Sim ☐ Não

7.5 Se prejudicou, porque prejudicou?

III - CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PRODUTIVA

1. Quantos hectares tem o lote? _____

2. Como é o tipo de solo do lote? _____ (ver se é bom ou ruim para a agricultura e porque)

3. Tem área sem solo só com rocha exposta: ☐ Sim ☐ Não

4. Como é a topografia do lote: ☐ toda plana ☐ ondulada ☐ tem área de baixio ☐ área de várzea cortada por riacho ou rio?

Outro _____

5. Ordenamento territorial da unidade produtiva: levantar as benfeitorias existentes: ☐ coqueira ☐ galinheiro ☐ barreiro ☐ barragem subterrânea ☐ depósito ☐ pocilga ☐ cerca ☐ silo ☐ curral ☐ açude ☐ eletricidade ☐ poço ☐ cisterna ☐ cacimba ☐ Outros: _____

6. Existe alguma parte da terra que não pode ser aproveitada? ☐ Sim ☐ Não

6.1 Se sim, porque não pode ser aproveitada? _____

10. O que a terra significa para o entrevistado? _____

IV – A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO (no lote)

1. Quantos hectares da terra do lote são destinados ao cultivo de lavouras: _____

2. Hectares destinados à criação: _____

3. Quais as lavouras que cultiva: _____

4. Qual a mais importante: _____ 4.1 Por quê? _____

6. Em qual período do ano o(a) sr.(a) prepara a terra para o plantio? _____

7. Quantos hectares plantou com lavoura este ano? _____

8. Quantos hectares plantou com cada tipo de lavoura: _____

9. Quanto colheu de cada lavoura: _____

10. Teve alguma perda em alguma lavoura na safra deste ano? ☐ Sim ☐ Não

10.1 Se positivo, em que produto e qual a

causa: _____

11. Como é feita a preparação do solo para o plantio (em que consiste - etapas):

☐ Broca e derrubada ☐ queimada (coivara) ☐ destocamento ☐ gradagem ☐ marcação do terreno e piqueteamento

☐ enterrio das estações e preparo de covas ☐ plantio das mudas no campo ☐

outro: _____

11.1 Verificar o tipo de instrumento usado: ☐ próprio ☐ alugado.

11.2 Instrumentos usados: ☐ enxada ☐ grade ☐ semeadeira/plantadeira ☐ cultivador ☐ trator ☐
outros: _____

11.3 Se o trator ou qualquer instrumento é alugado: ☐ Sim ☐ Não

11.4 procurar saber a quem

aluga: _____

11.5 Como

aluga: _____

11.6 Quanto paga pela

hora: _____

12. Qual o destino da produção: ☐ toda para o consumo ☐ parte para o consumo e parte para venda

☐ toda para a venda

12.1 Procurar saber a quantidade de cada produto produzido que se destina ao consumo:

13. Qual o sistema de comercialização: ☐ vende diretamente ao consumidor na feira ☐ vende ao atravessador ☐ outro _____

14. O senhor beneficiou algum produto este ano?: ☐ Sim ☐ Não 14.1 Se positivo, qual(is) o(s) produto(s) beneficiado(s):

14.2 Verificar se para o beneficiamento alugou algum equipamento ou pagou alguma percentagem pelo uso de

algum equipamento para o beneficiamento: ☐ Sim ☐

Não _____

15.2 O clima foi favorável à agricultura em 2011? ☐ Sim ☐ Não 15.3 Se não, se teve prejuízo e como expressa este

prejuízo: _____

16. Tem assistência técnica: ☐ Sim ☐ Não 16.1 Se tem, de

quem: _____

16.2 Como é: ☐ permanente ☐ esporádica 16.3 Se esporádica, como e quando ocorre:

16.4 Qual a importância ou os problemas da assistência técnica: _____

17. Procurar saber se cria. Se sim quantas cabeças: ☐ gado N° __ ☐ cabra, N° __ ☐ bode N° __ ☐ ovelhas N° __ ☐ outros: _____

17.1 Como foram adquiridos os animais: ☐ financiados pelo Pronaf ☐ outra fonte de financiamento: _____, ☐ adquirido com recursos próprios ☐ ajuda de algum filho ☐ outros recursos: _____

18. Pedir para o entrevistado explicar o processo de comercialização do criatório _____

18.1. Destino do leite produzido: ☐ consumo exclusivo do leite pela família ☐ venda do leite

18.1 A quem vende: _____

18.2 Como vende: _____

18.3 A quanto vende o litro: _____ 18.4 Quantos litros vende por dia: _____

19. Que tipo de ração dá aos animais? _____

20. Quais são os problemas principais para a criação: ☐ água ☐ ração ☐ capim ☐ palma ☐ cana forrageira ☐ Outro: _____

21. Procurar saber se o assentado já tomou dinheiro emprestado ao banco para a sua agricultura: ☐ Sim ☐ Não

21.1 Se sim, quando tomou emprestado? _____

21.2 Se sim, em que Banco: _____

21.3 Para que finalidade: _____

21.4 Teve dificuldade para tomar o empréstimo? ☐ Sim ☐ Não 24.5 Qual foi a dificuldade: _____

21.5 Procurar saber se teve dificuldade para pagar: ☐ Sim ☐ Não 24.7 Por quê: _____

22. Que máquinas e equipamentos utiliza no processo de produção agrícola e pecuária? ☐ trator ☐ colheitadeira ☐ bomba para irrigação ☐ aspersor para irrigação ☐ caminhão ☐ carroça ☐ ensiladeira ☐ triturador ☐ debulhadeira de feijão ☐ outros: _____

22.1 Quais destes são próprios e quais são alugados ou emprestados: _____

23. Usa algum tipo de adubo ☐ Sim ☐ Não Se sim, quais os tipos: ☐ orgânico ☐ químico 24 Em que usa: _____ 24.1 Onde compra: _____

24. Quem orienta o uso e a compra? : _____

25. Guarda semente de um ano para outro: ☐ Sim ☐ Não: _____

25.1 Se guarda, escolhe as melhores sementes: ☐ Sim ☐ Não 25.2 Já ouviu falar das sementes crioulas e nos Bancos de Sementes da ASA (Articulação do semi-árido): ☐ Sim ☐ Não 25.3 Se sim, o que acha: _____

25.4 Se compra, como é que compra: _____ 25.5 A quem compra: _____

25.6 Se recebe, de quem recebe: _____ 25.7

Como se dá o processo, recebe no tempo certo: _____

26. Utiliza remédio para os animais? ☐ Sim ☐ Não

26.1 Quem orienta como usar? _____,

26.2 Quem vacina os animais: _____ 26.3 Vacinou o ano passado? ☐ Sim ☐ Não

27 Usa veneno para combater as formigas? ☐ Sim ☐ Não 27.1 Se sim, que veneno usa: _____

27.2 Onde compra: _____ 27.3 Quem orienta como usar? _____

27.4. Usa veneno para combater as pragas? ☐ Sim ☐ Não 27.5 Se sim, que veneno usa: _____

27.6 Onde compra: _____ 27.7 Para que tipos de pragas: _____

27.8 Quem orienta como usar? _____

28. Usa herbicida para limpar o mato? ☐ Sim ☐ Não 28.1 Se sim, que herbicida usa: _____

29. Utiliza a prática da irrigação? ☐ Sim ☐ Não 29.1 De que tipo: ☐ aspersão convencional ☐ gotejamento ☐ inundação ☐ micro-aspersão ☐ sistema mandalla ☐ outro _____

29.2 E em que culturas? _____

30. O que faz o entrevistado para garantir a sobrevivência dos animais, a agricultura e a sobrevivência da família durante as secas? Dê um exemplo de como foi na última seca. _____

V - ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

1. Trabalha na terra com a ajuda da família: ☐ Sim ☐ Não 1.1 Se sim, quem são os membros da família que trabalham na terra: ☐ filho ☐ cônjuge ☐ outro
parente: _____

2. Se trabalha com a ajuda da família, existe divisão de tarefas: ☐ Sim ☐ Não

3. Se trabalha com a ajuda da família, cada um tem seu roçado individual no lote e lucra com ele próprio: ☐ Sim ☐ Não

4. Contrata trabalhadores: ☐ Sim ☐ Não 6.1 Se sim, quando contrata: _____

4.1 Contrata para fazer que tarefas: _____

4.2 Contratou este ano? ☐ Sim ☐ Não 4.3 Se contratou, quantos trabalhadores contratou: _____

4.4 Quando: _____ 4.5 Para fazer o quê: _____

4.6 De onde vêm os trabalhadores contratados? _____

4.7 Como é a forma de pagamento: ☐ por produção ☐ por diária ☐ por empreitada ☐ por tarefa ☐ outro: _____

4.8 Contratou: ☐ mulheres e homens ☐ só homens ☐ só mulheres

4.9 Qual o valor da diária que foi paga aos trabalhadores _____

5. Participa na comunidade de alguma produção em grupo (ex.: criação de frango, comercialização, etc.): ☐ Sim ☐ Não 5.1 Se sim, como se dá essa atividade: _____

6. É comum aqui no Assentamento as pessoas ajudarem umas às outras no trabalho na agricultura: ☐ Sim ☐ Não

6.1 Se sim, como se dá esse tipo de ajuda: _____

7. O senhor produz ou cria noutra terra além desta: ☐ Sim ☐ Não 9.1 Se sim, em que condição: ☐ parceiro

☐ proprietário de outra terra ☐ arrendatário ☐ posseiro ☐ terra cedida ☐ trabalhador assalariado ☐ Outro

8. Se cria ou produz noutra terra em qualquer das condições acima, procurar saber o por quê: _____

9 O que o leva a trabalhar noutra terra: _____

9.1 Se o (a) assentado (a) se assalaria procurar saber, em que atividade se assalaria: _____

9.2 Por que se assalaria: _____

9.3 Qual a época do ano em que trabalha no alugado: _____

10 Em que lugar (município) trabalha no alugado: _____

10.1 Detalhes do local onde trabalha: ☐ em lotes de vizinhos ☐ em terras de grandes proprietários ☐ em terras de pequenos proprietários ☐ Outros: _____

11 Alguma outra pessoa da família que mora com o entrevistado também trabalha noutra terra: ☐ Sim ☐ Não

11.1 Se sim, em que condição: ☐ parceiro ☐ proprietário de outra terra ☐ arrendatário ☐ posseiro ☐ terra cedida

☐ trabalhador assalariado ☐ Outro: _____

12. Além da atividade agrícola o(a) sr(a) tem outra atividade que não é agrícola: ☐ Sim ☐ Não

12.1 Se sim, qual é essa atividade: _____ 12.2 Por quê tem essa outra atividade: _____

13. Outra pessoa da família que mora com o entrevistado e trabalha no lote tem outro trabalho: ☐ Sim ☐ Não

13.1 Se sim, procurar saber qual: _____ 13.2

Onde: _____

13.3 Quanto ganha por mês: _____ 13.4 Por quê? _____

14. O entrevistado troca dias de serviço com outro assentado? _____

15. Arrenda a sua terra? ☐ Sim ☐ Não, Porquê? _____

15.1 Arrenda a terra de outros? ☐ Sim ☐ Não, Porquê? _____

16. A renda do trabalho na terra (o que tira da terra)permite a sobrevivência da família? ☐ Sim ☐ Não, Se não, o que faz para complementar a renda? _____

V- POLÍTICAS PÚBLICAS (identificar as formas de recreação camponesa)

1. É beneficiado com algum programa social do estado: ☐ bolsa família ☐ programa do leite ☐ programa do pão ☐ um milhão de cisternas ☐ outro: _____

1.2 Se sim procurar saber como se dá ou se deu (caso das cisternas p. ex.) o benefício: _____

1.3 Para que é utilizado: _____

2. Já tirou dinheiro do Pronaf: ☐ Sim ☐ Não 2.1 Se sim, quando: _____

2.2 Para quê: _____

2.3 Quem fez o projeto: _____ 2.4 Como funcionou: _____

2.5 Pagou? ☐ Sim ☐ Não, 2.6 Se não pagou, explique a causa: _____

2.10 Se nunca usou recursos do Pronaf, procurar saber os motivos: _____

3. Atualmente está com algum crédito? Qual? _____

VI- INTEGRAÇÃO DA FAMÍLIA NA COMUNIDADE, NO MUNICÍPIO E SOCIABILIDADE

1. Participa da Associação do PA?: ☐ Sim ☐ Não

2. Gosta de viver aqui e de ser assentado(a): ☐ Sim ☐ Não 2.1 Por quê? _____

3. Quais as principais dificuldades que o assentado enfrenta no município: _____

4. Sua família pratica alguma religião: ☐ Sim ☐ Não, 4.1. Se sim qual? _____

_____ 4.2 Sempre foi a
mesma: _____

5. Participa de algum grupo dentro do PA? (ex: grupo de mulheres que produzem plantas medicinais; grupo de igreja; grupo de jovens; grupo de artesanato; grupo de cultura; etc...)

6. A família costuma ir à cidade? ☐ Sim ☐ Não

7. Se sim, a qual cidade? _____

8.3. O que costuma fazer na cidade:

☐ feira ☐ ir à igreja ☐ compras da casa ☐ festas ☐ associação ☐ outro

9. O que o sr. faz nas horas de folga? _____

VII – AGENTES EXTERNOS (identificar as formas de recreação camponesa)

1. Utiliza assistência técnica na atividade agropecuária: ☐ Sim ☐ Não
- 1.1 Se utiliza, quem presta assistência técnica: _____
- 1.2 Como avalia a assistência técnica: _____ 1.2 Se não utiliza, por quê: _____
2. A prefeitura municipal tem alguma política voltada para os assentamentos? ☐ Sim ☐ Não
- 3.. O STR do município tem atuado junto aos assentados deste PA? ☐ Sim ☐ Não
- 3.1. O (A) senhor(a) é sindicalizado(a) ☐ Sim ☐ Não
- 3.1 Se o STR atua no PA como e em que atua: _____
- 3.2 Qual a importância do STR para os assentados do PA?: _____
- _____
6. Os políticos da região visitam/fazem reunião com os assentados ou lhes dão assistência: ☐ Sim ☐ Não

VIII - CONDIÇÕES DE VIDA

1. A casa em que mora é melhor ou pior do que a que vivia antes de vir para o PA? _____
2. De que é feita a sua casa?
- tijolo ☐
- barro ou taipa ☐
- tijolo e taipa ☐
- palha ☐
- 2.1 De que era feita sua casa antes do PA?
- tijolo ☐
- barro ou taipa ☐
- tijolo e taipa ☐
- palha ☐

3. Quantos cômodos tem sua casa? (exceto banheiro)? _____
4. Quantos cômodos tinha sua antiga casa? (exceto o banheiro). _____
5. A casa tem água encanada: ☐ Sim ☐ Não. E a que morava antes tinha água encanada? ☐ Sim ☐ Não
6. De onde vem a água de beber: _____
- 8 De onde vem a água para outro uso doméstico: _____
9. A casa é ligada a rede de energia elétrica: ☐ Sim ☐ Não
10. A casa tem banheiro? ☐ Sim ☐ Não. Se sim, dentro de casa ☐ ou fora da casa ☐
11. Possui algum meio de transporte? ☐ Sim ☐ Não
12. Se sim, foi adquirido antes ou depois do assentamento? ☐ Antes ☐ Depois

12.1. Se sim, qual?

Meio de transporte	Quantidade	Adquirido antes ou depois (A-antes; D depois)
121.1. Bicicleta		
121.2. Moto		
121.3. Animal para transporte		
121.4. Automóvel de passeio		
121.5. caminhonete		
121. caminhão		
121.7. Outro (especificar)		

13. Quais os eletrodomésticos que possui?

Eletrodoméstico	Sim	Não	Já possuía antes	Adquiriu depois que veio para o PA -(A-antes; D depois)
Fogão a gás				
geladeira				
TV				
Antena parabólica				

rádio				
som				
liquidificador				
Batedeira de bolo				
Ferro elétrico				
DVD				
Máquina de lavar				
computador				

XI- RENDA (identificar elementos que caracterizam a recriação camponesa)

1. Quanto paga de energia elétrica por mês _____

2. Se tiver outra casa. Quanto paga de água por mês na casa onde mora: _____

3. E no sítio paga água para alguma coisa (através de carro pipa, ou outra forma de abastecimento)? _____

4. Se tem fogão a gás, quanto tempo passa com um bujão de gás? _____

5. Se o fogão é a lenha, compra a lenha? ☐ Sim ☐ Não

5.1 Se compra, quantos reais gasta por semana com lenha: _____

7. Usa carvão para cozinhar: ☐ Sim ☐ Não

7.1 Se usa quantos reais gasta por semana com a compra de carvão: _____

7.2. Quanto gasta na feira semanal?(ver quanto gastou na semana anterior) _____

8. Quais são outras fontes de renda que o entrevistado tem? ☐ aposentadoria ☐ salário regular ☐ trabalho alugado ☐ serviço prestado ☐ atividade comercial ☐ remessa de familiar ausente ☐ outras

9. Alguém além do entrevistado **que mora na casa recebe algum tipo de aposentadoria?** ☐ Sim ☐ Não Se sim esta aposentadoria ajuda na renda da família? ☐ Sim ☐ Não

ANEXOS

Anexo A - Pedido de desapropriação dos trabalhadores da fazenda Alinorte.

ARQUIVO: CPT/GB^a
 DATA: 10/04/97

Pedido de Desapropriação ao INCRA - PB

Prezado Sr. Superintendente e todos os que fazem o Incra, nós moradores e rendeiros das Fazendas Alinorte (carrinhos), Manicoba e Lagos Dantas, formando uma só área do Sr. Mauricio Gama, com mais de 2000 ha., Bananeiras-PB.

Pedimos desapropriação urgente. Somos mais de 90 famílias trabalhando nesta área há mais de 5, 10, 20 anos e muitos tem nascido e se criado aí. Quase tudo é coberto de mato, só está limpo onde nós destacamos e plantamos e beneficiamos. Não temos terra, mas somos possuidores de direitos nestas áreas, pelo trabalho e pelo tempo.

Montamos a lista dos nossos nomes:

Alinorte (Carrinhos)

1. Luiz Jerônimo da Costa
2. José Jerônimo da Costa (Beto)
3. José Jerônimo da Costa (Mino)
4. José Jerônimo (Zé Manú)
5. José Jerônimo da Cruz
6. José Estevão da Silva
7. Antônio Jerônimo da Cruz
8. Antônio Romualdo da Cruz
9. Edmilson Paulino dos Santos
10. Francisco Cândido Rodrigues
11. Mário Fidelis
12. João Lima da Silva
13. João Francisco da Silva
14. João Fidelis dos Santos

Alinorte (Sítio Manicoba)

1. Heleno Gerônimo
2. José Jerônimo
3. João Gomes
4. José Venancio dos Santos Filho
5. Severino de Souza
6. Manuel Figueira
7. José Mendes
8. Dadá
9. José Amarante Marques
10. João Marques Sobrinho
11. Mamel Borges da Silva
12. Mamel Iranildo da Silva

Continuação Fls. 02 -

13. Ivanildo Luis Batista
14. Paulo Amarante da Silva
15. João Amarante da Silva
16. José da Silva Marques
17. José Idalino da Silva
18. José da Silva Marques
19. Pedro de Souza do Amaral
20. Luis Lagoa
21. Luis Severino da Silva
22. José Abreu da Silva
23. José Godoi de Alustal
24. Gil Augusto
25. Antonio Marinho dos Santos
26. Bolda
27. Luis Pedro dos Santos
28. Antonio Amaro da Silva
29. Pedro Ferreira de Lima
30. José Avelino da Silva
31. João Gomes da Cruz
32. João Batista da Costa

Alinorte (Lagoa Dantas)

1. Manuel José da Silva (Mariano)
2. João Batista da Silva
3. Francisco das Chagas Silva
4. Angelino José da Silva (nozinho)
5. Emanuel da Silva
6. Cláudio da Silva
7. Cláudia Aparecida da Silva
8. Zé Guilherme da Silva
9. Antonio Guilherme da Silva
10. Luis Guilherme da Silva
11. Manuel Luis da Silva
12. Irene Mendes da Silva
13. Fábio Mendes da Silva
14. Severina Vieira dos Santos
15. Joaquim Olivio Alves
16. Zé Luzia
17. João Venasio dos Santos
18. Francisco Pedro da Silva
19. José Pedro da Silva
20. Manoel Idalino da Silva

Continuação Fls. 03 -

21. Antonio Francisco de Sousa
22. Luis Francisco Paulino
23. Cicero Paulino
24. José Abdias Roseno
25. Severino Ramos da Silva
26. Antonio Pedro da Silva
27. Irandi da Silva
28. Rogério da Silva
29. Iracema da Silva
30. João Pedro da Silva (Zequinha)
31. José André de Sousa
32. Manuel Antonio da Silva
33. Cicero Marques Pereira
34. Luis Marques Pereira da Silva
35. Joseildo Joaquim
36. Francisco Ribeiro da Silva
37. José da Costa
38. José dos Santos
39. José Olívio Alves Segundo
40. João Marcio Vieira
41. João Maximo de Oliveira
42. Antonio Gomes Ferreira
43. José Braga de Oliveira Neto
44. José Carlos Antonio da Silva
45. José dos Santos de Lima

Pedimos que seja encaminhado pela CET e pelo CODH.

- Saturno & Souza

Bananeiras, 08 de abril de 1997

João Soares da Cruz
Luis Jacquinno da Costa

Manoel da Silva
Francisco dos Anjos Silva
Antonio Rosmualdo da Cruz
João Pedro da Silva

Antonio e Amilton de Souza

Anexo B - O 1º processo por promovente o Sr. Mauricio de Araújo Gama e promovido o Sr. Vicente Olegário e outros.

José Ricardo Porto



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
PRIVATIVA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E DO MEIO AMBIENTE

200970006926

MAURICIO DE ARAUJO GAMA e
sua esposa - srª MIRIAM DE ARAUJO GAMA, brasileiros,
casados, proprietários, residentes e domiciliados à rua
Catulo da Paixão Cearense 627, Edifício "Village Torres"
- aptº 402, Jardim Luna, nesta Capital, através de seu
procurador e advogado José Ricardo Porto (OAB/PB. 2726) IN
FINE assinado, escritório profissional à rua Padre Meira
35, Edifício "Paraná", salas 403/405, centro, também em
João Pessoa/PB., onde recebe as comunicações judiciais de
estilo, constituído no incluso instrumento de outorga
- DOC. 01, respeitosamente, v ê m perante Vossa
Excelência com fulcro no artigo 932 e segs. do Código de
Processo Civil = requerer

INTERDITO PROIBITORIO COM PEDIDO LIMINAR

contra PEDRO BERNARDINO; VICENTE OLEGARIO; MANOEL PEREIRA;



ADAUTO MENDES ("MEN"); JOSÉ NILDO; HORACIO MENDONÇA; MARIA DA GLORIA ("GLORINHA GALEGA"); GETULIO SILVA ("GE"); MARIA DE FATIMA; MANOEL DUARTE; CREUSA DE TAL E OUTROS (QUE NÃO INDICAM OS SEUS NOMES SOB A ALEGAÇÃO DE SER ESTA A ORIENTAÇÃO DOS DIRIGENTES DA "PASTORAL DA TERRA"), TODOS BRASILEIROS, ESTADO CIVIL IGNORADO, SE-DIZENTES AGRICULTORES SEM-TERRA, ALGUNS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE BELÉM E OUTROS EM BANANEIRAS, GUARABIRA E CIDADES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, PODENDO SEREM ENCONTRADOS, ATUALMENTE, NAS IMEDIAÇÕES DO IMÓVEL DOS PROMOVENTES.

alegando o que se segue.

RESUMO DO FATO

1. Os peticionários são legítimos senhores e possuidores das propriedades "Alagoa Dantas"; "Manicoba" e "Riacho da Picada", áreas anexas formando um único imóvel rural, situado no limite do Município de Bananeiras com o de Belém/PB., perfazendo uma área de 1.784,2 (mil setecentos e oitenta e quatro vírgula dois hectares) de terras.

2. Dito imóvel está devidamente registrado no Livro 2-L, fls. 078, R-03-1753 do Cartório Privativo do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Bananeiras, deste Estado, tendo em vista ser nesta Comarca onde está localizada sua maior área e a casa sede) - DOC. 02 certidão do registro do imóvel no Cartório Privativo do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Bananeiras/PB.



3. O referido imóvel possui os seguintes

LIMITES E CONFRONTAÇÕES

AO NORTE - com terras pertencentes a Luiz Leite; Geraldo Simões; Walter Machado; Antonio Romualdo; João Matias e Mozart Bezerra.

AO SUL - com terras de Heleno Batista; Gilberto; herdeiros de Ernesto de Tall; Venâncio; Sebastião V. dos Santos e Maria Celestina.

AO NASCENTE - com terras de Mozart Bezerra; Luiz Cruz Neto; Rodovia PB 55 e José Florêncio.

AO POENTE - com terras de herdeiros de Geraldo Simões Pimenta; Luiz Rocha; Manoel Abílio; Antonio Mendes da Silva; Manoel Cândido Rodrigues; Antonio Justino; Severino Gameleira; Antonio Marcos; Luiz Cleodon e Heleno Batista.

respeitados. Limites estes certos, definidos e

4. Os promoventes sempre tiveram a posse mansa e pacífica da aludida área, na qual cultivam mandioca, feijão, milho e capim e fazem criação de gado para corte e produção de leite.



5. Desde o início do mês em curso que defronte a propriedade, que - repita-se - fica à margem da estrada Guarabira-Pirpirituba-Belém, tem sido notada uma estranha movimentação de veículos que estacionam e de dentro dos quais pessoas estranhas à região efetuam a filmagem do imóvel dos peticionários através de câmeras de vídeo.

6. Domingo último, alguns caminhões pararam repletos de pessoas desconhecidas gritando "alô gans" do Movimento dos "Sem Terra" desceram dos veículos e entoando cânticos da Pastoral da Terra, passaram a orar ORIENTADOS PELO PADRE LUIZ PESCARMONA - DE NATURALIDADE ITALIANA, RESIDENTE NA CASA PAROQUIAL DA CIDADE DE GUARABIRA/PB., figura por demais conhecida em toda a região do Brejo da Paraíba pelo ostensivo comando que exerce e pela sua agressiva militância no Movimento dos "Sem Terra".

7. É voz corrente em toda a Região que está sendo programada uma ação conjunta dos "Sem Terras", objetivando o desembarque de centenas de camponeses nos Municípios de Belém e Bananeiras, para invadirem vários imóveis rurais, notadamente a gleba de terras pertencente aos suplicantes.

A L I A S ,

PREVENINDO DIREITOS E RESPONSABILIDADES, O PRIMEIRO PROMOVENTE DIRIGIU-SE A DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BELÉM/PB., ONDE PRESTOU A DEVIDA QUEIXA, NARRANDO E REGISTRANDO A OCORRENCIA - DOC. 03

Assim sendo, o temor encontra-se alicerçado em circunstâncias de fatos concretos e não em meras suposições como acima destacado, notadamente quando outras propriedades rurais na área do Brejo paraibano já foram invadidas, invasões essas antecedidas dos mesmos reituais e preparativos, como é do conhecimento de Vossa Excelência.

ESTE - O FATO.



QUARTO - CONDENAÇÃO DOS PROMOVIDOS EM CUSTAS
PROCESSUAIS E HONORARIOS ADVOCATICIOS EM 20% SOBRE
O VALOR DA CAUSA.

AD CAUTELAM - Protestam os autores por todos os meios de
P R O V A S em direito admitidos, depoimentos dos
promovidos - pena de confissão; juntada de novos documentos
e requisição dos que se encontrem em repartições federais,
estaduais ou municipais; perícias com arbitramento; audição
das testemunhas abaixo arroladas que comparecerão
independentemente de intimação, tudo o que, de logo, fica
requerido.

Com cópias para as citações, dá-se à
causa o valor meramente fiscal de R\$ 100,00 (cem reais).

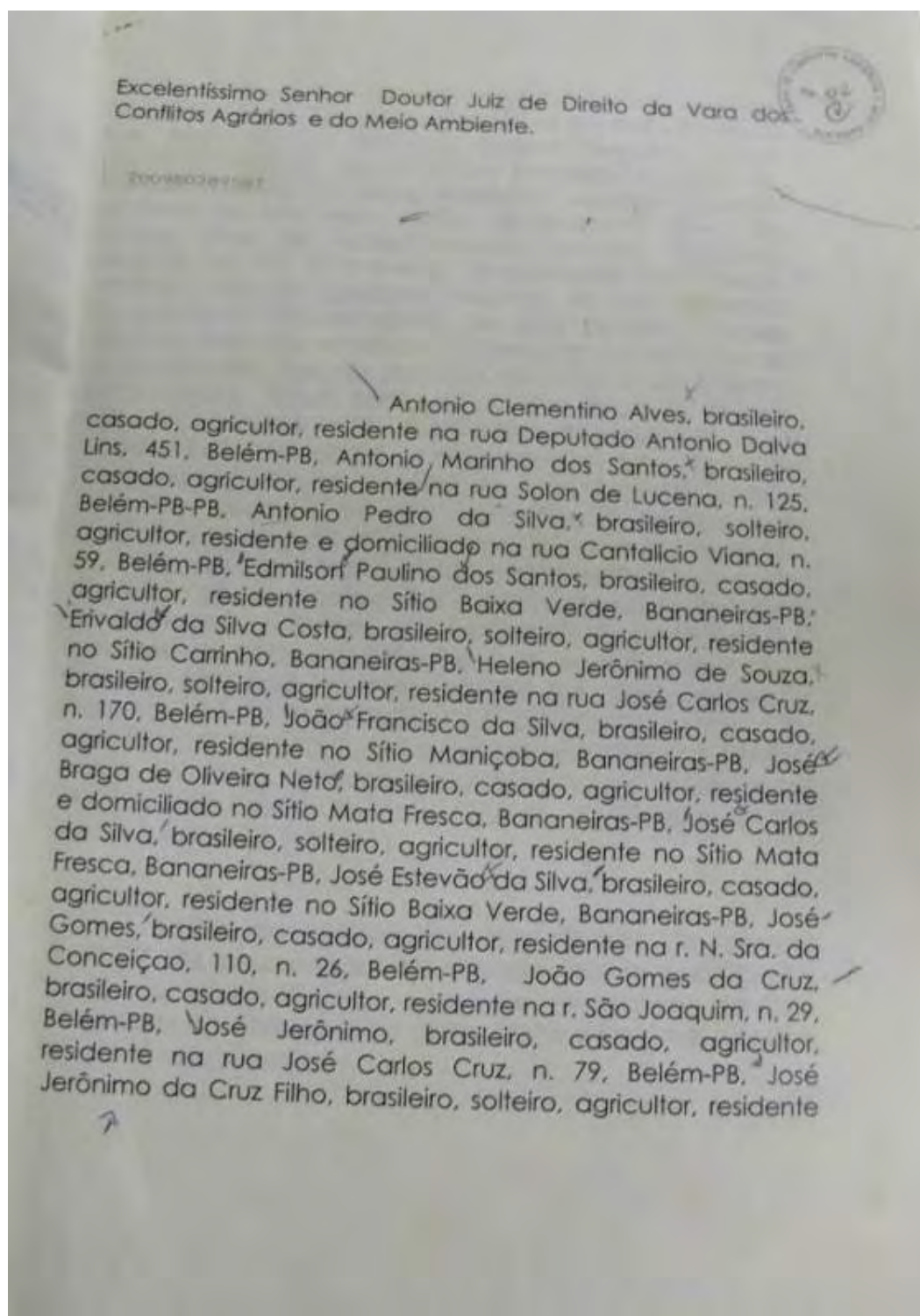
Nestes termos, PEDE DEFERIMENTO.
João Pessoa, 11 de abril de 1997.

JOSÉ RICARDO PORTO, ADVOGADO - OAB/PB.

TESTEMUNHAS QUE COMPARECERAO INDEPENDENTEMENTE DE INTIMAÇÃO:

- 1) - Marcos Serrano de Oliveira;
- 2) - Virginio Veloso Freire;
- 3) - Luiz Clemente e
- 4) - Antonio Maria.

Anexo C - O 3º processo gerado, sendo promovente o Sr. Antônio Clementino Alves e promovido a Srª Miriam Araújo Gama. Pedido de Reintegração de Posse





no Sítio Carrinho, Bananeiras-PB, José Olívio Alves Segundo, brasileiro, casado, agricultor, residente na rua Flávio Ribeiro, n. 364, Belém-PB, Luis Francisco Paulino, brasileiro, solteiro, agricultor, residente na rua Abdias Machado, 157, Belém-PB, Manuel Antonio da Silva, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB, Maria das Graças Alves de Souza, brasileira, casada, agricultora, residente no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB, Mário Fedelis, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Maniçoba, Bananeiras-PB, Manuel Idalino da Silva, brasileiro, casado, agricultor, residente na cidade de Belém-PB, Mauro Soares dos Santos, brasileiro, casado, agricultor, residente no sítio Carrinho, Bananeiras-PB, Paulo Rodrigues da Silva, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB, Pedro Isenerino Batista, brasileiro, solteiro, agricultor, residente na rua Pe. Aprigio, Belém-PB, Rogério da Silva, brasileiro, solteiro, agricultor, residente no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB, Severino Antonio da Silva, brasileiro, casado, agricultor, residente no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB, vêm por intermédio dos seus advogados e procuradores infra assinados e legalmente constituídos, com fundamentos nos artigos 449 e seguintes do Código Civil Brasileiro, c/c com os artigos 926 e seguintes do Código de Processo Civil em vigor, promover a presente AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE contra o Sr. MAURÍCIO DE ARAÚJO GAMA e sua esposa MIRIAM DE ARAÚJO GAMA, brasileiros, casados, proprietários rurais, residentes na rua Catulo da Paixão Cearense, 627, Edif. Vila Torres, apto. 402, Jardim Luna, João Pessoa-PB.

1. Os promoventes são arrendatários da Fazenda ALINORTE de propriedade dos senhores acima qualificados, tendo, juntamente com as suas respectivas famílias, trabalhado na agricultura de milho, feijão e fava nas áreas e tempo abaixo descrito:



	nome	área - hectares	período
01	Antonio Clementino Alves	(05) cinco hectares	1986/1998
02	Antonio Marinho dos Santos	(03) três hectares	1991/1998
03	Antonio Pedro da Silva	(10) dez hectares	1979/1998
04	Edmilson Paulino dos Santos	(10) dez hectares	1970/1998
05	Erivaldo da Silva Costa	(10) dez hectares	1988/1998
06	Helena Jerônimo de Souza	(08) oito hectares	1993/1998
07	João Francisco da Silva	(10) dez hectares	1994/1998
08	José Braga de Oliveira Neto	(15) quinze hectares	1953/1998
09	José Carlos da Silva	(15) quinze hectares	1983/1998
10	José Estevão da Silva	(10) dez hectares	1981/1998
11	José Gomes	(12) doze hectares	1970/1998
12	João Games da Cruz	(05) cinco hectares	1994/1998
13	José Jerônimo	(05) cinco hectares	1993/1998
14	José Jerônimo da Cruz Filho	(10) dez hectares	1976/1998
15	José Olívio Alves Segundo	(10) dez hectares	1989/1998
16	Luis Francisco Paulino	(05) cinco hectares	1990/1998
17	Manuel Antonio da Silva	(10) dez hectares	1959/1998
18	Manuel Idalino da Silva	(10) dez hectares	1973/1998
19	Maria das Graças Alves de Souza	(15) quinze hectares	1980/1998
20	Mário Fedelis	(10) dez hectares	1982/1998
21	Mauro Soares dos Santos	(12) doze hectares	1992/1998
22	Paulo Rodrigues da Silva	(10) dez hectares	1992/1998
23	Pedro Isenerino Batista	(12) doze hectares	1970/1998
24	Rogério da Silva	(06) seis hectares	1986/1998
25	Severino Antonio da Silva	(10) dez hectares	1963/1998

2- Para comprovação da posse dos arrendatários junta-se cópia do levantamento preliminar feito pelo INCRA/PB no citado imóvel onde consta relação dos autores.

3- No início do mês de dezembro de 1997, todos os arrendatários acima qualificados foram avisados verbalmente, pelo administrador da referida fazenda, que todos não mais trabalhariam no ano de 1998 nas condições que antes

vinha trabalhando. Convidado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Belém-PB, o citado administrador confirmou o fato.

4- Que a vontade de rescindir os contratos agrários, unilateralmente, é de iniciativa do proprietário do imóvel, o administrador apenas está sendo porta voz deste.

5- Os arrendatários tem assegurado por lei a continuação dos seus contratos, uma vez que não foram notificados formalmente, nem foi postulado em juízo nenhum pedido de retomada do imóvel para uso próprio por parte dos seus proprietários.

O Estatuto da Terra, Lei que rege os contratos agrários, estabelece que os referidos contratos podem ser firmados verbalmente ou por escrito, tácita ou expressamente. No caso, os contratos eram verbais, os agricultores recebiam a terra para trabalhar e em contra partida tinham a obrigação de arar a terra, deixando-a no ponto ideal para o proprietário plantar capim: "é o chamado contrato pelo pasto", considerado como um verdadeiro contrato agrário, e assim sendo, deve ser observado as exigências da lei no tocante ao prazo mínimo de 03 anos, preferência do arrendatário em caso de novo contrato e necessidade da notificação formal para o encerramento do mesmo.

6- No caso em tela, os arrendatários não foram notificados para entrega do imóvel, assim sendo tem-se por renovados os referidos, por tempo indeterminado.

7- Informações recentes dos autores noticiam que a proibição de cultivar a terra passou da ordem verbal para a proibição ostensiva. O proprietário do imóvel Alinorte colocou em cada porteira da propriedade um "segurança" para impedir o ingresso dos agricultores no imóvel.

8- Diante de tal situação, os agricultores não tiveram outra opção senão ingressar em juízo com a presente ação visando a proteção legal.

Face ao exposto, nos termos do artigo 499 do Código Civil e 926 e seguintes do Código de Processo Civil, requerem o seguinte:

a) designação de audiência liminar de Justificação Prévia dos fatos alegados acima, com a maior brevidade possível, haja vista a urgência que, os agricultores tem de cultivar os seus roçados, face ao início do inverno, época propícia para plantio.

b) concessão da liminar de Reintegração de Posse mediante a expedição de mandado de liminar nos termos do artigo 929 do CPC e, no final, sejam reintegrados na posse esbulhada tornando-a definitiva a liminar concedida.

c) Requer, ainda, a cominação de multa no caso de novo esbulho.

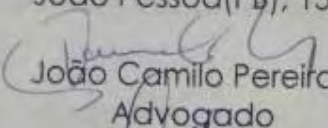
Protestam por todos os meios de provas que forem necessários, depoimento pessoal dos réus sob pena de REVELIA, testemunhas, juntadas de documentos e perícia. Esperam finalmente seja decretada a Reintegração definitiva de posse dos autores com a condenação dos réus nas custas processuais e honorários advocatícios na base de 20% (vinte por cento) do valor da ação.

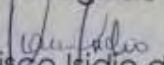
Arrolam testemunhas para audiência de Justificação de Posse, as quais comparecerão na forma da lei.

Atribuem à causa, para meros efeitos fiscais, o valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Pedem deferimento

João Pessoa(PB), 15 de agosto de 1998


João Camilo Pereira
Advogado


Francisco Isidoro da Silva
Advogado

Anexo D - Denúncia ao INCRA.

DENÚNCIA AO INCRA

DA ALINORTE (Bananeiras)
PARA O SR. SUPERINTENDENTE E DEMAIS

Prezado Sr. Superintendente

Nós trabalhadores na Fazenda Alinorte (Carrinhos, Maniçoba e Lagoa Dantas) estamos alertando o Incra e seus técnicos de fatos que estão acontecendo, na Fazenda, nestes últimos meses.

A Fazenda Alinorte, improdutiva, está sendo cortado por tratores, às pressas, plantando capim e cultivações, ao fim de enganar o Incra e conseguir atrapalhar o processo de desapropriação.

Inclusive estão fazendo cercas novas e introduzindo gado de fora.

Tudo aquilo que se encontra de cultivações, na área é fruto do nosso trabalho.

Há muitos anos que o Sr. Mauricio Gama, dono da propriedade não investe mais na área e se encontra praticamente inutilizada.

Sem mais nada para o momento.

Assina representantes dos trabalhadores

João Paulo Oliveira

Antônio Romualdo da Silva

João Góes da Cruz

João Lima da Silva

Bananeiras, 25 de maio de 1997

Anexo E - Pedido de revisão de laudo e nova vistoria se necessário.**AO INCRA
DOS TRABALHADORES DA FAZENDA ALINORTE,**

Ao Sr. Superintendente e seus coordenados

Pedido de revisão de laudo e nova vistoria se necessário.

Nós trabalhadores, 93 famílias, da Fazenda Alinorte, do Sr. Maurício Gama, em Bananeiras/PB, estamos profundamente estarecidos e humilhados com a frieza com que se tenta finalizar o processo Alinorte, e a pressa com que se comunicou ao proprietário uma duvidosa conclusão, que nós contestamos, porque poderá significar um conflito social de sérias consequências, pôr nós até agora evitado.

Estes são alguns pontos de nossa contestação.

1. Num documento do dia 25.05.97, recebido pelo INCRA no dia 02.06.97 nós avisamos que o proprietário estava cortando terra com muitas máquinas, desde quando ficou sabendo de uma iminente vistoria que demorou acontecer favorecendo o dono, que também encheu de gado as áreas. Tudo isso não foi levado em conta, achando que tudo era benfeitoria antiga, quando não passou de "maquiagem".
2. Quando o INCRA vistoriou a área NUNCA ACEITOU QUE OS TRABALHADORES ACOMPANHASSEM OS TÉCNICOS, NÃO NOS OUVIRAM nenhuma vez, valeu o tempo todo a palavra do administrador e vaqueiros. Causou a pior impressão o fato que o INCRA só vivia na sede da Fazenda onde aliás correu bastante cerveja.
3. Não fomos aceitos na indicação "real" dos limites, só a voz do proprietário valia. Possivelmente uma centena de hectares foram engolidos.
4. Examinando o mapa da Fazenda, incluído no processo, ficamos abismados vendo que no mapa, os pastos tomam conta de 800 HA, quando nós sabemos que além de uns descampados de pasto limpo, todo resto está coberto de moitas, de onde se podem tirar estacas. Tudo foi considerado "pasto". Nós não aceitamos, porque se for assim nenhuma Fazenda seria desapropriada.

5. No mapa aparecem açudes e riachos livres de mato, quando na realidade boa parte estão mergulhados no meio de capoeiras.
6. Possivelmente houve vista grossa pôr parte dos técnicos, dos quais reconhecemos a capacidade, mas não são imunes de falhas, nem eles nem suas máquinas.
7. Ainda fomos surpreendidos pôr uma exigência do INCRA, que queria que nos cadastrássemos, nossos nomes e famílias, na sede da Fazenda, onde seríamos objeto de piadas e ameaças. Conseguimos que isto acontecesse no Salão Comunitário de Belém.
8. Avisamos que depois da vistoria acontecida o proprietário continuou cortando terras semanas inteiras, e isto irá atrapalhar mais ainda uma nova vistoria, porque é tentativa de malograr a vistoria.
9. Observando o mapa resultante da vistoria na Alinorte, nós não concordamos: deve ser outra Fazenda
10. Finalmente, conhecemos na palma da mão Fazendas já desapropriadas pelo INCRA, que tem índices iguais aos da Alinorte. Exemplo: Fazenda Santa Lúcia, do município de Araçagi.

Devido a tudo isso exigimos imediatamente uma REVISÃO DE LAUDO e nova vistoria se for necessário.

Acrescentamos que nós pedimos o apoio e a experiência da CPT para sanarmos esta situação.

Certos de sermos atendidos assinamos pela Comunidade.

Belém, 17 de setembro de 1997

Anexo F – Relatório de vistoria técnica da propriedade pelo INCRA em 1997.

03-11-97

**RELATÓRIO DE VISTORIA
TECNICA****NOME :** MAURICIO DE ARAÚJO GAMA.**PROPRIEDADE:** Alagamar, Lagoa Dantas, Manipeba, Manicoba, Riacho da Picaba e São Luiz.**MUNICÍPIO:** BANANEIRAS E BELÉM/PB.**OBJETIVO :**

Atender solicitação do INCRA, que requer vistoria técnica nas Propriedades acima, através do Of. N° 463/97.

CONSIDERAÇÕES:

O imóvel localiza-se na microrregião do brejo Paraibano, ficando a sua maior parte no município de Bananeiras e uma pequena parte no município de Belém/PB./PB.

De acordo com o levantamento feito pelo INCRA através do Sistema GPS, a planta topografica apresenta uma área de 1.632,0837 ha.

Conforme a classificação de GAUSSEN o clima da região está situado na faixa bioclimática de 3b th, caracterizando-se por apresentar uma temperatura média anual de 21 a 24°C, com pluviosidade total variando entre 700 a 900 mm e a umidade relativa do ar em torno de 80%.

Apresenta um período sêco de 5 meses no decorrer do ano, sendo o período de ocorrência de chuvas nos meses de janeiro a julho.

CONSTATAÇÕES:

O imóvel apresenta em quase sua totalidade uma topografia plana/ondulada, sendo cortada a leste pelo Riacho da Picada e a oeste pelo Riacho Dantas, existindo ainda 14 barragens que são alimentados por esses riachos e alguns outros pequenos córregos no período das chuvas.

A principal atividade desenvolvida na propriedade é a pecuária extensiva (de corte), sendo que 70% da mesma está ocupada com pastagem plantada e nativa, existindo ainda, pequenas áreas que são utilizadas com culturas de subsistência (milho, feijão, fava etc) e frutíferas (coqueiro, banananeiras, etc).

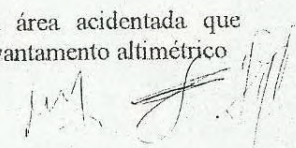
X As áreas de preservação permanente existente ao longo das margens dos riachos foram totalmente suprimidas, infringindo assim a Legislação Ambiental vigente (Lei 4771/65, Art. 2º).

X Não existe no imóvel área de reserva legal averbada, conforme determina a Lei 4771/65, Art 16, onde estabelece que 20% da área da propriedade deva ser averbada à margem da inscrição de matrícula do imóvel.

Constatou-se no âmbito do imóvel a existencia de algumas áreas que foram cultivadas e abandonadas devido as mesmas serem constituídas de solos rasos e pedregosos, onde houve a regeneração de espécies como a amorosa (Mimosa sp.) e marmeleiro (Croton hemiargyru), formando pequenas capoeiras, apresentando um porte arbustivo, áreas estas dispersas em frações na propriedade, conforme a planta topográfica

X Apenas parte do imóvel encontra-se com vegetação característica de Mata Subcaducifólia de Transição e que a maior parte foi substituída por pastagem artificial e pequenas áreas com culturas de subsistência e frutíferas.

Na parte oeste do imóvel existe uma área acidentada que corresponde a 130,00 ha, tendo em vista não existir levantamento altimétrico



não podemos precisar se a mesma se enquadra em área de preservação permanente, onde são encontradas algumas espécies remanescentes do ecossistema da região.

CONCLUSÃO/RECOMENDAÇÕES:

X Foi infringida a Legislação atinente a preservação da vegetação ciliar ao longo das margens dos riachos;

Que seja averbada todas as áreas que estão em regeneração (capociras), para compor a reserva legal da propriedade, oferecendo condições para que as mesmas se desenvolvam satisfatoriamente;

Que após o levantamento altimétrico e comprovado que a área localizada a oeste da propriedade não tenha declividade superior a 45° (preservação permanente) que a mesma seja incluída para compor a reserva legal.

JOÃO PESSOA, 03 DE NOVEMBRO DE 1997.

[Signature]
Eng. Agrônomo
CREA 1.059/PA

[Signature]
Gilberto Souto M. de Albuquerque
ENG. AGRÔNOMO
CREA - 9.271-D

[Signature]
José Juncy Zappalá de Souza
Eng. Florestal Mat. 0690652
CREA 1.059/PA

Anexo G - Liminar de Reintegração de Posse.





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DA CAPITAL
JUSTIÇA COMUM DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
VARA DE CONFLITOS AGRÁRIOS E DO MEIO AMBIENTE

MANDADO LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE

Ação: Reintegração de Posse
Processo n.: 200970006925
Promovente: Mauricio de Araújo Gama e esposa
Promovidos: Pedro Bernardino e Outros

IMÓVEL RURAL: "Alagoa Dantas, Maniçoba e Riacho da Picada"
MUNICÍPIO: Bananeiras-PB
COMARCA: Bananeiras-PB

O Exmo. Sr. Dr. João Alves da Silva, MM. Juiz de Direito da Vara de Conflitos Agrários e do Meio Ambiente, Comarca da Capital, Estado da Paraíba, em virtude da lei, etc.

MANDA ao Senhor Oficial de Justiça da Comarca de Bananeiras - PB., a quem este for distribuído e entregue, estando devidamente assinado, que em cumprimento ao presente, extraído da Ação Possessória acima caracterizada, proceda com as formalidades legais, à **REINTEGRAÇÃO DE POSSE** dos promoventes **MAURÍCIO DE ARAÚJO GAMA** e sua esposa **MIRIAM DE ARAÚJO GAMA**, na posse dos imóveis rurais denominados "Alagoa Dantas, Maniçoba e Riacho da Picada", localizados no Município de Bananeiras com o de Belém-PB, garantindo-lhes o direito de desfrutar e de dispor de forma plena e permanente do imóvel antes mencionado, em toda a sua extensão, até ulterior deliberação, efetuando

assim, o CUMPRIMENTO DA MEDIDA DE LIMINAR CONCEDIDA, que deverá ser cumprida por Oficiais de Justiça da Comarca, de Bananeiras, à luz do dia, sem qualquer violência e com todas as cautelas necessárias, para que se evite qualquer tipo de constrangimento físico às pessoas ali encontradas, principalmente mulheres, crianças, velhos e enfermos, preservando-se, igualmente, todos os seus pertences, mormente instrumentos de trabalho. Tudo nos termos do despacho exarado nos referidos autos, cuja cópia segue em anexo. CUMPRA-SE. Dado e passado nesta Capital do Estado da Paraíba, aos 11 (onze) dias do mês de 05 (maio) do ano de 1999 (mil novecentos e noventa e nove). Eu, Patriciana Lima Cartaxo, Escrivã, o subscrevi, digitei e fiz imprimir.


as) - JOÃO ALVES DA SILVA -
Juiz de Direito da Vara de Conflitos
Agrários e do Meio Ambiente

Anexo H - Acordo de comodato entre os trabalhadores e proprietário.

FRANK ROBERTO S. LINS
ADVOGADO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DE
CONFLITOS AGRÁRIOS E DO MEIO AMBIENTE

MAURÍCIO DE ARAÚJO GAMA e MIRIAM DE ARAÚJO GAMA, Proprietários Rurais, domiciliados e residente em João Pessoa-PB, na Rua Catulo da Paixão Cearense, nº 627, Apto 402, Jardim Luna, CPF nº 003.543.924-68, RG nº 23.986-SSP/PB, e CPF nº 299.672.284-15, RG nº 159.556-SSP/PB, respectivamente, por seu Procurador e Advogado infra-assinado, nos autos da Ação de Interdito Proibitório, nº 20097000629-6, promovida nesse Juízo contra PEDRO BERNARDINO, VICENTE OLEGÁRIO, MANOEL PEREIRA e outros, vêm perante Vossa Excelência, reverentemente, para expor, esclarecer e requerer o seguinte:

1. Por determinação desse honrado Juízo, o Interdito Proibitório foi convertido em reintegração de posse, com expedição de Mandado Possessório, devidamente cumprido, como faz certo o Auto de Reintegração de Posse, lavrado pelos Meirinhos da Comarca de Bananeiras-PB.

2. Consta, no referido Termo de Reintegração, que compareceu ao local o Advogado Doutor Francisco Isidoro da Silva, OAB-PB nº 8645, afirmando a sua condição de Procurador dos Promovidos, pleiteando "uma negociação com os Patronos da Causa" (Auto de Reintegração de Posse).

RANK ROBERTO S. LINS
ADVOGADO

fls. 2

3. Mantidos entendimentos extrajudiciais, entre os Proprietários e o citado Advogado e seus Patrocinados, -- inclusive na sede do INCRA, que intermediou a negociação e que ora manifesta expressamente a sua anuência ao Acordo -- as Partes vêm comunicar a Vossa Excelência que conciliaram sobre o objeto da Ação, observadas as seguintes condições:

- PRIMEIRA - Os Promovidos acham-se, neste Ato, devidamente representados pelo Bacharel FRANCISCO ISIDIO DA SILVA, OAB-PB nº 8645, o qual é detentor dos poderes expressos e específicos enumerados nos Instrumentos de Mandato inclusos, principalmente para "conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, celebrar contrato de Comodato e/ou arrendamento";
- SEGUNDA - Os Proprietários da Fazenda Alinorte, Alagoa Dantas, Maniçoba e Riacho da Picada, MAURÍCIO DE ARAÚJO GAMA e MIRIAM DE ARAÚJO GAMA concordam em constituir um Comodato, empréstimo gratuito em favor dos Promovidos (49) constantes da relação em anexo, parte integrante desta transação;
- TERCEIRA - Na referida relação acham-se discriminados os quantitativos individualizados, cedidos em Comodato, perfazendo uma área total de 157 (cento e cinquenta e sete) hectares, onde atualmente acham-se encravadas culturas de subsistência, plantadas na área pelos Promovidos/Comodatários; área essa denominada "Riacho da Picada";
- QUARTA - O Comodato será por prazo indeterminado, tendo por objetivo o plantio e a cultura de subsistência, vedada a cultura dita definitiva;
- QUINTA - Os Comodatários poderão utilizar, na atividade agrícola, 02 (dois) animais, sendo um para transporte e outro para auxiliar no cultivo;
- SEXTA - Fica expressamente proibida a cessão do Comodato a terceiro, a qualquer título, mesmo a parentes ou descendentes, salvo autorização por escrito dos Proprietários;
- SÉTIMA - Fica terminantemente proibida a construção ou edificação de moradias, sendo permitida, apenas, a utilização pelos Comodatários de barracas de apoio removíveis;
- OITAVA - Tratando-se de cessão gratuita, os Comodatários obrigam-se a conservar a área emprestada, não podendo usá-la senão de acordo com os Termos desta transação, sob pena de imediata Rescisão do Comodato em relação ao Comodatário faltoso, independentemente de notificação; obrigam-se ainda, a defesa das respectivas posses em relação a terceiros;
- NONA - Os Proprietários/Comodantes possuirão o direito de fiscalizar, a qualquer tempo, o cumprimento das condições aqui estipuladas, regendo-se esta transação pelos artigos 1.248 a 1.255 do Código Civil Brasileiro.

FRANK ROBERTO S. LINS
ADVOGADO

fls. 3

4. Assim justas e pactuadas, obrigam-se as partes, por si, seus herdeiros e/ou sucessores ao fiel respeito aos Termos desta transação, razão pela qual pedem a Vossa Excelência se digne prolatar Sentença homologatória, para que surta esta transação os seus legais e jurídicos efeitos, julgando-se o Processo com Julgamento de Mérito, como preceitua o artigo 269, III, CPC.

Termos em que

Pedem Juntada e Deferimento.

João Pessoa, 29 de junho de 1999 ✓

Frank Roberto S. Lins

OAB-PB n. 1.320

Francisco Isidoro da Silva

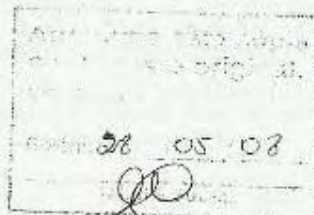
OAB-PB n. 8645

Maurício de Araújo Gama

Miriam de Araújo Gama

De Acordo:

Marcos José de Gama Araújo
Superintendente Regional
Portale INCRAP nº 557-97



RANK ROBERTO S. LINS
ADVOGADO

RELAÇÃO NOMINAL DOS COMODATÁRIOS, FAZENDA ALINORTE, E DEFINIÇÃO DAS ÁREAS INDIVIDUAIS.

COMODANTE: MAURÍCIO DE ARAÚJO GAMA E SUA MULHER MIRIAM DE ARAÚJO GAMA

01. JOAQUIM OLÍVIO ALVES, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 501.035, residente e domiciliado na Rua Santa Ana, nº 240, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
02. MANOEL LUIZ DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 512.263, residente e domiciliado na Rua José Carneiro da Costa, nº 21, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
03. PEDRO FERREIRA DE LIMA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 2157518.06, residente e domiciliado na Rua Amélio Carneiro, nº 112, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
04. JOÃO MARQUES SOBRINHO, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1845988, residente e domiciliado na Rua Adebai Cruz, nº 253, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
05. JOSÉ OLÍVIO ALVES SEGUNDO, brasileiro, agricultor, RG nº 3.408518, residente e domiciliado na Rua Flávio Ribeiro, nº 364, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
06. FRANCISCO PEDRO DA SILVA, brasileiro, agricultor, RG nº 1.301.042, residente e domiciliado na Rua Vicente Cadó, nº 86, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
07. JOSÉ GODOI DE ALUSTAU, brasileiro, casado, agricultor, CTPS nº 98351 Série 138, residente e domiciliado na Rua Deocleciano Guedes, nº 140, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
08. SEVERINA VIEIRA DOS SANTOS, brasileira, agricultora, CPF nº 797.349.794-34, residente e domiciliada na Rua Amélio Carneiro, nº 196, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
09. SEVERINO DE SOUSA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 2430511, residente e domiciliado na Rua Dep. Antonio Dalva Lins, nº 248, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
10. MARLY DA SILVA JOAQUIM, brasileira, casada, agricultora, RG nº 30.297.269-9, residente e domiciliada na Rua Santo Antonio, nº 59, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
11. IRACEMA DA SILVA, brasileira, solteira, agricultora, RG nº 24.653.782-6, residente e domiciliada na Travessa Feliciano Pedrosa, s/n, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
12. MANUEL IDALINO DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 536.575, residente e domiciliado na Rua Vicente Cadó, nº 328, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
13. LUIZ FLORENCIO DE CARVALHO, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1.172.405, residente e domiciliado na Rua Luiz Gomes, nº 258, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.

RANK ROBERTO S. LINS
ADVOGADO

fls. 2

13. IVANILDO LUIZ BATISTA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 07568283-1, residente e domiciliado no Sítio Maniçoba, Bananeiras-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
15. JOÃO GOMES DA CRUZ, brasileiro, casado, agricultor, CTPS nº 98878, Série 033RJ, residente e domiciliado na Rua São Joaquim, nº 290, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
16. JOSÉ GUILHERME DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 2200039, residente e domiciliado na Rua Flávio Ribeiro, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
17. JOSÉ PEDRO DA SILVA, brasileiro, viúvo, agricultor, RG nº 612.979, residente e domiciliado na Rua Santo Antonio, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
18. JOÃO LIMA DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 1975207, residente e domiciliado no Sítio Saboeiro, Bananeiras-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
19. MAURO SOARES DOS SANTOS, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 2103140, residente e domiciliado no Sítio Baixa Verde, Bananeiras-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
20. ANTONIO PEDRO DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 536.571, residente e domiciliado na Rua Claudio Cantalice Viana, nº 59, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
21. MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, viúva, agricultora, RG nº 2.157.621, residente e domiciliada na Rua Cláudio Cantalice Viana, nº 236, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
22. ERIVALDO DA SILVA COSTA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 2290353, residente e domiciliado no Sítio Carrinho, Bananeiras-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.
23. JOSÉ DA COSTA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1.255.096, residente e domiciliado na Rua Santo Antonio, nº 26, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
24. PAULO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1.633.950, residente e domiciliado no Sítio Baixa Verde Bananeiras-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
25. JOSÉ JERÔNIMO DA CRUZ FILHO, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 1.191.638, residente e domiciliado no Sítio Carrinho, Bananeiras-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.
26. ANGELINO JOSÉ DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 724.725, residente e domiciliado na Rua Flávio Ribeiro, nº 199, Belém-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.
27. ANTONIO TARCISIO TEIXEIRA, brasileiro, casado, RG nº 525.304, residente e domiciliado na Rua Boa Vista, nº 231, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
28. SEVERINO RAMOS DA SILVA, brasileiro, casado, RG nº 1.294.607, residente e domiciliado na Rua Projetada, Quadra I, nº 134, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.

MANA ROBERTO S. LINS
ADVOGADO

fl. 4

45. BELENO JERONIMO DE SOUSA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 1543299, residente e domiciliado na Rua José Carlos Cruz, nº 170, Belém-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.
46. ANTONIO MARQUES SOBRINHO, brasileiro, casado, agricultor, CPF nº 276.759.554-04, residente e domiciliado no Sítio Maniçoba, Bananeiras-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.
47. MARIA NAZARÉ PEREIRA, brasileira, casada, agricultora, RG nº 1898971, residente e domiciliada na Rua Santa Helena, nº 171, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
48. CÍCERO MARQUES PEREIRA, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado na Rua S. Joaquim, nº 75, Belém-PB. ÁREA: 3,0 (três) hectares.
49. JOSÉ ESTEVÃO DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 1033932, residente e domiciliado no Sítio Baixa Verde, Bananeiras-PB. ÁREA: 4,0 (quatro) hectares.

(TOTAL DA ÁREA CEDIDA EM COMODATO: 157,00 (CENTO E CINQUENTA E SETE) HECTARES).

EM TEMPO:

Tendo em vista os termos do Ofício INCRA nº 503/SR-18-G, eão também incluídos os seguintes Comodatários:

50. ROSÉRIO DA SILVA, brasileiro, solteiro, agricultor, RG nº 2103017, residente e domiciliado no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.
51. JOSEFA AMARANTE MARQUES, brasileira, solteira, agricultora, RG nº 2287396, residente e domiciliada no Sítio Maniçoba, Bananeiras-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.
52. SEVERINO ANTONIO DA SILVA, brasileiro, casado, agricultor, RG nº 895.142, residente e domiciliado no Sítio Mata Fresca, Bananeiras-PB. ÁREA: 2,0 (dois) hectares.

(TOTAL GERAL DA ÁREA CEDIDA EM COMODATO: 163,00 (CENTO E SESSENTA E TRÊS HECTARES)).

Anexo I – Declaração de venda da terra para INCRA.

02/15

Excelentíssimo Senhor Superintendente Regional do
INCRA na Paraíba

A - 187
Salve
16/03/2004

Julio Cesar Ramalho Ramos
Superintendente Regional
PORTINCRAP/IN 255-04.97942503

MIRIAM DE ARAÚJO GAMA, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG 159.556/PB, CPF: 299.672.284-15, residente na Rua Catulo da Paixão Cearense, 627, Jardim Luna, nesta Capital, vem à presença de Vossa Senhoria, fundamentada no Decreto nº 433/1992 e Decreto nº 2.614/1988, apresentar proposta de venda de parte do imóvel rural denominado "Lagoa Dantas", situado no município de Bananeiras – PB, cuja parte mede cerca de **382,0 hectares**, pelo valor total de **R\$ 573.000,00** (quinhentos e setenta e três mil reais), incluindo **benfeitorias** (capim pisoteio, estrada, pedreira, cercas e açudes), a serem pagas em dinheiro, e terra nua, a ser paga em Títulos da Dívida Agrária, tudo no ato da assinatura da escritura pública de compra e venda.

Declara a proponente neste ato que concorda com as condições de compra e venda estabelecidas no Decreto nº 2.614, de 3 de junho de 1998, bem como que autoriza ao INCRA ingressar no imóvel para proceder à vistoria de avaliação.

Seguem anexos os documentos exigidos no art. 4º do Decreto nº 2.614/1998.

P. deferimento.

João Pessoa, 16 de março de 2004

João Pessoa Gama

RECEBIDO NO PROTOCOLO
Em 16/03/2004
Por *Aluizio Leal da Silva* às 15:50
Responsável pelo Protocolo
Mat. 1008393

Anexo J- Publicação no Diário Oficial da União sobre a compra do Imóvel denominado de "Fazenda Lagoa Dantas".



DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil

Imprensa Nacional



SEÇÃO

Edição Número 223 de 22/11/2005

Ministério do Desenvolvimento Agrário
Superintendência Regional no Estado da Paraíba
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PORTARIA Nº 37, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2005

O Superintendente Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA, no Estado da Paraíba, (SR-18), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 3.509 de 14 de junho de 2000, que aprova a Estrutura Regimental do INCRA e o artigo 29, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria /MDA n.º 164, de 14 de julho de 2000, e de conformidade com os termos da Portaria/INCRA/P/nº 265 de 07 de abril de 2003, publicada, no D.O.U de 07 de abril de 2003.

Considerando a Delegação de Competência concedida pela Resolução/INCRA/CD/Nº.21 de 22 de agosto de 2002;

Considerando a deliberação do Comitê de Decisão Regional, Resolução CDR/Nº01, de 07 de novembro de 2005, pela aquisição, por compra e venda de parte do imóvel Fazenda Lagoa Dantas, localizado nos Municípios de Bananeiras e Belém de Caiçara, no Estado da Paraíba, com base no Decreto nº. 433, de 24 de janeiro de 1992, alterado pelos Decretos Nºs. 2.614, de 3 de junho de 1998 e 2.680, de 17 de julho de 1998, resolve:

Art. 1º - Adquirir, para fins de reforma agrária, uma parte medida e avaliada de 381,2393 ha (trezentos e oitenta e um hectares, vinte e três ares e noventa e três centiares), do imóvel rural denominado "Fazenda Lagoa Dantas", localizado nos Municípios de Bananeiras e Belém de Caiçara, no Estado da Paraíba, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bananeiras, sob a Matrícula no Livro de nº. 2-L, fls. 078, matrícula 1753, cadastrado no INCRA sob o nº. 210.048.258.210-0, limitando-se ao Norte com terras de Mozart Bezerra e Luis Cruz Neto, ao Leste com terras da Cerâmica e dovia PB 099, ao Sul com Luis Clemente, Valdecir e terras da Cerâmica, ao Oeste com terra de Mirian de Araújo Gama, Mozart Bezerra e Luis Cruz Neto, pelo valor de R\$ 304.991,40 (trezentos e quatro mil, novecentos e noventa e um reais e quarenta centavos), sendo R\$ 248.465,74 (duzentos e quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) para pagamento de terra nua, que deverão ser convertidos em Título da Dívida Agrária - TDA, na data da emissão respectiva, com o prazo de resgate de 05 (cinco) anos, nominativos a Mirian de Araújo Gama, portadora do CPF nº. 299.672.284-15; e R\$ 56.525,70 (cinquenta e seis mil quinhentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), em moeda corrente para pagamento das benfeitorias.

Art. 2º - Determinar que a aquisição de opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, inclusive, com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 05 (cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no art. 21 da Lei nº. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como a Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR e ainda fazer constar da escritura de compra e venda que cabe ao promitente vendedor a responsabilidade total quanto ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação,

JULIO CEZAR RAMALHO RAMOS

